

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

CAMILLA LEAL

REVOLUÇÃO DOS COSTUMES OU MANUTENÇÃO DA ORDEM? UMA ANÁLISE
DOS DISCURSOS SOBRE REPRODUÇÃO E SEXUALIDADE NAS PÁGINAS DAS
REVISTAS *CLAUDIA* E *NOVA* (1970-1979)

Rio de Janeiro
2018

CAMILLA LEAL

***REVOLUÇÃO DOS COSTUMES OU MANUTENÇÃO DA ORDEM? UMA ANÁLISE
DOS DISCURSOS SOBRE REPRODUÇÃO E SEXUALIDADE NAS PÁGINAS DAS
REVISTAS CLAUDIA E NOVA (1970-1979)***

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Cueto

Rio de Janeiro
2018

CAMILLA LEAL

**REVOLUÇÃO DOS COSTUMES OU MANUTENÇÃO DA ORDEM? UMA ANÁLISE DOS
DISCURSOS SOBRE REPRODUÇÃO E SEXUALIDADE NAS PÁGINAS DAS
REVISTAS *CLAUDIA* E *NOVA* (1970-1979)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre/Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Cueto (Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) – Orientador.

Prof. Dr. Luiz Antonio Teixeira (Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Prof. Dra. Renata Rodrigues Brandão (Associação de Ensino Superior São Judas Tadeu).

Suplentes:

Prof. Dr. Fábio Henrique Lopes (Programa de Pós-Graduação em História - UFRRJ).

Prof. Dr. Nara Azevedo (Programa de Pós Graduação em História das Ciências e da Saúde - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Rio de Janeiro
2018

Ficha catalográfica

C433r

Leal, Camilla.

Revolução dos costumes ou manutenção da ordem?:
Uma análise dos discursos sobre reprodução e
sexualidade nas páginas das revistas Cláudia e Nova
(1970-1979) / Camilla Leal. – Rio de Janeiro: s.n., 2018.
142f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da
Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo
Cruz, 2018.

Bibliografia: 142-142f.

1. Saúde Sexual - História. 2. Saúde Reprodutiva -
História. 3. Direitos Sexuais e Reprodutivos - História.
4. História do Século XX. 5. Brasil.

CDD 361.6981

Às mulheres de todas as classes, cores, corpos e sexualidades...

AGRADECIMENTOS

Na conjuntura atual, defender uma dissertação de mestrado não é uma tarefa fácil. Além dos momentos solitários, as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, muitas vezes, tornam a produção científica no Brasil uma atividade árdua. A falta de investimento na educação, ciência e tecnologia, bem como o congelamento das bolsas de pós-graduação, quando estas existem, são fatores que atormentam a mente de qualquer estudante. Este (a), sem grandes perspectivas para o futuro, acaba frustrado (a) e, muitas vezes, sente-se desestimulado (a), o que pode levá-lo (a) a entrar em um profundo estágio de depressão. Nessas circunstâncias, finalizar uma tese e/ou dissertação, além de um ato de superação, é um ato de resistência em defesa da ciência e da educação pública de qualidade no Brasil.

No entanto, sabemos que sem dor não há recompensa. E, ao longo desses dois anos e meio, eu que, sempre tive uma vida social intensa, optei por abrir mão do convívio com a família e amigos (as) para executar o meu trabalho e devolver à sociedade uma dissertação de mestrado que possa contribuir para a formação de qualquer cidadão ou cidadã, além de ser útil àqueles (as) que se interessem pelo assunto.

Dessa maneira, em primeiro lugar, gostaria de agradecer imensamente à minha mãe, Edna, que sempre apoiou e incentivou as minhas escolhas e, mesmo sem entender muito bem do que se tratava, sempre ajudou nos dias de reclusão e madrugadas a fora em frente ao computador, fazendo de tudo para me agradar e tornar o trabalho intelectual mais leve. Obrigada mãe!

Às minhas tias do coração, Eli e Eliza, que sempre estiveram ao meu lado e estenderam seu colo aconchegante quando eu mais precisei, dedico o resultado dessa dissertação. Muito obrigada e desculpa pela ausência! Foi por uma boa causa.

Por outro lado, eu não poderia deixar de agradecer a toda equipe do PPGHCS, desde os (as) trabalhadores (as) terceirizados (as) da Secretaria e da copiadora, até os professores e professoras, em especial o Prof. Dr. Luiz Antonio Teixeira e sua esposa Carla Gruzman, que me incentivaram a desenvolver o projeto de pesquisa para o mestrado. Agradeço também aos mestres e doutores com quem tive o privilégio de compartilhar ideias, questionamentos e sugestões ao longo desta caminhada na Casa de Oswaldo Cruz. A todos e todas, muito obrigada! Agradeço aos meus colegas de turma Ramon Souza, Romão Araújo e Filipe Portugal, que dividiram medos, inseguranças, angústias, alegrias e risadas ao longo das aulas e eventos acadêmicos que participamos juntos. Não tenho dúvidas de que entrei no ano certo e na turma certa! Muito obrigada, meus queridos!

Em especial, agradeço à amiga Giulia Engel e ao amigo Renilson Beraldo, companheira e companheiro de trabalho da comissão organizadora do *V Seminário Fluminense de Pós-Graduandos do Estado do Rio de Janeiro*, realizado na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, em outubro de 2017, evento organizado pelo (a) e para os (as) alunos (as) pós-graduação em História, na cidade do Rio de Janeiro. Não tenho dúvidas de que nossa sintonia e dedicação foram essenciais para tornar o evento um sucesso! Realizamos um excelente trabalho e ainda vamos compartilhar muitas experiências ao longo de nossas trajetórias acadêmicas. Muito obrigada, amigos (as)!

Por último, e não menos importante, eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter sido orientada pelo professor Dr. Marcos Cueto. Sempre muito atento às minhas demandas, nossas reuniões foram extremamente enriquecedoras e contribuíram demasiadamente para o meu crescimento e amadurecimento intelectual. Cada palavra e ensinamento foram imprescindíveis em momentos que eu achei ser quase impossível desempenhar um bom trabalho. Professor, muito obrigada pela sua humildade, paciência e por não desistir de mim!

Finalmente, agradeço a todos e todas que me incentivaram e acreditaram no meu potencial quando nem eu mesma acreditei! GRATIDÃO!

RESUMO

Na década de 1970, a luta das mulheres das camadas médias e urbanas da Europa e dos Estados Unidos estremeceram o *status quo* da sociedade Ocidental. Aliadas ao contexto de mudanças sociais da época, as reivindicações por autonomia e liberdade sexual foram fundamentais para construção de uma sociedade mais justa e igualitária do ponto de vista das relações de gênero. No Brasil, a luta dos movimentos de mulheres identificados com o feminismo antecipou o debate que, na década de 1990, consolidou os conceitos sobre os *direitos e a saúde sexual e reprodutiva*. Utilizando os pressupostos desenvolvidos por Michel Foucault, Judith Butler e John Scott a respeito da sexualidade, gênero e relações de poder, esta dissertação pretende analisar, sob uma perspectiva histórica e das relações de gênero, os discursos referentes à reprodução e sexualidade publicados nas revistas *Claudia* (1961) e *Nova* (1973) na década de 1970. Partindo do pressuposto de que as revistas femininas de grande circulação funcionaram como dispositivos de gerenciamento do corpo e da sexualidade das mulheres no Brasil, o objetivo é investigar como *Claudia* e *Nova* forjaram as relações de poder existentes nos discursos sobre anticoncepção, aborto, menstruação, orientação sexual, orgasmo, identidade de gênero e prevenção às *doenças venéreas*. Foram investigados artigos e reportagens que abordaram especificamente os dois assuntos, bem como algumas peças publicitárias que trataram o tema de forma mais ou menos explícita. Tentando acompanhar a revolução dos costumes ocorrida na década de 1970, ambas as revistas utilizaram os discursos de autoridade da medicina e da sexologia moderna para corroborar consensos que reforçavam a ordem construída em torno do controle do sexo e do corpo feminino.

Palavras-chave: Revistas Femininas; Reprodução; Sexualidade; História; Brasil.

ABSTRACT

In the 1970s, the struggle of women in the middle and urban classes of Europe and the United States shook the status quo of Western society. Allied to the context of social changes of the time, the demands for autonomy and sexual freedom were fundamental for building a more egalitarian society from the point of view of gender relations. In Brazil, the struggle of women's movements identified with feminism anticipated the debate that, in the 1990s, consolidated concepts on sexual and reproductive rights and health. Using the assumptions developed by Michel Foucault, Judith Butler and John Scott regarding sexuality, gender and power relations, this dissertation intends to analyze, from a historical perspective and from the gender relations, the reproductive and sexuality discourses published in the magazines *Claudia* (1961) and *Nova* (1973) in the 1970s. Based on the assumption that large-circulation women's magazines functioned as devices for managing the body and sexuality of women, the objective is to investigate how *Claudia* and *Nova* forged the power relations existing in the discourses on contraception, abortion, menstruation, sexual orientation, gender identity and venereal disease prevention. We investigated articles and reports that specifically addressed the two subjects, as well as some advertising pieces that had direct relation or treated the subject in a more or less explicit way. Trying to keep up with the customary revolution of the 1970s, both journals used the authoritative discourses of medicine and modern sexology to corroborate consensus that reinforced the order built around the control of sex and the female body.

Keywords: Women's Magazines; Reproduction; Sexuality; History, Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Mapeamento do corpus documental da dissertação	18
Tabela 2 - Subtemas referentes à <i>reprodução</i>	19
Tabela 3 - Subtemas referentes à <i>sexualidade</i>	21
Tabela 4 - Relação entre conteúdo e gênero dos (as) autores nas revistas <i>Claudia</i> e <i>Nova</i>	54
Figura 1 - Trabalho e utensílio doméstico em <i>Claudia</i>	33
Figura 2 - Receitas e classificados de emprego em <i>Claudia</i>	34
Figura 3 - Campanha Publicitária da marca de eletrodomésticos <i>Arno</i>	46
Figura 4 - Anúncio de toalhas <i>São Carlos</i>	48
Figura 5 - Lâmpadas <i>Philips</i>	49
Figura 6 - Moda feminina <i>Vigotex</i>	50
Figura 7 - Capa de <i>Claudia</i>	51
Figura 8 - Capa de <i>Nova</i>	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DAS REVISTAS FEMININAS <i>CLAUDIA</i> E <i>NOVA</i>: UMA TRAJETÓRIA DA EDITORA ABRIL NO BRASIL (1950-1970)	23
1.1 A imprensa feminina no Brasil	23
1.2 O Grupo Abril e a “revista amiga”	26
1.3 Contexto político, social e econômico: a ditadura civil-militar e a censura prévia nas revistas <i>Claudia</i> e <i>Nova</i>	35
1.4 <i>Nova</i> : “uma companheira útil e atualizada”.....	40
1.5 <i>Nova X Claudia</i> : semelhanças e diferenças entre as duas revistas.....	45
CAPÍTULO 2 - CONTRACEPÇÃO, MENSTRUÇÃO E ABORTO: DISCURSOS SOBRE A REPRODUÇÃO NA IMPRENSA FEMININA (<i>CLAUDIA</i> E <i>NOVA</i>)	56
2.1 Planejamento familiar X controle de natalidade: contracepção em debate	56
2.2 As pílulas anticoncepcionais: discursos sobre contracepção e medicalização da reprodução	62
2.3 O ciclo menstrual e os discursos sobre a reprodução na imprensa feminina.....	73
2.4 “Aborto: um assunto de mulher”.	80
CAPÍTULO 3 - A <i>SEXOLOGIA MODERNA</i> E A <i>MEDICALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE</i> NAS REVISTAS <i>NOVA</i> E <i>CLAUDIA</i>	80
3.1 As origens da sexologia moderna e sua presença nas revistas femininas.....	80
3.2 Igreja, família e moral patriarcal: a sexualidade e o conservadorismo em (re)vista..	98
3.2.1 Os aspectos medicalizados da sexualidade em <i>Claudia</i>	106
3.2.2 O dispositivo amoroso e a sexualidade em <i>Nova</i>	100
3.3 <i>Sexualidades dissidentes</i> e a medicalização do comportamento sexual.....	115
3.4 <i>Doenças Venéreas</i> e Saúde íntima.....	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

Antes de decidir por analisar os discursos sobre *reprodução e sexualidade* no período prévio à consolidação da *saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos*, o tema do meu projeto de pesquisa de mestrado era a representação social do câncer de mama nas revistas *Claudia* e *Nova* na década de 1970. Enquanto eu folheava as páginas em busca de informação sobre a doença, algo me chamou atenção: os conteúdos voltados para os cuidados com a saúde e o corpo feminino refletiam muito mais a atenção com a estética, a sexualidade e, especificamente, no caso de *Claudia*, com a reprodução, a maternidade e os cuidados com a família, se comparados à prevenção e o tratamento de outras doenças que poderiam acometer as mulheres ao longo de suas vidas.

Sabendo que desde 1948 o conceito de *saúde* foi definido no preâmbulo da Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS) como “um estado completo de bem-estar físico, mental e social¹”, percebi que as duas revistas refletiam essa mudança de perspectiva ao abordar temas que não consistiam somente na ausência de doenças ou enfermidades. Esses discursos também forjavam uma identidade feminina cujo foco era a maternidade (*Claudia*), a realização sexual (*Nova*) e a busca de um companheiro e/ou marido (*Nova*), além do reforço de um padrão de beleza (ambas) construído em torno da mulher branca, magra e de traços finos, ignorando a multiplicidade étnica da mulher brasileira.

Ao analisar a trajetória da consolidação dos *direitos sexuais e reprodutivos* no Brasil, ver-se-á que a origem deste conceito está intimamente associada à luta dos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos de mulheres identificados com o feminismo, pelos direitos e políticas voltadas para a saúde da mulher na década 1970. Desde 1974, a participação dos movimentos feministas e da sociedade civil nas Conferências Internacionais sobre População foi fundamental para uma mudança de posicionamento do Brasil diante do problema do crescimento populacional. Ao lado de outros países subdesenvolvidos, o Brasil demonstrou-se favorável ao livre arbítrio e ao direito de todas as mulheres e/ou casais optarem livremente pelo tamanho de suas famílias, o que implicava, necessariamente, na desarticulação das práticas de regulação da fecundidade feminina e na regulamentação de políticas públicas de acesso tanto aos métodos de contracepção, como aos meios de concepção².

¹ CUETO, Marcos. *Saúde Global: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015; p. 30.

² COSTA, Ana Maria. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.14, n.4, p.1073-1083, 2009.

Apesar disso, nenhuma iniciativa do Estado pôs em prática as ações previstas nas Conferências de População de Bucareste em 1974 e do México em 1984. O acesso democrático ao planejamento familiar não parecia ser uma preocupação dos governantes nas décadas de 1970 e 1980. Ao contrário, a tentativa de criação do Programa de Prevenção da Gravidez de Alto-Risco, em 1977, considerou a alimentação e a nutrição um dos fatores para a gravidez de alto-risco, prevendo, indiretamente, o controle dos corpos e a discriminação, sobretudo das mulheres negras e pobres. Embora não tenha sido implantado, a iniciativa foi duramente criticada pelos movimentos sociais, o que nos leva a afirmar que, até os anos noventa, o Brasil ainda não havia cumprido a promessa defendida nas Conferências acima citadas³.

Somente em 1994, vinte anos depois, o Brasil e quase 200 países assinaram a Plataforma de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), documento que previu uma série de compromissos relativos à cidadania e à ampliação dos direitos humanos, em especial, dos direitos humanos das mulheres, reafirmados no ano seguinte na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (CMDS) e na IV Conferência Mundial sobre a Mulher (CMM), em Pequim. Finalmente, a questão da reprodução deixaria de ser vista sob o ponto de vista demográfico, para ser encarada a partir da perspectiva dos *direitos sexuais e reprodutivos*, imprescindíveis para a igualdade de gênero e o respeito às sexualidades. O enfoque demográfico havia sido superado pela ênfase na promoção e na proteção dos direitos das mulheres, condição *sine qua non* para o exercício dos direitos humanos⁴.

Mais do que uma mudança de paradigma, tais documentos representaram a consolidação de uma luta histórica iniciada pelos movimentos feministas na década de 1970, que estavam em busca de uma sociedade mais igualitária do ponto de vista das relações de gênero. Ao questionarem a autonomia e a liberdade dos seus corpos, essas mulheres deram o pontapé inicial às reivindicações pelo direito de escolha e a liberdade de decisão no que dizia respeito aos assuntos sexuais e reprodutivos⁵.

Portanto, após algumas conversas com o meu orientador (o professor Dr. Marcos Cueto) tomei a decisão de mudar o tema da pesquisa. Em vez da representação do câncer de mama, decidi analisar os discursos sobre a *reprodução* e a *sexualidade* nas revistas *Claudia* e *Nova*, sob a ótica das relações de poder explícitas e implícitas nos seus discursos. Adiante, o (a) leitor

³ COSTA, Ana Maria. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.14, n.4, p.1073-1083, 2009; p. 1074.

⁴ CORRÊA, Sonia; JANNUZZI, Paulo de Martino; ALVES, José Eustáquio Diniz. “Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores”. In: CAVENAGHI, S. (coord.). *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva*. Rio de Janeiro: ABEP, 2006.

⁵ ROHDEN, Fabíola. *A arte de Enganar a Natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, p.13.

(a) encontrará marcos históricos, teóricos e metodológicos, bem como as principais questões que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa.

Sob uma perspectiva histórica, é possível afirmar que a década de 1970 representou o auge de uma revolução dos costumes iniciada com a expansão de agitações sociais que questionavam a cultura social e política dominante da época, também conhecidos como movimentos de *contracultura*. Tal conjuntura, aliada à popularização do uso das pílulas anticoncepcionais, imprimiu aos anos setenta o título de década da “liberalização sexual”, em especial das mulheres e indivíduos não identificados com as categorias binárias de gênero e sexualidade. Assim, em certa medida, é possível considerar que tais mudanças possibilitaram o rearranjo das relações de gênero, que beneficiou a emancipação das mulheres, visto que o sexo já não era mais obrigatoriamente voltado para a procriação.

No entanto, se pensarmos que a liberdade sexual da década de 1970 foi diacronicamente marcada por aparatos discursivos que visavam regular o corpo e a sexualidade dos indivíduos que fugiam ao padrão heteronormativo, ver-se-á que *Claudia* e *Nova* estão repletas de dispositivos elaborados para normatizar e patologizar os comportamentos sexuais das mulheres. Ainda que as revistas, principalmente *Nova*, aparentassem superar determinados tabus e/ou preconceitos, seus enunciados foram subsidiados pela autoridade do discurso médico-científico e forjavam relações de poder que colocavam as mulheres em estado de submissão ao gênero masculino.

Se, hoje em dia, mesmo com a popularização do acesso à informação e da resignificação dos movimentos social, que vem ocorrendo por meio do compartilhamento de conteúdos nas redes sociais, a mídia ainda exerce grande influência sobre a vida dos indivíduos; como teria sido há cinquenta anos, quando a circulação de notícias era um pouco menos democrática? Como o planejamento familiar, aborto, contracepção, pílula, sexo, orientação sexual, dentre outros assuntos que contribuíram para a consolidação dos *direitos sexuais e reprodutivos* foram abordados na imprensa feminina na conjuntura da censura e do cerceamento da liberdade de expressão durante os “anos de chumbo” da ditadura civil-militar? Poderíamos considerar que as revistas femininas funcionaram como uma ferramenta de libertação e transformação das subjetividades femininas ou, de acordo com Foucault, *Claudia* e *Nova* forjaram uma forma sutil de controle social sobre o corpo e a reprodução feminina? Revolução dos costumes ou manutenção da ordem?

Estas questões nortearam a minha pesquisa previamente desenvolvida sob a premissa de que os artigos e reportagens sobre a reprodução e a sexualidade nas revistas *Claudia* e *Nova*

forjavam estereótipos e relações de poder que reafirmavam o papel de submissão das mulheres na sociedade brasileira. De fato, um levantamento inicial das fontes, desde a época da pesquisa sobre o câncer de mama, já havia demonstrado que ambas enfatizavam as relações hierárquicas de gênero, por meio da divulgação de informação relativa à saúde da mulher. Mas somente uma análise mais aprofundada seria capaz de demonstrar as contradições e as relações de poder presentes nesses enunciados. Nesse sentido, para subsidiar a minha hipótese, utilizei as ideias desenvolvidas por Michel Foucault, Joan Scott e Judith Butler a respeito das relações de gênero, sexualidade e a análise de discursos.

Segundo Foucault, o capitalismo teria inaugurado um período em que foram criados “dispositivos para ouvir e registrar, (...) observar, interrogar e formular” os indivíduos, constituindo-se daquilo que o filósofo denominou de *poder disciplinar* da sociedade moderna⁶. Ao contrário de uma repressão ao sexo, o Foucault defendeu que existiu uma multiplicação de enunciados que resultaram na incitação institucional ao sexo baseada na *vontade de saber* e controlar a conduta sexual dos indivíduos. Não se tratava, contudo, de considerar que o poder institucional foi mais tolerante do que coercitivo com relação ao sexo, mas de realocar a “hipótese repressiva” numa espécie de *economia geral dos discursos*, a fim de entender como se deu a elaboração de enunciados que implicaram na (re) produção de saberes legitimadores sobre o sexo:

Por que se falou da sexualidade, e o que se disse? Quais os efeitos de poder induzidos pelo que se dizia? (...) Em suma, trata-se de determinar, em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, os discursos sobre a sexualidade humana⁷.

De acordo com o pressuposto segundo o qual Foucault afirma que “em toda a sociedade a produção de discursos é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que tem por função conjurar seus poderes⁸”, realizei uma análise da imprensa feminina – aqui entendida como um campo discursivo, no qual estão em jogo crenças e valores que buscam atingir, por meio de linguagem escrita e visual, determinados públicos⁹ – partindo da premissa de que as revistas *Claudia* e *Nova* funcionaram como

⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017; p.22.

⁷ *Ibidem*, p.16.

⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

⁹ LUCA, Tânia Regina de. “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

dispositivos de gerenciamento do corpo e da sexualidade feminina, bem como de reforço das relações hierárquicas de gênero.

Quanto às políticas de controle de natalidade que buscavam barrar o crescimento demográfico nos países de Terceiro de Mundo em meados do século XX, Foucault afirmou que “o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública¹⁰”. Impregnado de conflitos de interesse e manobras políticas, o advento da pílula anticoncepcional e a nítida separação entre sexo e reprodução, na década de setenta, provocaram não só uma mudança de comportamento com relação à prática sexual feminina e masculina, mas colocaram em pauta os debates médicos, científicos, políticos, econômicos e sociais relativos ao controle do corpo e do sexo. Assim, a institucionalização dos discursos sobre a sexualidade demonstrou que havia uma disputa de poder para “normatizar” a conduta sexual dos indivíduos, sobretudo das mulheres, e intervir ou incentivar a reprodução por meio da construção e divulgação daquilo que era considerado a “verdade absoluta” ou a “normalidade” do sexo.

Mas o que pode ser considerado normal/anormal quando o assunto se refere exclusivamente às subjetividades e aos aspectos da vida íntima dos sujeitos? Quais os parâmetros qualitativos, quantitativos, morais, éticos e/ou científicos são capazes de definir e julgar a conduta sexual e reprodutiva dos seres humanos? De que forma os discursos sobre a sexualidade nas revistas femininas produziram verdades e/ou forjaram padrões baseados em aspectos normativos?

Tendo em vista que a heteronormatividade é a “ordem sexual do presente fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo” que “se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas, principalmente, a quem rompe as normas de gênero¹¹”, a leitura da obra *Problemas de Gênero*¹², de Judith Butler, foi fundamental para desvendar essas “violências simbólicas¹³” presentes na produção e reprodução do modelo heteronormativo e conjugal nas revistas *Claudia* e *Nova*. Para o desenvolvimento de suas ideias, Butler partiu da noção de *gênero* concebida por Joan Scott, definida como “um elemento constitutivo de relações sociais

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017; p. 30.

¹¹ MISKOLCI, 2012; p.46-47 apud BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015; p. 124.

¹² BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

¹³ O conceito de “violência simbólica”, segundo Bourdieu, funciona como “sistemas simbólicos” que cumprem a função política de assegurar a dominação de uma classe sobre a outra. Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e (...) uma forma primeira de significar as relações de poder¹⁴”. Assim, a filósofa propõe uma historicização do corpo e do sexo, a fim de dissolver a dicotomia sexo x gênero, onde “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado”, mas “tem de designar também o aparato mesmo de produção [sociocultural] mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos¹⁵”.

Ao propor uma descrição do caráter performativo do gênero, Butler desenvolve a noção da “heterossexualidade compulsória”. Para a autora, a obrigação heterossexual aprisiona o corpo e o sexo dos indivíduos aos papéis e às expectativas de gênero, bem como reafirma a coerência entre sexo, gênero e desejo sexual. Esta obrigação impossibilita a vivência da sexualidade, das subjetividades e das identidades sexuais e de gênero apregoadas pelos movimentos feministas e homossexuais desde a década de 1970. Portanto, a obra de Butler foi fundamental para a compreensão de que as revistas *Claudia* e *Nova* funcionaram como dispositivos de nomeação e confirmação dos padrões de comportamentos sexuais e reprodutivos esperados por mulheres e homens no Brasil dos anos setenta.

De modo geral, tentei questionar os discursos relativos aos cuidados com a *sexualidade* e a *reprodução* feminina nas revistas *Claudia* e *Nova*, tendo como base teórico-metodológica o campo de estudos que utiliza a imprensa como objeto de investigação da pesquisa histórica. Para tal, utilizei a técnica de análise de conteúdo desenvolvida paralelamente ao avanço dos estudos linguísticos nas décadas de 1950 e 1960 e aplicada na Sociologia, História, Psicologia, Jornalismo, etc.¹⁶. Procurando fugir a uma tendência geral que durante muito tempo encarou a imprensa como fonte de informação objetiva do conhecimento, ignorando a “natureza do texto e da imagem elaborados no contato imediato da realidade em movimento¹⁷”, busquei contextualizar e identificar as intenções implícitas na organização do conhecimento sobre a *reprodução* e *sexualidade* nas páginas de *Claudia* e *Nova*. Nitidamente contraditórias, a técnica ajudou-me a constatar que os discursos das duas revistas agiram de acordo com um projeto político-ideológico que previa o reforço das diferenças entre o sexo feminino e masculino e a submissão das mulheres aos homens, sobretudo no que dizia respeito ao sexo.

¹⁴ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989, p.21.

¹⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; p. 25.

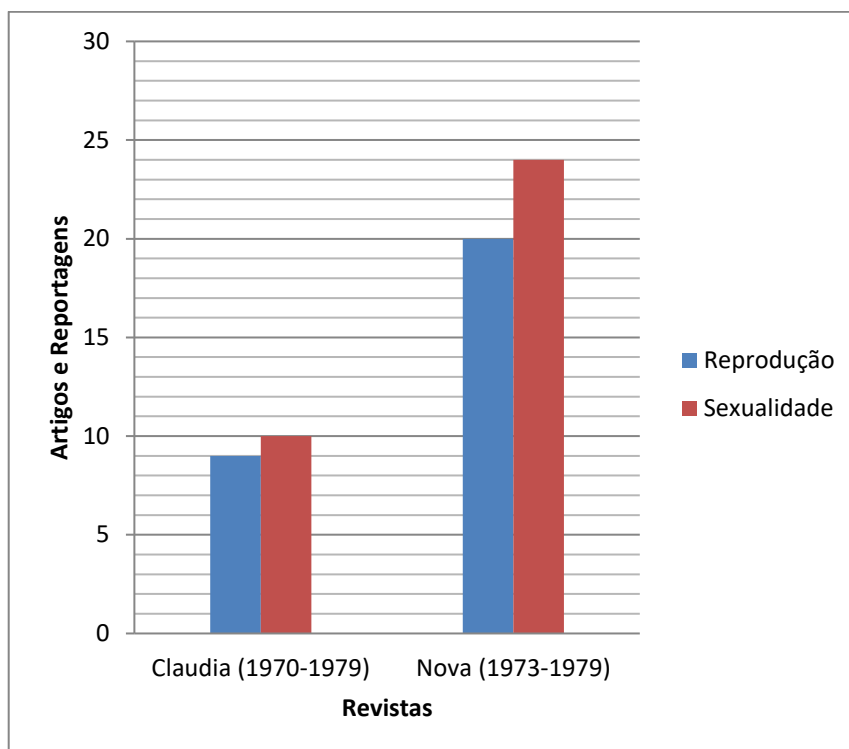
¹⁶ ZICMAN, Renée B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. *Projeto História*, São Paulo, v.4, p.89-102, 1985.

¹⁷ *Ibidem*, p. 90.

Ainda que a televisão, recém-chegada às casas dos (as) brasileiros (as), o jornal e o rádio fossem importantes meios de comunicação, a imprensa feminina sempre foi uma das principais fontes de produção, circulação e legitimação dos conteúdos sobre o que poderia ser considerado o “universo feminino”. Além disso, *Claudia* e *Nova* eram produtos criados pela Editora Abril, um dos grupos de comunicação mais importantes no Brasil, que ascendeu economicamente durante o auge da Ditadura Civil-Militar na segunda metade do século XX. Com mais de cinquenta anos de existência, *Claudia* buscava interagir com um público mais tradicional e dialogava com mulheres que ainda exerciam as funções historicamente destinadas às mulheres: mães, esposas e donas-de-casa. Já *Nova/Cosmopolitan* (1973) foi lançada com o objetivo de atingir um nicho de leitoras mais despojadas e sexualmente liberadas. Até hoje, *Claudia* e *Nova* são vendidas em meio físico e digital e revelam o seu poder de influência sobre a divulgação de informações, hábitos e costumes da mulher brasileira.

Com relação à metodologia, o *corpus* documental foi delimitado a partir do levantamento de artigos e reportagens referentes à elaboração de conteúdos relativos à *reprodução* e à *sexualidade*, publicados ao longo de toda a década de 1970. Em seguida, foram selecionadas as reportagens e artigos relacionados especificamente os dois assuntos, mas também alguns objetos de publicidade que abordaram diretamente ou trataram os temas de forma mais ou menos explícita. É interessante notar que, apesar de haver uma defasagem de doze anos entre o início da publicação das duas revistas – quando *Nova* começou a circular em 1973, *Claudia* já era vendida desde 1961 –, *Nova* publicou mais do que o dobro de reportagens em relação à *Claudia* (tab. 1), o que revelou indícios das diferenças existentes entre os seus editoriais: enquanto um era mais tradicional (*Claudia*), o outro se caracterizava aparentemente moderno (*Nova*).

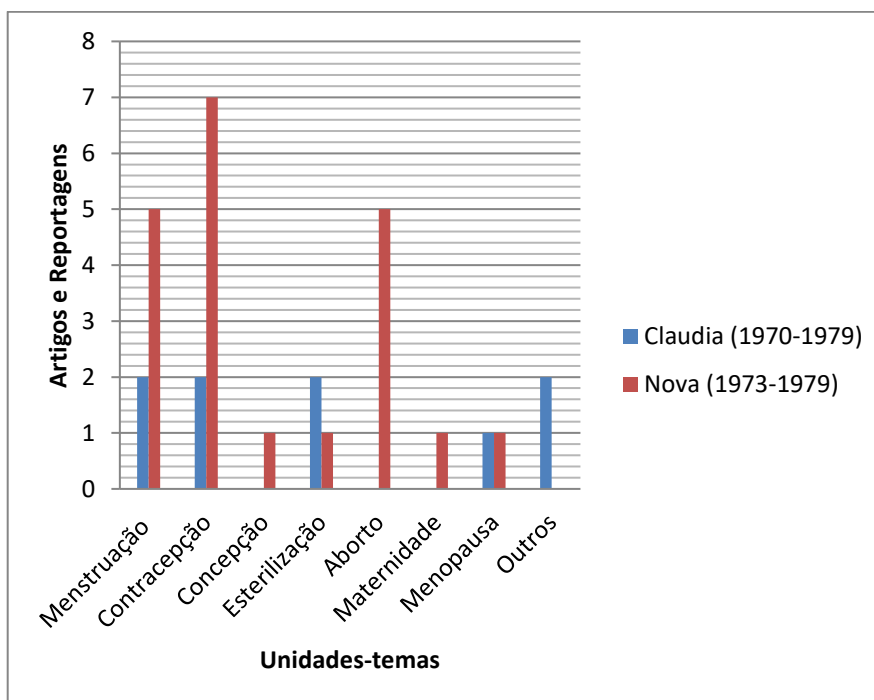
Tabela 1- Mapeamento do corpus documental da dissertação



Fonte: Elaboração própria

Quanto à *reprodução*, levei em consideração todo e qualquer conteúdo relativo ao período reprodutivo da mulher, isto é, artigos e reportagens que abordaram desde a menarca (primeira menstruação) até a menopausa. Utilizando o critério de presença e ausência, identifiquei nas páginas de *Claudia* e *Nova* oito subtemas que compuseram o tema geral referente à *reprodução*: 1) menstruação, 2) contracepção, 3) concepção, 4) esterilização, 5) aborto, 6) maternidade, 7) menopausa e 8) outros (tab. 2). No entanto, diante dos limites materiais estabelecidos para a escrita de uma dissertação de mestrado, optei por analisar aquelas que foram mais recorrentes, ou seja, que apareceram mais vezes nas páginas de *Claudia* e *Nova*. São elas: *contracepção*, *menstruação* e *aborto*.

Tabela 2 - Subtemas referentes à reprodução



Fonte: Elaboração própria

Durante o trabalho de observação das fontes, notou-se que os discursos sobre a *reprodução* e *sexualidade* estavam inseridos no contexto específico do *boom* demográfico ocorrido nas décadas de 1950 e 1960. A constatação do crescimento acelerado da população dos países de Terceiro Mundo por parte dos países desenvolvidos levou ao resgate das teorias *neomalthusianas* para justificar a regulação da fecundidade das mulheres dos países pobres. A criação de políticas de controle da natalidade e a divulgação da necessidade do planejamento familiar tornaram público o debate em torno do sexo, da reprodução e da sexualidade. Nesse sentido, as obras de Michel Foucault e Fabíola Rohden foram fundamentais para a percepção de que ambas as revistas forjaram mecanismos sutis de poder, que colocaram em pauta o debate em torno das questões reprodutivas e sexuais. De acordo com Rohden, a capacidade reprodutiva é um dos pontos centrais sobre os quais se constroem as percepções em torno das funções sociais e das identidades de gênero¹⁸. Assim, levando-se em consideração o fato de *Claudia* e *Nova* serem revistas comerciais dirigidas por um grupo de comunicação financiado por agências de publicidade, em sua maioria, norteamericanas, inspiradas em modelos estrangeiros, as assimetrias de poder ficaram ainda mais evidentes.

¹⁸ ROHDEN, Fabíola. *A arte de Enganar a Natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

Com relação à *sexualidade*, as dimensões empírica, analítica e política do termo, assim como as distintas noções construídas em contextos históricos e sociais específicos¹⁹, tornaram ainda mais difíceis a realização de uma análise em sua completude. Em meio à dificuldade, optou-se por analisar a *sexualidade* de forma transversal e sob o viés foucaultiano das relações entre saber e poder. Assim, procurou-se entender e analisar como foram divulgados os discursos sobre a emancipação sexual feminina e a emergência das “sexualidades dissidentes²⁰” nas revistas *Claudia* e *Nova*, no contexto da chamada “liberalização sexual” da década de 1970. Tendo em vista que a *saúde sexual* – conceito vinculado à noção de *saúde reprodutiva* – passou a prever o acesso democrático aos métodos contraceptivos, conceptivos e a prevenção às doenças sexualmente transmissíveis²¹, pressupondo que mulheres e homens devem exercer livremente e com segurança a sua sexualidade, sem qualquer tipo de coerção, violência ou constrangimento²²; julguei necessário investigar não só os artigos relacionados à prevenção ou à transmissão das *doenças venéreas*²³, mas, em especial, aqueles que abordaram o prazer, o desejo, o sexo, a orientação sexual e as identidades de gênero, a fim de analisar as concepções e as contradições que deram origem ao termo *saúde sexual* na década de 1990. Sem ignorar o poder de influência das revistas sobre a subjetividade das leitoras, minha intenção foi demonstrar as tensões, semelhanças e diferenças entre os discursos de *Claudia* e *Nova* no período prévio à consolidação dos *direitos e da saúde reprodutiva e sexual*.

¹⁹ COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Ed. UFGD, 2015; p. 604.

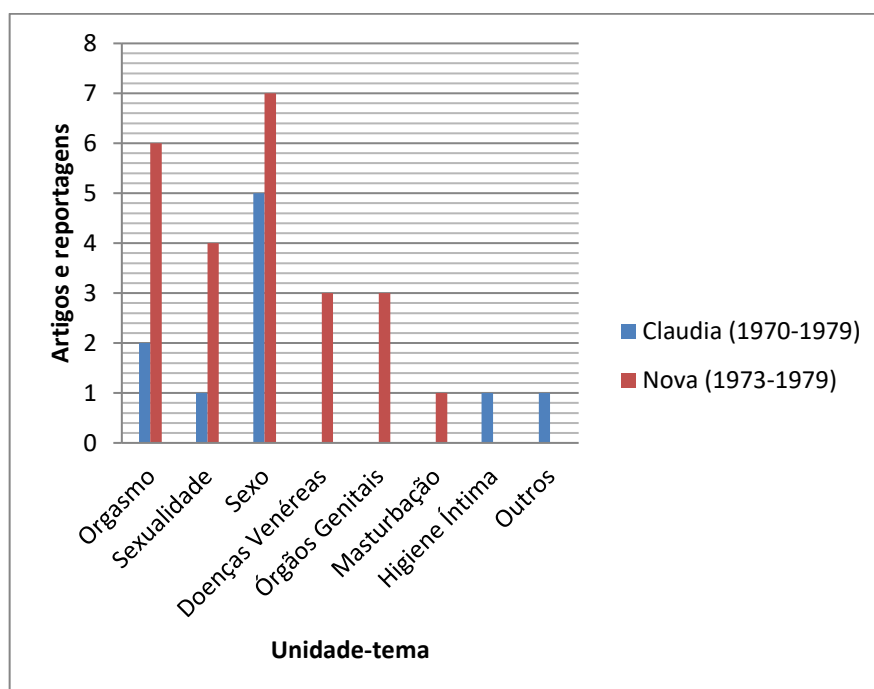
²⁰ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

²¹ De acordo com o Ministério da Saúde, a terminologia *Infecções Sexualmente Transmissíveis* (IST) passou a ser adotada em substituição à expressão *Doenças Sexualmente Transmissíveis* (DST), uma vez que é possível uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>. Acesso em: 26 de janeiro de 2018.

²² CORRÊA, Sonia; JANNUZZI, Paulo de Martino; ALVES, José Eustáquio Diniz. “Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores”. In CAVENAGHI, S. (coord.). *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva*. Rio de Janeiro: ABEP, 2006.

²³ Utilizarei o termo em itálico quando não for retirado das fontes, por acreditar que se trata de expressão da época que não se enquadra mais nos pressupostos científicos sobre as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISF).

Tabela 3 - Subtemas referentes à *sexualidade*



Fonte: Elaboração própria

Para um melhor entendimento dos questionamentos acima suscitados, a dissertação foi dividida da seguinte forma: no primeiro capítulo, antes de aprofundarmos a análise, o (a) leitor (a) encontrará um apanhado geral relativo à trajetória da imprensa feminina brasileira até o momento da chegada da Editora Abril no Brasil. Em seguida, serão apresentados o contexto de criação das revistas e as principais diferenças entre *Claudia* e *Nova* relativas à periodicidade, impressão, papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade, aspectos que são considerados imprescindíveis para o entendimento de seus conteúdos mais específicos.

No segundo capítulo, a *reprodução* foi analisada sob uma perspectiva histórica da medicalização da sociedade, bem como das relações de gênero, partindo do pressuposto de que os discursos presentes nas revistas *Claudia* e *Nova* perpassavam assimetrias de poder que subjogavam o corpo feminino aos interesses políticos, econômicos e sociais do capital estrangeiro em relação às políticas demográficas. O capítulo inicia-se com uma breve análise da história da contracepção, passando pela criação da ginecologia no final do século XIX, até chegada ao período no qual os discursos sobre o controle de natalidade e a criação de entidades privadas de planejamento familiar teriam contribuído para o decréscimo da fecundidade no Brasil nas últimas décadas do século XX²⁴.

²⁴Cf. PEDRO, 2003; CORREA, JANNUZI e ALVES, 2006; SILVA, 2000; BERQUÓ, 1987; GIFFINS, 1992.

Por ultimo, analisei o papel das revistas na divulgação dos discursos que buscavam normatizar, medicalizar e patologizar tanto a *sexualidade* feminina e masculina, como os comportamentos sexuais “desviantes”, isto é, condutas que não se enquadravam na oposição binária das categorias fixas de gênero e no padrão das relações heteronormativas. Dessa maneira, ver-se-á como a *sexualidade* em *Claudia* e *Nova* funcionou como dispositivo de divulgação da moral sexual cristã, bem como contribuiu para o consenso em torno do sexo e da felicidade conjugal presente no seio das famílias brasileiras, sobretudo da classe média, em meados do século XX. Posto isso, o terceiro capítulo começa com a análise da *sexologia moderna* e de um grupo seleta que é autorizado a falar sobre sexo na década de setenta, passando pela investigação do orgasmo feminino e masculino e pelas questões que envolviam a prevenção às *doenças venéreas*.

CAPÍTULO 1 - ANÁLISE DAS REVISTAS FEMININAS *CLAUDIA* E *NOVA*: TRAJETÓRIA DA EDITORA ABRIL NO BRASIL (1950-1970)

Neste capítulo, apresentarei o perfil e o público das revistas *Claudia* e *Nova*, bem como contextualizarei o seu surgimento em maio à trajetória da imprensa feminina no Brasil. Além disso, conheceremos um pouco da história da Editora Abril e sua atuação no período da Ditadura Civil-Militar instaurada no país em 1964. Finalmente, com base em uma vasta bibliografia sobre a História da Imprensa no Brasil e de estudos específicos sobre os periódicos femininos brasileiros, apresentarei as semelhanças e diferenças entre as duas publicações, buscando entender como se deu a construção dos discursos sobre *reprodução* e *sexualidade* nas páginas de *Claudia* e *Nova*.

1.1 A imprensa feminina no Brasil

Quando foi introduzida no Brasil, a imprensa era um meio de comunicação informativo e associado ao poder. Fundado em 1808 junto com a chegada da Família Real à América portuguesa, o jornal *Gazeta do Rio de Janeiro* apresentava-se como o porta-voz oficial da Coroa emigrada nos trópicos, tendo a função de informar as principais decisões do príncipe regente e dos acontecimentos na Europa, tal como as típicas gazetas monarquistas do século XVIII. Com o crescimento industrial e a urbanização do império, o jornal converteu-se num dos principais meios de circulação de ideias e serviços resultantes do processo de modernização e inserção do Brasil na economia capitalista em finais do século XIX. Paralelo a isso, o avanço da publicidade e da expansão das artes gráficas nas primeiras décadas do século XX também influenciaram na forma como os periódicos passaram a divulgar a informação e os acontecimentos. Com a evolução das técnicas de impressão, as revistas não-especializadas passaram a ter um lugar de destaque junto aos periódicos nacionais.

Acompanhando a crescente expansão e diversificação do parque industrial brasileiro, surgiram os mais variados tipos de publicações para atender a uma demanda cada vez mais exigente e diversificada da população. A aplicação da lógica capitalista ao mercado editorial, bem como o estabelecimento da sociedade de consumo foram os pontos-chaves para a segmentação de jornais e revistas que transformaram a imprensa não-especializada em um produto comercial capaz de difundir não só a informação, mas estilos de vida, comportamento e concepções de mundo. É nesse contexto que *Claudia* e *Nova* surgirão como produtos de um

mercado onde era possível acessar o universo dito *feminino*, embora cada uma dialogasse de acordo com as interfaces de seu público. Apesar de sua popularização ter sido fruto do processo de modernização do século XX, a imprensa feminina não é um fenômeno recente.

A leitura de *Imprensa Feminina*²⁵, da jornalista Ducília Buitoni, é uma referência importante para a compreensão da trajetória da imprensa feminina em todo o mundo. Ao resgatar as primeiras publicações e o desenvolvimento da imprensa feminina internacional, Buitoni apresenta a maneira diferenciada e, ao mesmo tempo, semelhante, relacionado ao aperfeiçoamento da imprensa feminina no Brasil e no mundo. De acordo com a jornalista, a primeira publicação feminina foi lançada em 1673, na Inglaterra, e chamava-se *Lady's Mercury*. No Brasil, acredita-se que o primeiro periódico voltado para o público feminino foi o carioca *O Espelho Diamantino*, criado em 1827²⁶.

Desde o final do século XVIII, a alfabetização feminina na Europa foi fundamental para a ascensão da publicação dos romances em forma de folhetins – nome designado às informações publicadas nos rodapés dos jornais²⁷. Essa mudança também deu origem aos periódicos *feministas*, que se distinguiram do restante das publicações femininas devido aos manifestos e reivindicações relativos à igualdade de direitos entre mulheres e homens. Por sua vez, no final do século XIX e início do século XX, fruto do mesmo contexto histórico, a imprensa feminina ganhou importância ao mesmo tempo em que as mulheres emergiram como sujeito de suas vidas e de sua própria história. Mas a ligação entre mulheres e imprensa se deu em torno do mundo privado, em especial da cozinha, lugar onde muitas delas ainda passam boa parte do seu tempo²⁸.

Até as primeiras décadas do século XX, as revistas femininas contavam com poucos anúncios e impressões em pequena escala. Com os avanços da indústria tipográfica e o desenvolvimento da indústria de bens de consumo, a publicidade converteu-se em uma das suas principais fontes de financiamento. As matérias passaram a ser encomendadas em função de um esquema publicitário e mais pareciam catálogos de fabricantes de roupas, acessórios e utensílios domésticos²⁹. Acompanhada da noção de utilidade, a *casa* tornou-se a personagem principal dessas revistas que estenderam o seu conteúdo para tudo o que dizia respeito ao lar, isto é, tudo o que estimulasse o consumo e facilitasse a vida das donas-de-casa. O prazer antes

²⁵ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

²⁶ *Idem*, p. 7.

²⁷ *Idem*, p. 38.

²⁸ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

²⁹ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p. 32.

proporcionado pelos romances e folhetins foi gradativamente substituído pelas imagens e fotografias dos anunciantes que asseguravam uma leitura mais dinâmica, agradável e visualmente acessível às mulheres, tendo em vista que boa parte da população brasileira ainda não havia se alfabetizado³⁰.

Segundo Buitoni, o primeiro periódico feminino a consolidar o vínculo entre imprensa, indústria e publicidade foi a *Revista Feminina*, lançada em junho de 1914, em São Paulo. Com uma tiragem em torno de 15 a 25 mil exemplares, a revista fundada pela paulistana Virgilina de Sousa Salle sobreviveu até 1936 e foi considerada a precursora das modernas revistas femininas brasileiras inseridas na lógica capitalista de consumo. *Feminina* era propriedade da *Empresa Feminina Brasileira* e serviu de veículo de propaganda para os cremes de beleza, livros de culinária, romances e outros produtos fabricados pela empresa: “Era a primeira vez que uma indústria específica de produtos femininos influía tão decisivamente num veículo destinado às mulheres³¹”. Os avanços na indústria química e biológica colaboraram para a inserção dos cosméticos nas páginas das revistas que já não tratavam somente do lar ou da moda feminina, mas exploravam um tipo-ideal de beleza baseada em modelos ocidentais, podendo ser encontradas tanto nas capas como nas peças publicitárias de produtos para o rosto (maquiagem) e para o corpo (cremes, sabonetes, etc.).

Por outro lado, o movimento higienista engendrado pelo governo brasileiro nas primeiras décadas do século XX contribuiu para legitimar a presença de médicos do sexo masculino, como colaboradores fixos das revistas femininas. No entanto, desde o século XIX, quando o fenômeno da *medicalização da sociedade* concedeu aos médicos o poder de intervenção sobre assuntos que extrapolavam os limites da medicina, estes apareciam em anúncios e propagandas de medicamentos para autorizar e garantir a confiabilidade dos produtos veiculados na imprensa não-especializada. Figura fundamental do seio da família tradicional brasileira, ninguém melhor do que a *mulher* para servir ao movimento que buscava “limpar”, em termos eugenistas, a sociedade. Tendo sido associadas ao progresso da ciência e ao avanço da modernidade, *saúde* e *higiene* tornaram-se temas recorrentes nas páginas das revistas femininas no início do século XX³², sendo um dos principais assuntos abordados até hoje.

Inicialmente voltada para as classes mais abastadas, a imprensa feminina converteu-se num produto da cultura de massa importantíssimo para a democratização dos costumes no

³⁰ *Ibidem*, p. 42.

³¹ *Ibidem*, p. 44.

³² BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990; p. 75.

século XX³³. Tanto que os títulos dos periódicos femininos franceses substituíram o termo *dames* pelo *femmes*, assim como o *ladies* foi substituído por *women* nas publicações inglesas³⁴. Após a Segunda Guerra Mundial, o clima de confiança e prosperidade também conhecido no Brasil como “Anos Dourados” fez das revistas a companheira inseparável das mulheres nos principais centros urbanos. Além de esquecer os horrores da guerra, as mulheres urbanas estavam em busca de facilidades e do ideal de conforto expandido pela economia capitalista e o desenvolvimento industrial. Além disso, buscavam conselhos sobre os mais variados assuntos do coração³⁵. É nesse contexto que *Claudia* será criada no Brasil com o slogan “revista amiga”, mas antes veremos como a Editora Abril se estabeleceu no Brasil.

1.2 O Grupo Abril e a “revista amiga”

Nesta parte, o livro *Uma editora italiana na América Latina: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*, da italiana Eugenia Scarzanella, foi fundamental para a investigação da história da Editora Abril por meio de seu idealizador, Cesar Civita. Eugenia, que é professora de História da América Latina na Universidade de Bolonha, na Itália, desvenda a maneira pela qual a história da Itália se entrelaçou à história da editora latinoamericana e confirma o vínculo entre os dois países. Ao usar os depoimentos de amigos (as) e pessoas da família Civita, Scarzanella fornece informações inéditas a respeito do contexto e da rede de relacionamentos que Cesar estabeleceu com os (as) empresários (as) argentinos (as) e brasileiros (as) a fim de consolidar sua editora, inicialmente, na Argentina e, posteriormente, no Brasil. Tal perspectiva ajudou-nos a compreender melhor os caminhos trilhados pela Editora Abril antes de tornar-se o grupo de comunicação mais influente do país³⁶. Vejamos como se desenrolou o contexto político, social e econômico que contribuiu para o seu desenvolvimento.

Os Estados Unidos, após tornar-se a maior potência econômica no final da Segunda Guerra Mundial, expandiram por todo o mundo Ocidental um novo estilo de vida conhecido como *American way of life*. Estabelecida no Brasil e em toda a América Latina, a nova filosofia baseava-se em concepções e costumes voltados, sobretudo, para a lógica do mercado. No contexto de disputa entre EUA e União Soviética também conhecida como Guerra Fria, a

³³ *Ibidem*, p. 44.

³⁴ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.75.

³⁵ PISNKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

³⁶ SCARZANELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

expressão foi usada para distinguir as diferenças entre o padrão de vida e consumo americano e o soviético, e convencer ideologicamente o maior número de países ao bloco capitalista. À medida que o Brasil desenvolvia seu parque industrial, os novos hábitos de consumo norte-americanos foram sendo incorporados à sociedade brasileira que, até os anos 1930, havia se inspirado nas normas francesas. Através do cinema Hollywoodiano e da imprensa periódica, ambos em expansão graças à importação das técnicas audiovisuais e gráfico-editorial, bem como o estabelecimento das agências de publicidade estrangeiras; o estilo de vida norte-americano popularizou-se no Brasil, principalmente entre elites e as camadas médias urbanas da sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX, o avanço do nazismo, do fascismo e do antissemitismo na Europa levou à transferência em massa de intelectuais, políticos e empreendedores (as) italianos (as) para as Américas. A maior parte deles (as) refugiou-se nos Estados Unidos, mas muitos (as) acabaram residindo na Argentina, onde outros (as) compatriotas já haviam estabelecido moradia. Dentre eles (as), estava Cesar Civita, filho de Vittoria e Carlo Civita. Nasceu em 1905, em Nova York, no seio de uma família judia, e tinha dois irmãos: Victor e Arthur Civita. Foi criado em Milão, grande centro editorial da Itália, e chegou ao cargo de diretor-geral da Mandadori em meados dos anos 1930, uma das maiores editoras italianas até hoje³⁷.

Em 1938, quando as políticas raciais discriminatórias e o antissemitismo de Mussolini (1893-1945) se intensificaram na Itália, Cesar foi atacado e acusado de “maçom”, “judeu norte-americano”, bem como de proteger os autores da Mandadori, também eles (as) considerados (as) “uma gangue de refugiados judeus³⁸”. No ano seguinte, Cesar deixou Milão e embarcou rumo aos Estados Unidos, onde estabeleceu contatos com Kay Kamen, responsável pela exploração comercial dos personagens da Disney nos EUA. Em 1941, depois de tentar se estabelecer moradia na Europa e nos EUA, finalmente, Cesar chegou a Buenos Aires e decidiu criar seu próprio negócio³⁹.

A Argentina, assim como o Brasil, tinha visto o setor industrial crescer nas primeiras décadas do século XX. Segundo Eugenia Scarzanella, Cesar apaixonou-se pelo país e afirmou afirmado que “As pessoas eram cordiais e gentis, com uma educação de cunho europeu e um

³⁷ SCARZANELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora Unicamp, 2016; p. 22.

³⁸ *Ibidem*, p. 23.

³⁹ *Ibidem*, p. 23-24.

notável senso de humor⁴⁰”. Naquela época, a Argentina mostrava-se promissora no mercado editorial, embora as condições políticas e sociais não fossem as melhores. A doença do presidente argentino Roberto Marcelino Ortíz deixou vago o cargo da presidência que tão logo foi assumido pelo rígido e conservador Ramón S. Castillo Barrionuevo em setembro de 1940. Apesar de o novo presidente ter dificultado a entrada legal de refugiados (as) oriundos da Europa, cerca de um milhão de judeus e judias italianas (os) conseguiram entrar na Argentina tanto por vias ilegais, como por vias regulares, graças a experiências de trabalhos anteriores e às boas relações com pessoas que poderiam oferecer-lhes novos contratos de trabalho para se estabelecerem no país⁴¹.

Devidamente fixado, Cesar não hesitou em criar novas redes de sociabilidade com os judeus (ias) italianos (as) refugiados em Buenos Aires. Tendo adquirido o direito de representar Walt Disney na América Latina, Cesar almejava criar a sua própria editora. Com a experiência adquirida na Mandadori e o apoio de novos e velhos (as) amigos (as), Cesar Civita fundou a *editorial Abril*⁴² em 21 de novembro de 1941, na Argentina. Uma árvore na cor verde, símbolo do conhecimento, foi escolhida como a *logo* da editora e que, posteriormente, se tornaria conhecida em todo o mundo. Três anos depois, Cesar publicou a primeira versão latinoamericana do *Pato Donald*, alcançando grande sucesso, com tiragens em torno de centenas de milhares de cópias.

Embora o desenvolvimento industrial impulsionado pelo nacionalismo argentino tenha contribuído para os seus negócios, Cesar temia que o governo autoritário de Perón (1895-1974), eleito em 1946, atrapalhasse suas atividades no país. Em viagem com o irmão Victor Civita pela Europa, o empresário conseguiu convencê-lo a expandir o empreendimento para o Brasil, onde estabeleceu o primeiro escritório da Editora Abril (versão brasileira da *editorial Abril*) em São Paulo, na Rua Libero Badaró, no dia 01 de novembro de 1947⁴³.

É interessante notarmos que na biografia de Victor Civita disponível no site do Grupo da Editora Abril há uma tentativa de nacionalizar e apagar a memória de um produto tipicamente argentino, apesar de suas raízes europeias. Desde a primeira viagem à América do Sul no início da década de 1940, Cesar Civita estabeleceu contatos com empresários (as) brasileiros (as) residente no Rio de Janeiro e em São Paulo. De acordo com Scarzanella, “entre

⁴⁰ SCARZANELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora Unicamp, 2016; p. 26.

⁴¹ *Ibidem*, p. 24-26.

⁴² Usarei o itálico para que o leitor não confunda a *editorial abril* argentina com a Editora Abril brasileira.

⁴³ SCARZANELLA, Eugenia. Entre dos exilios: Cesar Civita, un editor italiano en Buenos Aires, desde la guerra mundial hasta la dictadura militar (1941- 1976). *Revista de Indias*, v. 69, n. 245, p. 65-94, 2009.

os sócios da editora argentina, Cesar era o que mais almejava o desenvolvimento no país vizinho”. Em 1949, mesmo contra a vontade dos seus sócios, o editor escreveu para a Mandadori propondo a abertura de uma empresa no Brasil, visto que havia constatado a escassez de publicações e empresas de qualidade naquele país.

Ao contrário do que nos conta Scarzanella, a biografia no site da editora brasileira creditava a Victor Civita, seu irmão, todo o mérito de sua criação: “Disseram-lhe que implantar uma editora em São Paulo não daria certo. (...) Victor insistiu, e o resto já se sabe⁴⁴”. Embora Victor tenha investido uma quantia de 500 mil dólares no empreendimento brasileiro e, posteriormente, tenha se tornado sócio majoritário da empresa, por que ignorar sua origem portenha? O que teria sido da Editora Abril se não fosse o olhar visionário de Cesar⁴⁵?

A primeira versão de *Claudia* foi publicada na Argentina pela *editorial Abril* em 1957 – quatro anos antes de ser lançada no Brasil e doze antes de ganhar uma versão mexicana. Cesar Civita foi o primeiro diretor de *Claudia* argentina e tão logo substituído pela sua esposa, Mina Civita, que teve a colaboração da filha, Adriana. Apesar disso, na edição especial de comemoração dos 50 anos da revista no Brasil, Roberto Civita, filho de Victor e presidente do Conselho de Administração da Editora Abril, explicou que *Claudia* foi assim chamada porque sua mãe, Sylvana, “desejava que a publicação levasse o nome da filha que sempre quis ter (e nunca teve)⁴⁶”. Embora não saibamos a origem verdadeira do nome da revista, qual teria sido o motivo para a Abril ignorar a evidência de que *Claudia* havia sido criada primeiramente por Cesar na Argentina?

Mesmo que Victor tivesse se tornado cidadão brasileiro para cumprir o artigo nº 160 na Constituição brasileira de 1946, que proibia o estabelecimento de empresas jornalísticas estrangeiras em território nacional, o fato é que a *editorial Abril*, de matriz argentina, e sua filial brasileira, a Editora Abril, desenvolveram-se paralelamente durante todos os anos da década de 1950 e início da década de 1960. Em 1959, a revista brasileira *Manequim* usava o material fotográfico da seção “Monica va a las compras” da *Claudia* portenha, assim como a revista

⁴⁴ Disponível em: <http://www.grupoabril.com.br/pt/quem-somos/victor-civita/biografia/>. Acesso em: 14 de abril de 2018.

⁴⁵ Algum tempo depois, Cesar vendeu suas cotas da Abril brasileira para investir em outra publicação. Cf. SCARZANELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora Unicamp, 2016; p. 179.

⁴⁶ Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/sua-vida/claudia-50-anos-de-conquistas-da-mulher-brasileira-em-edicao-especial/>. Acesso em: 21 de abril de 2018.

brasileira *Quatro Rodas* assemelhava-se à revista *Parabrisas*, sua versão argentina, ambas especializadas em assuntos automobilísticos⁴⁷.

De acordo com o jornalista italiano Luis Carta, primeiro diretor de *Claudia* no Brasil, as versões brasileira e argentina teriam sido inspiradas em modelos que já vinham sendo aplicados nos Estados Unidos e na Europa, tais como *Marie Claire*, *Arianna* e *Grazia*, esta da Mandadori⁴⁸. No entanto, Luis afirma que a norteamericana *Ladies Home Journal* fora a principal inspiração de ambas as versões. De cunho tradicional, *Ladies* havia sido modernizada nos anos 1950, incorporando fotografias e discussões sobre saúde e sexualidade, com a incorporação de análises do relatório Kinsey, e da coluna escrita pelo médico pediatra Benjamin Spock⁴⁹, reconhecido internacionalmente após a Segunda Guerra Mundial, por suas teorias sobre educação e cuidado infantil. Para Cesar, o modelo de *Ladies* era capaz de atrair a publicidade, fenômeno que alimentava reciprocamente os conteúdos e o financiamento das revistas femininas⁵⁰. Afinal, eram as mulheres que tinham (e ainda têm) o poder de decisão sobre a compra de produtos e serviços voltados para o lar.

Com o slogan de “revista amiga”, *Claudia* surgiu no Brasil em 1961, com uma tiragem inicial de 164.000 mil exemplares⁵¹. Buscava atingir as “mães” e “esposas” consumidoras do novo estilo de vida vislumbrado pelo desenvolvimento industrial e urbano do país: culinária, moda, beleza, decoração, foram alguns dos carros-chefes da nova revista, que divulgava em suas páginas um ideal de conforto, assim como os serviços e utensílios criados para facilitar a vida das donas-de-casa. Seu conteúdo atendia às expectativas do mercado consumidor em expansão e servia de vitrine para as leitoras/consumidoras que usufruíram dos benefícios da política *desenvolvimentista* de Juscelino Kubitschek (1902-1976) na metade da década de 1950⁵². Com um tom paternalista, *Claudia* ajudava e, sobretudo, ensinava as mulheres brasileiras a lidar com as novidades da indústria, além de instruí-las sobre os mais variados assuntos: receitas, saúde e cuidado com os (as) filhos (as) e maridos, *Claudia* estava sempre à disposição da família.

⁴⁷ SCARZANELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora Unicamp, 2016; p. 177.

⁴⁸ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.81.

⁴⁹ Spock foi autor do bestseller *The Common Sense Book of Baby and Child Care*, publicado em 1946.

⁵⁰ SCARZANELLA, *op.cit.*, p. 80.

⁵¹ MIRA, *op.cit.*, p.81.

⁵² BAPTISTA, Íria C. Q.; ABREU, Karen. C. K. História das Revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural*, Santa Catarina, Edição 004, jul. 2010; p. 19.

Distribuída nos centros urbanos de todo o país, o público-alvo de *Claudia* era a mulher casada e de classe média, conforme assegura Carmem da Silva: “Iniciei esta seção com certa angústia, era a minha primeira tentativa de contato com uma entidade abstrata chamada ‘público feminino’. Mais especificamente, **público feminino da classe média brasileira** do início da década de 1960⁵³” [grifos meus]. No entanto, utilizando-se de um vocabulário acessível e de imagens e fotografias, acredita-se que atingiu também as classes menos abastadas, tal como foi possível verificar em carta enviada por uma leitora à direção da revista em março de 1971: “Neste lugar tão longe de onde você vive, *Claudia*, existe alguém como eu que, mesmo sendo humilde, se dá ao luxo de comprá-la todos os meses porque acha você maravilhosa. Acontece que aqui em Macapá, *Claudia* custa Cr\$ 5,30, quase o dobro⁵⁴”. Durante o período analisado, o preço da revista variou entre NCr\$2,50 cruzeiros novos e Cr\$10,00 cruzeiros.

No início, *Claudia* não tinha uma estrutura própria para a produção dos serviços de moda, manequim, decoração, fotografia, etc. Além de aproveitar o material de sua homônima portenha, a revista tinha um acordo com as revistas *Maire Claire* e *Elle*, que deu continuidade à sua publicação com a importação de profissionais e/ou de material estrangeiro⁵⁵. Com o tempo, a revista montou o seu próprio estúdio fotográfico e aproximou-se da realidade nacional, embora ainda utilizasse conteúdos produzidos fora do Brasil, como foi o caso da reportagem “Esta mulher foi salva do câncer (sem mutilar o seio)⁵⁶”. Publicada em novembro de 1972, o editorial da revista escrito pelo editor-chefe da época, Carlos Alberto Fernandes, confirmava que a mesma havia sido retirada de uma publicação estrangeira:

Quatro meses atrás, a revista francesa *Elle* publicava uma reportagem-depoimento, onde era noticiada a possibilidade de cura do câncer do seio, sem a amputação. Pela importância e seriedade da notícia, você poderá ler agora, em *Claudia*, esta reportagem com exclusividade para todo o Brasil⁵⁷.

Apesar do avanço da publicidade e das artes gráficas que juntas imprimiam um tom de modernidade à revista, *Claudia* alimentava uma *mística* de realização feminina em torno do lar e das atividades domésticas ao divulgar um ideal de mulher feliz e realizada em suas páginas. Este sentimento havia se propagado no final da Segunda Guerra Mundial, quando as mulheres, sobretudo as norte-americanas, foram conclamadas a restituírem suas funções de mãe, esposa e

⁵³ SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2013.

⁵⁴ CLAUDIA responde. *Claudia*, n. 114, mar.1971.

⁵⁵ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.83-84.

⁵⁶ ESTA mulher foi salva do câncer sem mutilar o seio. *Claudia*, n.134, p. 42-53, nov.1972.

⁵⁷ FERNANDES, Carlos Alberto. Editorial. *Claudia*, n.134, p. 42-53, nov.1972.

dona-de-casa, depois de aproveitarem o vazio deixado pelos homens e ocuparem seus postos de trabalho, além de algumas terem garantido um diploma universitário, tornando-se, assim, menos dependente financeiramente dos maridos.

Apesar do reconhecimento e da necessidade da força de trabalho feminina, essas mulheres foram aconselhadas a “voltar para o lar” e foram induzidas pela ideia da valorização dos papéis domésticos amplamente compartilhados pela indústria de consumo e a imprensa dos EUA, em meados do século XX. Em *Mística Feminina*⁵⁸, Betty Friedan, que foi influenciada pela leitura de *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir (1949⁵⁹), confirma que a cultura americana se esforçou para expandir o ideal da *mística feminina*, estilo de vida que condicionava a felicidade das mulheres ao casamento e à maternidade. Prisioneiras do próprio destino, elas teriam sofrido de um “mal sem nome” que, segundo Betty, provocou um sentimento constante de insatisfação e reivindicações que fizeram parte dos movimentos feministas nas décadas de 1960 e 1970⁶⁰.

No Brasil, *Claudia* reproduziu essa dicotomia por meio de discursos que reforçavam tanto manutenção da ordem, como incentivavam a “subversão” das mulheres aos papéis que lhes foram historicamente atribuídos. Apesar do seu tom conservador, o debate em torno da revolução dos costumes, cujas transformações culturais abriram espaço para as reflexões a respeito da condição social das mulheres, foi incorporado na revista com os polêmicos artigos da psicóloga, jornalista e escritora Carmem da Silva. Contratada como colaboradora em 1963, Carmem foi considerada a precursora e defensora dos direitos das mulheres na imprensa feminina brasileira até 1985, ano de sua morte. Porém, isto não significava que *Claudia* era uma revista *feminista*, pois, embora questionasse os papéis sociais femininos e usasse uma linguagem mais progressista, os artigos de Carmem estavam inseridos dentro de uma lógica conservadora que defendia a moral e os bons costumes da família tradicional brasileira.

Portanto, *Claudia* não seguia à risca uma linha editorial, mas reproduzia simultaneamente duas visões de mundo diferentes: uma mais tradicional e outra mais questionadora. Fosse para acompanhar as mudanças do mundo moderno ou para atrair os olhares de um mercado consumidor cada vez mais exigente, *Claudia* refletiu as contradições de um tempo em que o conservadorismo foi obrigado a conviver com a emancipação social e sexual do *sexo frágil*. Portanto, contanto fossem boas mães, esposas, donas-de-casa, e

⁵⁸ FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

⁵⁹ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: A experiência vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

⁶⁰ COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Ed. UFGD, 2015, p. 286-288.

estivessem sempre bonitas e dispostas a fazer “vista grossa” para as relações extraconjugais dos maridos, a independência financeira e a autonomia das leitoras de *Claudia* eram toleradas.

Nas imagens abaixo (figs. 1 e 2), vemos esse paradoxo que permaneceu durante toda a década de 1970. A propaganda de um aparelho refrigerador (fig. 1) – utensílio doméstico criado no início do século XX para conservar alimentos – foi publicada ao lado de um teste elaborado para ajudar as leitoras a descobrirem qual seria a sua vocação, caso desejassem atuar profissionalmente no mercado de trabalho. Na figura 2, três receitas diferentes de polenta, prato típico da Itália incorporado à culinária brasileira, foram preparadas com o caldo de galinha da marca *Knor* e aparecem nas mesmas páginas dos classificados de emprego oferecidos pela revista às suas leitoras.

Figura 1 - Trabalho e utensílio doméstico em *Claudia*



Fonte: *Claudia*, n. 101, fev. 1970; p.3-4.

Figura 2 - Receitas e classificados de emprego em *Claudia*



Fonte: *Claudia*, n. 213, s/n, ago. 1979.

Apesar de ter introduzido o debate público sobre o sexo, divórcio, trabalho, pílulas anticoncepcionais, etc., e modificado o padrão de publicação dos periódicos femininos no Brasil, *Claudia* era editada por um corpo editorial composto, em sua maioria, por homens que ocupavam os mais altos cargos de chefia na revista. Embora Maria Cristina Gama Duarte tenha ocupado o cargo de Editora-Executiva em novembro de 1974, e tivesse alcançado, na década seguinte, o cargo de Diretora da revista, as mulheres só começaram a ter mais destaque na gestão de *Claudia* a partir da segunda metade da década de 1970, quando uma reformulação para “rejuvenescer” e enfrentar a concorrência fixou assuntos, tais como saúde, vida conjugal e comportamento feminino nas páginas da revista⁶¹.

Em abril de 1977, apesar de *Claudia* já ter abordado o tema anteriormente, a seção “Mulher e Trabalho” foi criada para ajudar as leitoras a lidar com as principais profissões e problemas relativos ao mercado de trabalho feminino. Em maio do mesmo ano, Carmem da Silva estreava uma nova coluna intitulada “Eu heim”, na qual criticava e fazia comentários irônicos a respeito da condição da mulher nos anúncios publicitários de jornais e revistas brasileiras. Não por acaso, essa mudança ocorreu no final da década de 1970, período em que pela primeira vez o país vivia um processo de abertura e redemocratização durante a ditadura

⁶¹ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.93.

civil-militar, que privou toda a população brasileira, assim como a imprensa, do direito de expressar-se livremente. Apesar disso, a resistência democrática atuou na criação de grupos alternativos de comunicação e de enfrentamento que combateram a ditadura no Brasil⁶².

Adiante veremos como a Editora Abril sobreviveu e, principalmente, enriqueceu durante o regime militar, vindo a tornar-se a líder comercial do mercado de revistas e livros mais influentes no Brasil na década de 1990⁶³. Mesmo com os avanços tecnológicos do mundo pós-moderno, a Abril continua sendo a maior editora de revistas femininas no Brasil. Tanto *Claudia* como *Nova* podem ser encontradas nas bancas de jornal de todo o país, ou através de assinatura em meio eletrônico, o que revela o seu poder de influência frente às novas tecnologias de comunicação.

1.3 Contexto político, social e econômico: a ditadura civil-militar e a censura prévia nas revistas *Claudia* e *Nova*

No jogo contra a democracia, a imprensa foi peça importante para o golpe que instaurou a ditadura civil-militar no Brasil em 1964. Antes disso, ela já havia apoiado outras tentativas frustradas de violação dos direitos previstos na Constituição. Em 1953, uma campanha da imprensa contra o jornal *Última Hora* acusou o periódico de apoiar as ideias do presidente Getúlio Vargas, o “pai dos pobres”. Em troca de facilidades de crédito em bancos nacionais, o jornal foi acusado de apoiar as ideias do presidente que buscava criar a Petrobrás e exercer o domínio estatal sobre a exploração do petróleo brasileiro. Naquela época, a maioria das empresas jornalísticas no Brasil era controlada pelas agências de publicidade norte-americanas que investiam rios de dinheiro nos periódicos nacionais. Embora todas tivessem se beneficiado da política de empréstimos de Vargas – e por isso a situação tinha um caráter paradoxal –, inclusive a *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, a campanha mobilizou a opinião pública, tornando insustentável a situação de Getúlio que, para não ceder à pressão da imprensa e de seus inimigos (as), que exigiam a sua renúncia ao cargo, tirou a própria vida no dia 24 de agosto de 1954 e, como previu em sua carta-testamento, entrou para a História⁶⁴.

No caso específico do petróleo, uma Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) instaurada para apurar o controle exercido pelas agências estrangeiras de publicidade sobre as

⁶² O *Pasquim* foi o mais influente de todos. Cf. NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 2009; p. 25.

⁶³ Na década de 1990, *Claudia* foi a revista feminina mais vendida e a segunda mais consumida no país, atrás somente da revista *Veja*, também da editora. Cf. MIRA, *op.cit.*. 1997.

⁶⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

empresas jornalísticas no Brasil comprovou a ligação entre essas agências e a campanha da imprensa orquestrada contra a criação da Petrobrás⁶⁵. Portanto, não restam dúvidas de que a imprensa brasileira exerceu (e ainda exerce) grande influência sobre a dinâmica política e social da população brasileira.

Em agosto de 1961, oito meses após ser eleito o novo presidente da República, Jânio Quadros decide renunciar ao cargo. Mais uma vez, a cúpula militar do governo tenta impedir a posse de seu vice-presidente, gaúcho João Goulart, ausente em viagem pelo Oriente quando da renúncia do presidente em exercício. Fracassado, os militares tiveram de aceitar os preceitos da constituição brasileira e João Goulart assumiu a presidência do país em setembro de 1961 – um mês antes de *Claudia* ser publicada no Brasil. Popularmente conhecido como *Jango*, o vice-presidente era herdeiro do conjunto de ideias e práticas sustentado por Getúlio Vargas, ou seja, era favorável à defesa do nacionalismo, da modernização industrial, bem como da autonomia política do Brasil frente às grandes potências estrangeiras, principalmente dos Estados Unidos. Também chamado de *populista*, Jango e seus antecessores eram invejados pela capacidade de mobilizar as massas populares e, ao mesmo tempo, de manter o apoio da elite latifundiária e empresarial ao governo⁶⁶.

No contexto internacional, o mundo vivia o período da Guerra Fria, conflito não-armamentista entre Estados Unidos e União Soviética que disputavam ideologicamente a hegemonia política, econômica e militar dos territórios distribuídos pelo globo terrestre. Em 1959, a Revolução Cubana e a ascensão do comunismo na ilha colocaram em risco os planos capitalistas dos Estados para a América Latina, onde a predominância da miséria e da pobreza poderia levar à insatisfação social e, conseqüentemente, ao alinhamento ao bloco soviético/comunista. Internamente, o Brasil estava dividido entre o Partido Social Democrata (PSD), que reunia parte das elites agrárias; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), representante das camadas populares; e a União Democrática Nacional (UDN), formada pelos setores mais conservadores da sociedade, cuja principal bandeira era o combate à tradição varguista e o comunismo⁶⁷.

Em 1963, Jango, que era filiado ao PTB, fez um anúncio que gerou grande instabilidade política e social para o país: o presidente demonstrou interesse em implantar as *Reformas de Base*, medida que visava promover as reformas agrária, urbana, fiscal e bancária, e dar continuidade ao desenvolvimento econômico do país que não crescia, desde que atingiu uma

⁶⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999; p. 407.

⁶⁶ NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 2009.

⁶⁷ *Ibidem*.

inflação de 100%, no início década de 1960. O apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) às reformas de base foi encarado como a gota d'água para os militares, que viam na herança do *varguismo* a possibilidade do avanço das forças “subversivas” no Brasil⁶⁸.

Estava armado o pretexto para o golpe. As tensões políticas e a incapacidade de Jango de apaziguar a crise econômica e os conflitos sociais levaram parte da classe média, da Igreja Católica e, principalmente, da imprensa a apoiarem a intervenção militar no Brasil. Finalmente, em 31 de março de 1964, as Forças Armadas tomaram o poder e com a ajuda dos Estados Unidos chegaram a preparar uma ofensiva militar, caso houvesse alguma resistência⁶⁹. Prisões arbitrárias, cassação de direitos políticos e civis, tortura, desaparecimento de presos, exílio, corrupção, etc., foram algumas das características que marcaram os 25 anos de ditadura civil-militar no Brasil.

Apesar disso, entre 1968 e 1973, o clima de otimismo gerado pelo crescimento econômico do país provocou um novo surto de euforia semelhante ao de meados da década de 1950 entre os setores médios da sociedade brasileira. O investimento na indústria de bens de consumo duráveis e a facilidade do crédito a juros baixos fomentaram o “Milagre Econômico⁷⁰”. Mas quem, de fato, se beneficiou desse milagre? Para manter a inflação baixa e o crescimento do PIB elevado, os militares aplicaram o arrocho salarial e mudaram o modelo de reajuste do salário mínimo, que aumentava de acordo com a inflação, provocando uma perda do poder aquisitivo da classe trabalhadora, além de da redução dos gastos com políticas sociais. Ao contrário da teoria formulada pelo ex-ministro Delfim Netto (1928-)⁷¹, o “bolo” da economia cresceu somente para uma parcela da população privilegiada, sem que fosse repartido entre os demais setores da sociedade. Portanto, o crescimento da economia no início da década de 1970 no Brasil resultou na concentração de renda e no conseqüente aumento das desigualdades entre a população, que teve seu poder de mobilização social cerceado pela publicação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968.

Por outro lado, o milagre serviu também para mascarar tanto a falta de liberdade civil e política dos (as) brasileiros (as), como para expandir a corrupção existente durante a ditadura.

⁶⁸ NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 2009.

⁶⁹ *Idem*.

⁷⁰ ESCOREL, Sarah. “História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária”. In: Giovanella, L.; Escorel, S.; Lobato, L.V.; Noronha, J.C.; Carvalho, A.I. (Orgs.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012, p. 323-364.

⁷¹ Em entrevista ao Jornal O Globo, em março de 2014, Delfim negou a autoria da frase: “Esta frase nunca passou pela minha boca. Disse que não se pode distribuir o que você ainda não produziu, a não ser que você tome emprestado”. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/frases/esta-frase-nunca-passou-pela-minha-boca-disse-que-nao-se-pode-distribuir-que-voce-ainda-nao-produziu-nao-ser-que-voce-tome-emprestado-18598244>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

Enquanto o país crescia, em média, 10% do seu PIB ao ano, apenas 2% do orçamento financeiro da União eram destinados ao Ministério Saúde no início da década de 1970⁷². Na época, a pasta era dividida em *saúde pública* e *medicina previdenciária*. A primeira, sob o comando do Ministério da Saúde, atendia aos setores pobres da população urbana e do campo, com alvo nas medidas de cunho preventivo. Já a segunda voltava-se para a assistência médica individual do trabalhador formal das áreas urbanas e surgiu na década de 1930, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Os IAPs surgiram para estender o auxílio à saúde e os benefícios previdenciários a um número maior de trabalhadores assalariados urbanos, antes restritos às Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) dos setores ferroviários, estivadores e profissionais marítimos⁷³.

Por meio do sistema de contribuição compartilhado entre União, empregadores e empregados, a assistência médica previdenciária era oferecida com base em uma rede de serviços própria dos IAPs que era composta por hospitais, ambulatórios e consultórios médicos. Sob a alegação da incapacidade de atender a todos (as) os (as) seus (as) beneficiários (as), os militares unificaram os IAPs e criaram, em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Este passou a priorizar a contratação de terceiros, sistema já adotado pelo IAP dos Industriários, e tornou-se o principal comprador dos serviços privados de saúde orientados pela lógica da lucratividade. A contratação era feita através de Unidades de Serviços (US) denominadas por Carlos Gentile de Mello de “fator incontrolável de corrupção⁷⁴”. Visto que os preços tabelados pelas USs eram muito baixos, os gestores inventavam, literalmente, pacientes e atividades que ainda não haviam sido praticadas ou escolhiam aquelas que eram mais bem remuneradas⁷⁵.

Em contrapartida, a saúde pública não era tão rentável quanto a medicina previdenciária. O Ministério da Saúde ficava relegado a segundo plano, embora o Ministério tivesse a incumbência de formular a política nacional de saúde a qual a medicina previdenciária estava

⁷² PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, p.15-35, jan.-mar. 2014.

⁷³ Cf. BRAVO, Maria Inês Souza. “Política de Saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

⁷⁴ ESCOREL, Sarah. “História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária”. In: GIOVANELLA, Ligia et al (orgs.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012; p. 328.

⁷⁵ *Ibidem*.

subordinada. Assim, com atuação no âmbito coletivo, o orçamento destinado à pasta passou de 4,6% em 1961, para 0,9% em 1974⁷⁶.

Por outro lado, em determinados áreas e regiões do Brasil, mulheres mais pobres que não dispunham de carteira assinada ou não contribuía de forma autônoma para a medicina previdenciária ficavam à mercê de instituições sem fins lucrativos que tinham interesses que iam muito além dos cuidados com a saúde ou o trabalho filantrópico, como veremos adiante. O fato é que a saúde foi um complexo rentável para o capital privado nacional e internacional durante a década de 1970 que perpassava por questões sobrepostas à assistência médica e social.

Outro setor favorecido pela tecnoburocracia dos militares foi o mercado editorial. Com um alto índice de analfabetos no Brasil, a Editora Abril atuou junto ao governo brasileiro nas mudanças ocorridas no âmbito da educação pública na década de 1970 e expandiu seu capital econômico-social durante a ditadura civil-militar. No âmbito editorial, a adoção de um modelo norte-americano eficiente de distribuição de revistas e o investimento no sistema forte de assinaturas privadas foram fundamentais para o sucesso da editora no Brasil, ao contrário da decadência de sua matriz na Argentina. Segundo Scarzanella, a estabilidade das políticas econômicas brasileiras em comparação às incertezas e crises financeiras da Argentina contribuiu para o crescimento das publicações da editora no Brasil. Num intervalo de cinco anos, a Abril lançou as revistas *Realidade* (1966), *Veja* (1968), *Placar* (1970), *Exame* (1971) e *Nova/Cosmopolitan*, todas entre meados da década de 1960 e 1970⁷⁷.

Interessada em participar dos programas de empréstimos do governo para a compra de máquinas de impressão mais modernas, a Editora Abril tomou algumas providências para agradar aos generais e foi recompensada por isso. A empresa viu-se obrigada a praticar a censura prévia depois que a revista *Realidade* ficou fechada durante dois anos, graças à publicação de conteúdos considerados “ofensivos”. Entre 1975 e 1976, *Veja* foi submetida à censura, sendo o seu diretor, Mino Carta, demitido e ameaçado de morte pelo então ministro da justiça, Armando Falcão. Já no caso de *Claudia*, a Abril recomendava que a revista adotasse a autocensura e substituísse vocabulários e expressões de incitação à ordem por expressões neutralizantes e de preservação da ordem estabelecida. Estas mantinham o *status quo* e a subserviência feminina ao conservadorismo dos militares e da Igreja Católica⁷⁸.

⁷⁶ ESCOREL, Sarah. “História das Políticas de Saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à Reforma Sanitária”. In: GIOVANELLA, Ligia et al (orgs.). *Políticas e Sistema de Saúde no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012; p. 329.

⁷⁷ SCARNELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora Unicamp, 2016; p. 183.

⁷⁸ SCARNELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora Unicamp, 2016; p. 181-182.

De igual modo, a revista *Nova/Cosmopolitan* enfrentou problemas com a Divisão de Censura do Departamento de Polícia Federal, sobretudo porque seu editorial “mais ousado” não hesitou em publicar fotos e assuntos avançados, imorais, obscenos e/ou em desacordo com o primeiro artigo do Decreto-Lei nº 1077, que proibia “publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação⁷⁹”. Segundo Mira, o conteúdo e as ilustrações das reportagens de “A tirania do orgasmo”, “Como despertar a sexualidade” e “Mulheres que vivem cercadas de homossexuais” foram modificadas pelo departamento de censura durante os anos 1970. Já o artigo “Orgasmo Masculino” levou à apreensão da revista em todo o território nacional em 1976. Somente pelos títulos, é possível identificar que o *sexo* e a *sexualidade* eram os temas norteadores dos conteúdos de *Nova*, onde, pelo menos, três matérias sobre sexo eram publicadas mensalmente⁸⁰. Adiante, veremos em que contexto e como se desenvolveu essa revista, que tinha como foco o corpo e a emancipação feminina.

1.4 *Nova*: “uma companheira útil e atualizada”

No final dos anos 1960, percebendo a emergência política e social das mulheres em todo o mundo e buscando alcançar o novo público em ascensão, Victor Civita, responsável direto pela Editora Abril no Brasil, correu para comprar os direitos de publicação da revista norteamericana *Cosmopolitan*, que, inspirada nos livros *Sex and single girl* e *Sex and Office* de Helen Gurley Brown, fez um sucesso estrondoso na década de 1960. Em seus livros, Brown procurava aconselhar as jovens a melhorarem de vida sem depender única e exclusivamente dos homens. Por meio do investimento em um programa de beleza que incluía maquiagem, roupas, exercícios e cirurgias plásticas, ela acreditava que qualquer garota poderia arrumar um bom emprego e, até mesmo, conhecer um homem interessante, caso seguissem à risca todos os seus conselhos.

Rapidamente, a Hearst Corporation⁸¹, editora responsável pela publicação de *Cosmopolitan*, contratou Brown na tentativa de salvar a revista do ostracismo. Lançada em 1886, *Cosmopolitan* era a segunda publicação de grande porte da editora que ambicionava fazer

⁷⁹ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 de abril de 2018.

⁸⁰ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.194.

⁸¹ A Hearst Corporation é um conglomerado de informação e mídia privadas dos Estados Unidos fundada em 4 de março de 1887 pelo empresário William Randolph Hearst em Nova York. Disponível: <http://www.hearst.com/newsroom/history>. Acesso em: 24 de novembro de 2017.

dela o “magazine nacional da América”. De fato, a revista vendeu um milhão de cópias em 1890, mas, com a popularidade em baixa em meados do século XX, e para não arcar com os custos de lançamento de um novo título, Brown foi convidada para comandar o editorial com total liberdade para injetar a sua filosofia. Ao realizar uma verdadeira reforma e montar uma redação composta, praticamente, por mulheres, o primeiro número reestruturado de *Cosmopolitan* vendeu mais de um milhão de exemplares nos Estados Unidos e em dez anos chegou a uma tiragem de 2.500.000⁸².

No Brasil, Victor Civita escolheu Fatima Ali para ocupar o lugar de primeira editora de *Nova/Cosmopolitan*. Fatima seguiu a mesma linha de Helen e procurou interagir com mulheres, em sua maioria, solteiras e na faixa etária dos 20 e 35 anos⁸³, mais propensas a lidar com a carreira profissional ou a experimentar (ou almejando experimentar) a liberdade sexual proporcionada pelas transformações sociais, políticas e econômicas do século XX. Lançada em outubro de 1973 nas bancas dos principais centros urbanos do país, a revista *Nova/Cosmopolitan* prometia:

(...) oferecer à mulher brasileira uma companheira útil e atualizada para permitir-lhe o ingresso no fechadíssimo clube dos cabeças que pensam, julgam e decidem. Até ontem este clube estava reservado aos homens e somente a eles. Hoje, com NOVA, estamos pretendendo fornecer-lhe a chave deste clube⁸⁴.

Embora o trecho acima reforce a ideia de superioridade masculina, *Nova* procurava dialogar com as leitoras que, por necessidade financeira (no caso das mais pobres) ou realização pessoal (classe média e alta), estavam preocupadas com a sua carreira profissional. Segundo Eric Hobsbawn, a inserção feminina no mercado de trabalho desde a Segunda Guerra Mundial, assim como o aumento do número de mulheres no ensino superior, serviu de pano de fundo para a revolução dos costumes e o reflorescimento do movimento pela igualdade de direitos entre mulheres e homens a partir dos anos 1960 e 1970⁸⁵.

Na historiografia, a expansão da luta feminista é dividida em dois momentos distintos: o primeiro deles ocorreu no final do século XIX e início do século XX, e ficou conhecido como *feminismo de primeira onda*. A principal reivindicação era o direito ao voto. As *sufragistas*,

⁸² MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.187.

⁸³ BAPTISTA, Íria C. Q.; Karen. C. K. A História das Revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural*, Santa Catarina, Edição 004, jul. 2010; p.21.

⁸⁴ EDITORIAL, *Nova*, n.1, out.1973.

⁸⁵ HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

como ficaram conhecidas as ativistas que lutaram pela emancipação política das mulheres, acreditavam que a transformação de sua condição social somente seria possível com a participação delas no processo eleitoral protagonizado por homens. Já os movimentos feministas que emergiram em meados do século XX, lutaram pela liberação das amarras que condicionavam o sexo e o corpo feminino à reprodução e à opressão imposta pelo patriarcado⁸⁶. O estopim ocorreu após a realização do *Miss America* em New Jersey, nos Estados Unidos, em 1968. Para mostrar ao mundo que eram tratadas como objetos de desejo sexual masculino, as mulheres norte-americanas queimaram objetos de tortura e submissão a um padrão de beleza ideal e ocuparam a plateia do evento estendendo uma bandeira com a frase “Women’s Liberation” (Liberação Feminina)⁸⁷.

Embora a insatisfação feminina já fosse uma realidade na Europa e nos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial, como demonstrou Betty Friedan em *Mística Feminina*⁸⁸, a ocupação do *Miss America* internacionalizou a luta feminista num período de grande efervescência política e cultural em todo o mundo. Segundo Céli Regina Jardim Pinto, diversos movimentos sociais surgiram sob um caldo de insatisfação originário da derrubada de dois grandes mitos: o fim do sonho americano do *american way of life* nos EUA, e do sonho da revolução socialista na Europa. O primeiro deles havia se desintegrado depois que as Guerras da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1975), assim como os conflitos raciais demonstraram a fragilidade do alcance da felicidade norte-americana pautada nos valores da família e da moral protestante. O segundo teria se dissipado com a revelação dos crimes stalinistas e, principalmente, quando as invasões da Hungria (1956) e da Tchecoslováquia (1968), atual República Checa e Eslováquia, minaram a luta contra a derrota do capitalismo europeu⁸⁹.

Nesse mesmo período de desesperança, o movimento hippie nos Estados Unidos e o maio de 1968, em Paris, deram um pontapé inicial ao movimento que representou um choque intercultural entre o mundo tradicional e uma nova geração que colocava em xeque os valores da sociedade conservadora, com a crítica às relações de poder hierárquicas nos âmbitos público e privado. Os mesmos sentimentos que motivaram a eclosão do movimento conhecido como *contracultura* contaminaram as mulheres americanas e europeias que, influenciadas pela leitura de Simone de Beauvoir, começaram a se reunir – primeiro em ambientes fechados, depois institucionalmente organizadas – para discutir questões relacionadas à opressão masculina e às

⁸⁶ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2003.

⁸⁷ Informações retiradas do documentário *She’s beautiful when she’s angry*, de 2014.

⁸⁸ FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

⁸⁹ PINTO, *op.cit.*.

condições política, social, econômica e, sobretudo sexual, que as colocavam em desigualdade comparadas aos homens⁹⁰.

No Brasil, o *feminismo de segunda onda* expandiu-se em meio ao clima de repressão causado pela ditadura civil-militar e ganhou visibilidade somente na década de 1970 com a resistência ao regime. No entanto, desde meados da década de 1940, movimentos organizados por mulheres das classes médias e populares buscavam intervir no mundo público sem colocar em xeque a condição social e culturalmente imposta pelos homens. Clubes de mães católicas e movimentos pela anistia e contra carestia foram alguns dos exemplos de grupos de mulheres que se reuniam para reivindicar a melhoria das condições de vida da população brasileira marginalizada. Entretanto, com o apoio de parte da Igreja Católica, esses movimentos não podem ser considerados feministas, uma vez que, na condição de esposas, donas-de-casa e mães, elas não lutavam pela mudança dos papéis sociais a elas atribuídos⁹¹.

De acordo com Celi Pinto, o movimento feminista brasileiro não escapava a um problema que tinha as duas faces da mesma moeda: ao mesmo tempo em que reconhecia a luta pela transformação das relações de gênero, as ativistas brasileiras tinham uma consciência muito clara de que a sua luta era também a luta contra a desigualdade social, sobretudo, quando se tratava de mulheres negras e pobres. Assim, o “feminismo à brasileira” da década de 1970 era compreendido como: “um movimento que luta[va] por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende[ia] a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é[era] comum a grandes parcelas da população⁹²”.

Apesar disso, algumas das reivindicações do movimento feminista teriam coincido com as pautas defendidas nas páginas da revista *Nova*, assim como o perfil socioeconômico das ativistas brasileiras assemelhava-se, em parte, ao perfil das mulheres que liam a revista. Descartando a questão dos direitos sociais das mulheres mais pobres, *Nova* abordava questões que giravam em torno do sexo e do trabalho e atingia um público formado especialmente por mulheres urbanas de classe média. Tal como em *Cosmopolitan*⁹³, veremos ao longo desta dissertação que o prazer feminino era apresentado nas páginas de *Nova* como um direito inalienável das mulheres em meio à reprodução de estereótipos que mantinham inalteradas a condição social feminina e as relações hierárquicas de gênero.

⁹⁰ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2003.

⁹¹ *Ibidem*.

⁹² *Ibidem*, p. 45.

⁹³ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.187.

Além de sexo e trabalho, a paquera, a sedução, a conquista e o relacionamento extraconjugal eram temas bastante recorrentes nas páginas de *Nova*. Embora também se dirigisse às mulheres casadas, o perfil de *Nova* eram as solteiras e as “desquitadas”, aquelas que a sociedade acreditava estar em busca de um novo parceiro, afinal, desde 1977, a aprovação da Lei do Divórcio no Brasil autorizavam-nas a casar-se novamente⁹⁴. Reflexo de um núcleo editorial formado por mulheres independentes, a revista dialogava com aquelas cujas preocupações primordiais não eram mais o lar, os filhos e/ou os maridos, mas, diferente de *Claudia*, buscavam realização profissional e sexual mesmo sendo casadas. Até então impossibilitadas de sentir prazer, a emergência da *sexologia moderna* e o avanço das técnicas de contracepção abriram espaço para uma demanda feminina ávida por sexo. No entanto, houve quem afirmasse que a liberação sexual teria causado uma nova obrigação chamada “tirania do orgasmo”.

Evidentemente, o discurso sobre a realização sexual feminina presente nas páginas de *Nova* reproduzia um padrão que mantinha intacta a ordem heteronormativa na qual o prazer das mulheres dependia única e exclusivamente do desempenho dos homens. Apesar de divulgar uma imagem de mulher liberada e dona do seu corpo, *Nova* defendia que o orgasmo feminino necessitava do esforço do homem para agradá-la. Em contrapartida, esta deveria atingir o clímax para “fisgar” o coração do rapaz ou, no caso das comprometidas, manterem estável o seu casamento. Desse ponto de vista, a mulher de *Nova* continuava submissa e emocionalmente dependente dos homens. Ainda que legitimasse o seu interesse por outros assuntos, o discurso da revista reproduzia estereótipos que marcavam o ideal de feminilidade e masculinidade baseado nas diferenças de sexo e gênero, o que, para a crítica feminista, poderia ser considerado uma falsa liberação⁹⁵.

O fato é que, diferente de *Claudia*, *Nova* foi escrita majoritariamente por mulheres na década de 1970, embora alguns colaboradores homens tenham sido convidados a contribuir com o seu olhar e discurso masculino. Vendida nas bancas das principais capitais do país, o primeiro número de *Nova* alcançou a tiragem de 175 mil exemplares, chegando à marca de 200 mil revistas em 1978. No entanto, segundo Fatima Ali, *Nova* não teve o mesmo prestígio de *Cosmopolitan*, pois ficou conhecida pejorativamente entre os publicitários (as) brasileiros (as) como “revista das secretárias”, e assim permaneceu até o final da década de 1980, quando

⁹⁴ Lei Nº 6.515, de 26 de dezembro De 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm. Acesso em: 23 de junho de 2018.

⁹⁵ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.197.

finalmente tornou-se um produto rentável para as agências de publicidade. Ainda assim, a publicação fez grande sucesso entre o público feminino na década de 1970, uma vez que, ao contrário de *Claudia* e de outras revistas, as leitoras eram incentivadas a priorizar seus desejos antes de seus maridos e filho (as). Sendo assim, o que mais poderia distinguir *Claudia* e *Nova*, e o que elas tinham comum? Vejamos adiante.

1.5 Nova X Claudia: semelhanças e diferenças entre as duas revistas

Como vimos, os perfis de leitoras de *Claudia* e *Nova* eram bastante díspares na década de 1970. Ainda que a primeira investisse em temas mais avançados, como os artigos polêmicos da coluna “A arte de ser mulher”, de Carmem da Silva, o enfoque de cada uma delas era muito diversificado. *Claudia* dialogava com mulheres mais velhas que, mesmo trabalhando fora de casa, colocavam a família à frente de seus desejos mais íntimos. Já *Nova* falava abertamente sobre todos os assuntos e atingia aquelas mais jovens e mais afeitas às transformações do mundo moderno. No entanto, as duas tinham algo em comum: ambas as revistas eram um produto estrangeiro e, por mais que o Grupo Abril tentasse apagar o seu passado, *Claudia* e *Nova* nasceram sob a inspiração de modelos já existentes na Europa e nos Estados Unidos. Por um lado, isso homogeneizava o conteúdo em torno da cultura e do capital externo, sobretudo o norteamericano; mas, ao analisarmos os discursos relativos à *reprodução* e *sexualidade*, veremos que há mais aspectos em comum entre as duas revistas do que poderíamos imaginar.

Outro aspecto entre as duas revistas são as matérias de comportamento que retratavam a realidade e as dificuldades do dia-a-dia das mulheres das camadas médias urbanas do país. Segundo Mira, o interesse pelas experiências e histórias de vida reais estabelecia uma relação de proximidade com o as leitoras, que passavam a ler os depoimentos como algo que poderia acontecer tanto com elas, como com outra pessoa qualquer. Ao identificarem-se com as situações relatadas, elas não se sentiriam tão sós e saberiam agir diante de alguma dificuldade. Da mesma forma, as entrevistas com pessoas famosas buscavam demonstrar que ambas, a leitora e o (a) artista, eram pessoas comuns. Também a utilização do pronome “você”, técnica já conhecida pela publicidade, permitia *Claudia* e *Nova* conectarem-se diretamente com as leitoras, aumentando, assim, o grau de proximidade com o seu público⁹⁶. Tanto *Claudia* como *Nova* investiram nesse estilo moderno de se comunicar.

⁹⁶ SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2013.

Embora inicialmente *Nova* tenha sido impactada pelo machismo publicitário, foi possível encontrar em meio aos seus conteúdos menos tradicionais a mesma dinâmica de publicidade de *Claudia*. Além dos anúncios de lingerie e produtos para o corpo, como cremes e perfumes, *Nova* estampou em suas páginas produtos e serviços que ajudavam as mulheres a desempenharem as principais tarefas do lar, reforçando a ideia de jornada dupla de trabalho e a função social de donas-de-casa. No exemplo abaixo (fig. 3), vemos uma propaganda de dezembro de 1979 de quatro páginas dedicadas aos principais produtos da *Arno*, empresa criada originalmente em 1940 para fabricação de motores elétricos que viria a se tornar a precursora na fabricação dos primeiros eletrodomésticos do país: “enceradeiras, aspiradores de pó, painéis de pressão e liquidificadores, já atendendo às necessidades do consumidor e proporcionando às donas de casa da época o início de uma mudança comportamental⁹⁷”.

Figura 3 - Campanha Publicitária da marca de eletrodomésticos *Arno*



⁹⁷ Disponível em: <https://www.arno.com.br/sobre-arno/nossa-historia>. Acesso em: 28 de abril de 2018.



Fonte: Nova, n. 75, s/n, dez.1979

O texto que acompanhava o anúncio dizia:

Quanto mais Arno, melhor! A Arno você já conhece. Para secar, pentear e modelar os cabelos... para fazer bolos, suspiros, quindins, doces e salgados... para sucos, batidas, sopinhas, vitaminas e refrescos... para abrir latas e também afiar facas... para limpar e fazer a poeira sumir... para encerar, ilustrar e dar brilho... para ventilar e refrescar o ambiente... para não engordurar... para furar, lixar e polir... Fique de olho nos lançamentos da Arno!

Em *Claudia*, além dos eletrodomésticos, as propagandas de produtos para receitas culinárias, moda e decoração prevaleceram sobre os utensílios domésticos (fig. 4, 5 e 6). Seções como *Cozinha Experimental* e *Casa Claudia* fizeram grande sucesso e atraíram diversos anunciantes para a revista, que passou a ditar o seu conteúdo de acordo com as demandas publicitárias. A popularização da moda substituiu os moldes de costura pelo endereço das confecções onde as leitoras poderiam comprar as roupas e as novas tendências usadas pelas (os) modelos das propagandas (fig. 6).

Figura 4 - Anúncio de toalhas São Carlos



Fonte: *Claudia*, n. 213, s/n, ago. 1979⁹⁸

⁹⁸ Anúncio da marca de toalhas São Carlos: “Somente para casais muito especiais”.

Figura 5 - Lâmpadas Philips



Fonte: *Claudia*, n. 215, s/n, out.1979⁹⁹

⁹⁹ “Lâmpadas espelhadas Philips. Elas são tudo o que você precisa para ter imediatamente atendidos os seus desejos de uma iluminação diferente e sofisticada na sua casa. Basta instalá-las no modelo de luminária Philips que você tiver escolhido, para ganhar um ambiente maravilhoso na sala, no quarto ou no escritório. As lâmpadas espelhadas Philips foram criadas para substituir a luz difusa, convencional, por outra que pode explorar todas as possibilidades claro-escuro. Ela oferece luz direta para concentrá-la sobre quadros, peças de artes, plantas, ou para leitura (...). As lâmpadas espelhadas Philips podem ser compradas nos mesmos locais das lâmpadas comuns. Sempre vêm com muito mais charme”.

Figura 6 - Moda feminina Vigotex



Fonte: *Claudia*, n. 215, s/n, out.1979¹⁰⁰

A combinação entre imagem e texto revelou que essas propagandas não vendiam apenas produtos, mas introjetavam um estilo de vida compartilhado por meio de um mercado de bens simbólicos, que poderiam ser consumidos, até mesmo, por aquelas que não tinham condições financeiras de bancar o modo de viver da classe média, mas criavam, assim, o sonho de adquiri-lo algum dia. Essa era a lógica perversa do capitalismo e da sociedade de consumo sendo retroalimentada pela publicidade que, para alcançar o lucro das empresas anunciantes, criava novas e diferentes necessidades de consumo de acordo com as tendências da moda, da culinária, da engenharia e da arquitetura estrangeiras. Ao transformar a imprensa em um grande negócio,

¹⁰⁰ Anúncio da antiga confecção de roupas *Vigotex*. Além do endereço disponível no final da página, lê-se na imagem: “Primavera, verão, Vigotex: prepare-se para viver as emoções de uma nova estação da moda”

o capitalismo monopolista convertia os meios de comunicação em instrumentos de alienação, o que lhes fazia perder o seu caráter de esclarecimento¹⁰¹.

Além da idealização de um modo de vida inspirado em modelos internacionais, também foi possível perceber que havia um padrão de beleza e estética divulgado ao longo de suas páginas. As (os) modelos das capas e dos anúncios eram majoritariamente esbeltas (os), altas (os), magras (os) e brancas (os). A inspiração era o arquétipo da beleza Ocidental que, diferentemente da diversidade brasileira, descartava os tons da pele, o corpo e os tipos de cabelos característicos do processo histórico-cultural de miscigenação do país. Livre de imperfeições, até a década de 1950, os tons “morenos claros” prevaleceram sobre os “louros bronzeados” valorizados nas décadas seguintes¹⁰².

Figura 7 - Capa de Claudia



Fonte: *Claudia*, n.119, ago.1971

¹⁰¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

¹⁰² SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. “Sempre bela”. In PINSKY e PEDRO (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016; p. 114.

Figura 8 - Capa de Nova



Fonte: *Nova*, n.17, fev.1975

Com relação ao corpo, *Nova* costumava ser mais “ousada”. Ao dialogar com uma mulher “liberada” e consciente de sua emancipação, seu conteúdo explorava demasiadamente o *sexy appeal* feminino. Nas capas acima (fig. 7 e 8), percebe-se que em *Nova* o corpo da mulher ficava mais em evidência comparado à supervalorização do rosto feminino em *Claudia*, que enfatizava a expressão sorridente e os detalhes de sua maquiagem (batom, rímel, sombra, etc.). A silhueta magra e a ênfase na face foram inspiradas, desde meados do século XX, nos cinemas hollywoodianos e na publicidade norteamericana¹⁰³. Diferente de *Claudia*, a mulher de *Nova* era sempre muito atraente e extravagante, sobretudo, em função dos biquínis e maiôs usados em quase todas as capas. Junto com o advento dos biquínis, as dietas e as preocupações com a boa forma passaram a ser tema recorrente nas páginas das duas revistas, principalmente no final

¹⁰³ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. “Sempre bela”. In PINSKY e PEDRO (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016; p. 114.

da década de 1970. Em contrapartida, *Claudia* investia em uma imagem feminina mais recatada e coerente com o papel social desempenhado pela mulher voltada para o lar e a família.

As capas acima não foram escolhidas ao acaso. Se as analisarmos com cuidado, percebemos o lugar dedicado à figura masculina nessas revistas. Em *Claudia*, o paternalismo é representado pela posição do homem na imagem que, ao envolvê-la, demonstra proteção e, ao mesmo tempo, o seu poder influência sobre a mulher. A manchete na capa também revelava que a revista dedicou um espaço exclusivo aos maridos. O suplemento *Êle*, caderno de conteúdos e reportagens exclusivamente voltado para o “universo masculino”, tinha como temas principais receitas de drinks, esporte, fotografia e artigos que ajudavam a prevenir os homens do infarto, doença associada ao hábito “masculino” de fumar e beber. Apesar de sua duração efêmera, o suplemento apontou o objetivo da revista de atingir o público masculino que costumava ler *Claudia*, seja para controlar suas esposas ou por interesse próprio.

Em contrapartida, o homem de *Nova* aparece de costas, empurrado pela personagem principal, que, com as transformações socioculturais da época, passou a ser supostamente “livre” e independente do seu companheiro. De fato, a mulher na capa de *Nova* exerce um protagonismo. Segundo depoimento de Fatima Ali, diretora da revista durante a década de 1970, as capas de *Nova* mexiam com a subjetividade e o desejo das mulheres em termos de liberação do próprio corpo, rompendo com os padrões femininos mais tradicionais divulgados, por exemplo, em *Claudia*. Tal como percebemos na imagem acima, Fatima confirma:

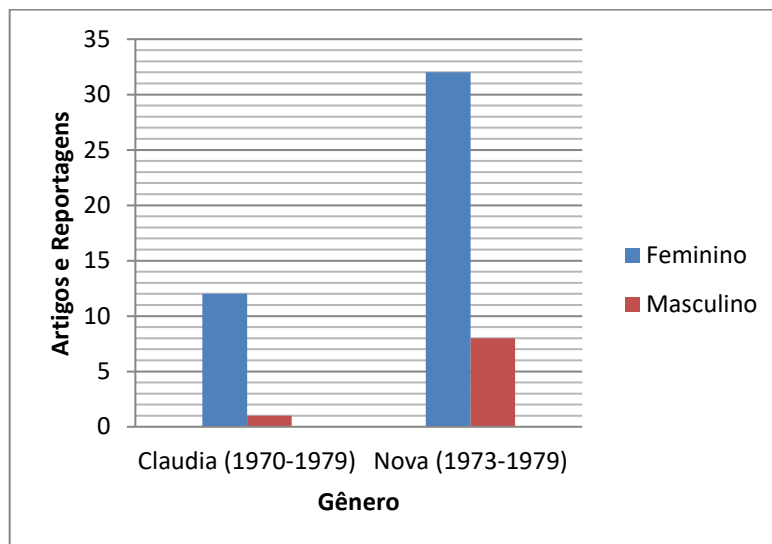
A postura da moça da capa de *Nova*, que é muito específica da revista, é de uma mulher que olha de frente, encarando quem quer que esteja olhando para ela, mostrando segurança com esta postura direta, com esse olhar firme. Sempre, porém com uma certa doçura, os ombros retos, mostrando uma certa segurança de si própria, o peito aberto, sem inibições (...) é uma moça que olha de cima, com presunção, não é uma moça que olha por baixo, com timidez. Está é a identificação que a leitora gosta. É isso que ela busca na revista¹⁰⁴.

Contudo, embora seu editorial fosse constituído por uma maioria de jornalistas mulheres, essas fantasias eram construídas a partir de estereótipos idealizados pelo sexo masculino. Segundo Mira, a revista reforçava os mesmos valores conservadores de objetificação do corpo e de submissão feminina aos padrões de comportamento machistas. Em contrapartida, com relação ao *corpus* documental aqui analisado, houve uma predominância do

¹⁰⁴ Depoimento retirado do jornal *Gazeta Mercantil* publicado em 18 de janeiro de 1987. Cf. MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p. 202.

gênero feminino na elaboração dos artigos e reportagens sobre *reprodução e sexualidade*, revelando mais uma das contradições presentes tanto em *Nova* quanto em *Claudia* (tab. 4).

Tabela 4 - Relação entre conteúdo e gênero dos (as) autores nas revistas Claudia e Nova



Fonte: elaboração própria.

Quando as modernas pesquisas de mercado capazes de identificar o perfil do público leitor ainda eram incipientes no Brasil, o conteúdo das revistas era produzido a partir da intuição e das concepções individuais dos (as) seus (as) diretores (as)¹⁰⁵. Além disso, as demandas presentes nas cartas enviadas pelas (os) leitoras (es) à direção também contribuíam para a percepção dos valores que norteavam o seu público. Na seção “*Claudia responde*”, inicialmente, costumava-se elogiar, criticar ou tirar dúvidas sobre assuntos diversos. Com o tempo, as cartas foram separadas por tema, sendo as perguntas sobre saúde, beleza, animais, leis, etc., esclarecidas por especialistas contratados como colaboradores. Em *Nova*, a seção “*Você e Nova*” publicava a opinião das leitoras, já as seções “*A sua Saúde*” e “*O sofá do analista*” buscavam responder as perguntas que mais afligiam suas leitoras no que tange à saúde e os problemas psicológicos, respectivamente.

Em ambas as revistas, as perguntas voltadas para a saúde refletiam muito mais uma preocupação com o cuidado com o corpo e a aparência estética do que com os problemas que afetavam a saúde e o bem-estar das mulheres ao longo dos diferentes momentos de sua vida. Ao julgar quase impossível identificar a autenticidade dessas cartas, consideramos que *Claudia*

¹⁰⁵ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p. 93.

e *Nova* estavam a serviço de editoriais que relegaram a visão de saúde integral da mulher, conceito que, desde 1966, visava garantir os níveis de acesso à atenção básica, média e de alta complexidade a partir das necessidades epidemiológicas de grupos femininos específicos e seus determinantes sociais¹⁰⁶.

Dessa maneira, tendo em vista que a *reprodução* e a *sexualidade* tornaram-se uma questão de cunho político e social no contexto de resgate das teorias neomalthusianas para barrar o *boom* do aumento demográfico nos países subdesenvolvidos que cresciam a passos largos na década de 1970, veremos por meio dos discursos presentes nas revistas *Claudia* e *Nova* como as relações de gênero, as relações entre poder e saber, bem como o processo de *medicalização da sociedade* atuaram de forma preponderante sobre as questões precursoras à consolidação dos *direitos* e da *saúde sexual e reprodutiva*.

¹⁰⁶ MESQUITA, Cecília. *Saúde da mulher e redemocratização: idéias e atores políticos na história do PAISM*. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro; p. 116.

CAPÍTULO 2 – CONTRACEPÇÃO, MENSTRUACÃO E ABORTO: DISCURSOS SOBRE A REPRODUÇÃO NA IMPRENSA FEMININA (CLAUDIA E NOVA)

Neste capítulo, analisaremos o papel das revistas *Claudia* e *Nova* na divulgação de assuntos relacionados à reprodução feminina no momento em que o movimento feminista lutava contra a opressão do patriarcado e reivindicava no Ocidente, inclusive no Brasil, o direito de autonomia e liberdade sobre o seu próprio corpo. Partindo do princípio de que a imprensa feminina desempenhou (e ainda desempenha) grande influência sobre a opinião e a vida das brasileiras, especialmente entre as mulheres brancas de classe média, nosso objetivo será investigar por meio dos artigos referentes à pílula anticoncepcional, menstruação e aborto, como as duas publicações se posicionaram diante do debate em torno do controle de natalidade e do planejamento familiar no período prévio ao surgimento do que hoje conhecemos como *saúde sexual e reprodutiva*. De forma geral, investigaremos como as relações de gênero eram forjadas nos artigos e reportagens sobre a *reprodução*, sob o respaldo dos discursos médicos e o conhecimento científico relativo ao assunto.

2.1 Planejamento familiar X controle de natalidade: contracepção em debate

Desde a antiguidade, a regulação da fecundidade tornou-se uma prática que buscava garantir a sobrevivência e a melhoria das condições de vida de uma população ou, sob o discurso da explosão crescimento demográfico, procurava controlar politicamente os corpos dos indivíduos, sobretudo das mulheres mais pobres. Presente no cotidiano feminino, a ingestão de ervas abortivas, seja para evitar a gravidez ou para aumentar o apetite sexual, bem como a introdução de objetos para cobrir o útero, sempre foram atividades comuns entre mulheres e casais que desejavam evitar ou espaçar o nascimento dos seus filhos¹⁰⁷. Na América pré-colombiana, a gestão da fertilidade era um hábito comum entre os índios *Upichias*, tribo indígena ribeirinha dos rios Caquetá e Mirití localizada na região Amazônica que acreditava na administração da energia e impunha dietas alimentares e restrições sexuais aos seus integrantes antes da realização de grandes rituais¹⁰⁸.

¹⁰⁷ MCLAREN, Angus. *História da Contracepção: da antiguidade à actualidade*. 1ª edição portuguesa. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1997.

¹⁰⁸ HAMMEN, Clara van der. "Fertilidade e anticoncepção entre os indígenas Upichias da Amazônia". In: VITTA, Giusepe. *A pílula anticoncepcional: 40 anos de impacto*. Shering, 2000, p. 44.

No Velho Mundo, as primeiras referências à gestão da fertilidade foram atribuídas à passagem da Bíblia referente à vida de Onã, segundo filho de Judá que, ao descumprir a lei que obrigava o irmão mais novo a dar um filho à viúva do primogênito, teve relações sexuais com a cunhada. No entanto, Onã “maculava-se por terra (...) para não dar a ele [o filho] posteridade¹⁰⁹”. Conhecido como *azl*, a interrupção do coito durante a ejaculação foi um método contraceptivo muito utilizado pelos muçulmanos, tendo sido, inclusive, autorizado por Maomé¹¹⁰. Entre os greco-latinos, evidências confirmaram que a administração da fecundidade por meio do aborto era uma prática amplamente aceita referida no Juramento de Hipócrates¹¹¹.

Na sociedade moderna, as técnicas contraceptivas tornaram-se comuns e acessíveis à população no século XIX e interferiram drasticamente nas taxas de fecundidade da Europa, especialmente na França¹¹². No entanto, teria sido na virada do século XIX para o século XX que a reprodução viria a se transformar em um problema de soberania nacional e de aprimoramento da raça necessário para o aumento de população, tendo sido influenciada tanto pelos discursos eugenistas como pela atuação das autoridades governamentais pró-natalistas espalhadas por todo o mundo Ocidental¹¹³. Na América Latina, segundo Raúl Nicochea López, as tentativas de controlar o tamanho das populações remontam aos finais do século XVIII¹¹⁴. Portanto, é nesse contexto que o corpo feminino torna-se alvo de dirigentes políticos e de uma *medicina da mulher*, especialmente voltada para o gerenciamento da sexualidade e da reprodução feminina.

Ao estudar a consolidação da *ginecologia* no Brasil, Fabíola Rohden demonstrou que, longe de ser imparcial, o conhecimento científico sobre o corpo feminino foi produzido a partir das noções de gênero presentes na sociedade. Ao naturalizar as diferenças biológicas entre o sexo feminino e masculino, o discurso médico legitimou os papéis sociais e as hierarquias construídas em torno da função reprodutiva da mulher e do papel ativo do homem como provedor da família¹¹⁵. A explosão demográfica na América Latina, bem como a descoberta dos contraceptivos hormonais e sua popularização no início da década de 1970, fizeram parte de um contexto mais amplo de relações de poder que colocou em debate o planejamento

¹⁰⁹ BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006; p. 87

¹¹⁰ MORA, Fernando López; SERRANO, Julio Pérez. “História e anticoncepção”. In VITTA, Giuseppe. *A pílula anticoncepcional: 40 anos de impacto*. Shering, 2000, p.28-29.

¹¹¹ *Ibidem*, p. 44.

¹¹² ROHDEN, Fabíola. *A arte de Enganar a Natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

¹¹³ *Ibidem*.

¹¹⁴ LÓPEZ, Necochea Raúl. *La planificación familiar em El Perú Del siglo XX*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos y Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2016.

¹¹⁵ ROHDEN, *op.cit.*.

familiar e a intervenção política sobre o corpo das mulheres, principalmente as dos países pobres, tornando-se um aspecto importante da vida pública latinoamericana¹¹⁶.

Segundo Karen Mary Giffins, o processo de urbanização e industrialização brasileira provocou não só a perda das atividades produzidas em torno da família e do valor econômico dos filhos, mas representou a necessidade da venda da força de trabalho feminina para ajudar nos custos financeiros de manutenção da família. Com isso, as mulheres se lançaram no mercado de trabalho e a redução do tamanho da prole se tornou uma estratégia de sobrevivência da população mais pobre¹¹⁷. O que antes era visto como positivo – o aumento da população – passou a ser encarado como um peso para a sociedade moderna, uma vez que o aumento populacional impedia não só o desenvolvimento socioeconômico, mas atrapalhava o consumo individual de bens e serviços resultantes da inserção da América Latina no sistema de produção capitalista desde finais do século XIX¹¹⁸.

Ainda que a atuação dos médicos tivesse sido importante para a popularização do planejamento familiar, uma pesquisa sobre a contracepção feminina realizada com mulheres da geração de setenta em Santa Catarina revelou que a imprensa brasileira havia colaborado, em parte, para legitimar a ideia do gerenciamento da fecundidade, divulgando em suas páginas um modelo ideal de família com menos de dois (as) filhos (as)¹¹⁹. Isto nos leva a crer que o mesmo teria ocorrido entre as mulheres das capitais urbanas do Brasil.

Para vigorar, a sociedade de consumo precisava expandir seu mercado consumidor no país, então quanto menos integrantes na família, maior era o poder de compra individual dos bens de consumo duráveis e não-duráveis em expansão desde o desenvolvimento do parque industrial brasileiro em meados do século XX. Assim, o discurso a favor do controle da fertilidade atendia tanto as necessidades individuais de consumo, como aos anseios internacionais de contenção do crescimento demográfico¹²⁰.

As preocupações com o impacto do crescimento populacional nos países subdesenvolvidos conferiram uma reorientação do ideal de saúde pública em todo o mundo por

¹¹⁶ LÓPEZ, Necochea Raúl. *La planificación familiar en el Perú del siglo XX*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos y Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2016.

¹¹⁷ GIFFINS, Karen Mary. “A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil”. In: LEAL, Maria do Carmo; SABROZA, Paulo Chagastelles; RODRIGUEZ, Rodolpho Hector; et. al. *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1992.

¹¹⁸ LÓPEZ, *op.cit.*, p. 32 e 33.

¹¹⁹ PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003; p. 247

¹²⁰ PEREIRA, Pamella Liz Nunes. *Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Claudia no período de 1960 a 1985*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016

volta dos anos 1970. Nessa época, algumas agências internacionais de saúde adotaram programas de restrição à fecundidade e de planejamento familiar, uma vez que passaram a acreditar que o problema das nações pobres não era mais as doenças infectocontagiosas, mas o aumento desordenado da população em relação à produção de alimentos. O cerne da questão deixava de ser a erradicação das doenças para tornar-se, efetivamente, a regulação da natalidade e/ou o planejamento familiar¹²¹.

Além disso, a Revolução Cubana deflagrada em 1959 colocou em risco os planos dos EUA para a América Latina. O continente era um lugar onde o crescimento acelerado da população poderia causar pobreza e insatisfação social, podendo transformar-se em terreno fértil para plantação de ideais comunistas no contexto de disputa ideológica entre EUA e URSS durante a Guerra Fria. É em meio a essas demandas que os norte-americanos resgatam a teoria de Thomas Malthus (1766-1834) para justificar e apoiar financeiramente os programas de planejamento e controle de natalidade nos países subdesenvolvidos, dentre eles o Brasil, por meio da criação de entidades que recebiam o apoio de boa parte da elite médica e da sociedade brasileira¹²².

Portanto, ao defender a necessidade do gerenciamento da fecundidade, a imprensa caminhava em direção não só aos objetivos econômicos do capital estrangeiro, que para alguns médicos anti-imperialistas significava “evitar o aumento do número dos [indivíduos] que promoverão o aumento da produção, o progresso e o desenvolvimento econômico¹²³”. Mas também justificava a regulação política sobre o corpo das mulheres, principalmente da população feminina desinformada e sem condições financeiras de obter os métodos contraceptivos. A despeito do livre-arbítrio das mulheres e/ou dos casais adquirirem informação e acesso aos diferentes meios pelos quais pudessem planejar o tamanho de suas famílias, diversos grupos sociais e intelectuais em todo o mundo defenderam as medidas compulsórias de redução da fecundidade feminina, tendo apoiado a adoção do controle de natalidade como política de Estado em vários países de Terceiro Mundo em meados do século XX¹²⁴.

Dividido entre “anticontrolistas” ou natalistas – defensores do crescimento da população – e “antinatalistas” ou controlistas, também conhecidos como *neomalthusianos*, o governo brasileiro não se posicionou oficialmente quanto ao problema do *boom* demográfico, pelo

¹²¹ CUETO, Marcos. *Saúde Global: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

¹²² *Ibidem*.

¹²³ PACHECO, Mario Víctor de Assis. *"Planejamento Familiar" e Libertação do Brasil*. Vozes, 1983; p. 13.

¹²⁴ Os países asiáticos foram os primeiros a emitirem declarações explícitas sobre as políticas demográficas, sendo a Índia a primeira a formular uma política nacional em termos de regulação da população em 1952. Cf. CASTRO, Gabriel Ojeda. “Planejamento familiar: origem, desenvolvimento e impacto”. In VITTA, Giusepe. *A pílula anticoncepcional: 40 anos de impacto*. Shering, 2000; p. 60.

menos, até meados da década de setenta. A imparcialidade dos militares no poder abriu brecha para a ação de instituições que colocaram em prática o controle da natalidade. Em 1961, os Estados Unidos criaram a Agência para o Desenvolvimento Internacional (U.S. Agency for International Development - Usaid¹²⁵) e incorporaram o controle populacional dos países de terceiro mundo às suas pautas, de modo a conquistar o apoio de governantes, médicos, acadêmicos e líderes de entidades privadas nacionais à causa neomalthusiana, além de investir em instituições de pesquisa e programas de treinamento¹²⁶. Aqui o plano deu certo, e em 1965 a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar (Bemfam) deu o pontapé inicial ao que foi considerado “a era moderna da contracepção no Brasil¹²⁷”. Por intermédio de um convênio com a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF, sigla em inglês), a Usaid se tornou a principal fonte de recursos da Bemfam¹²⁸.

Como organização sem fins lucrativos e sob o pretexto de eliminar as elevadas taxas de abortos ilegais no país, a Bemfam atuou distribuindo pílulas anticoncepcionais e aplicou dispositivos intrauterinos (DIU) em mulheres das regiões mais pobres do Brasil, muitas vezes, sem o seu consentimento. No entanto, após denúncias de esterilização em massa na Amazônia¹²⁹, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada na Câmara dos Deputados para investigar a instituição. Embora o movimento feminista e sanitário e parte da Igreja Católica fossem contra as intervenções da Bemfam, nenhuma mudança efetiva buscou descontinuar a ação da Bemfam, que foi declarada entidade de utilidade pública pelo governo federal em 1971¹³⁰.

Também acusado de esterilizar mulheres pobres do município do Rio de Janeiro, o Centro de Pesquisa e Assistência Integrada à Mulher e à Criança – CPMAIC, instituição sem fins lucrativos criada em 1973¹³¹, ao contrário da Bemfam, prezava pela assistência à saúde da

¹²⁵ A agência foi criada, em 1961, pelo presidente John F. Kennedy para administrar programas de assistência econômica e social de longo alcance a países em desenvolvimento. Disponível em: <http://migre.me/vQMFZ>. Acesso em 09 de janeiro de 2017.

¹²⁶ CUETO, Marcos. *Saúde Global: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015; p.46.

¹²⁷ GIFFINS, Karen Mary. “A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil”. In LEAL, Maria do Carmo; SABROZA, Paulo Chagastelles; RODRIGUEZ, Rodolpho Hector; et. al. *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1992.

¹²⁸ MESQUITA, Cecília. *Saúde da mulher e redemocratização: idéias e atores políticos na história do PAISM*. 157 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010; p.65.

¹²⁹ ROCHA, Maria Isabel Baltar. *O Parlamento e a Questão Demográfica: um estudo do debate sobre controle da natalidade e planejamento familiar no Congresso Nacional*. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de População, 1993 (Textos Nepo, 25).

¹³⁰ RODRIGUES, Walter. *O Planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1973.

¹³¹ CPMAIC foi criado por Hélio Aguinaga junto ao Hospital Escola São Francisco de Assis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Cf. BHERING, Marcos Jungmann. *Controle da Natalidade no Brasil: um estudo sobre*

mulher sob uma perspectiva integrada com a atenção à saúde materno-infantil e oferecia serviços de orientação e contracepção para as moradoras de comunidades carentes¹³². Segundo Marcos Bhering, o CPMAIC se caracterizou pela ambiguidade, uma vez que os postulados da integralidade e da atenção primária – aspectos da saúde considerados mais avançados do que o conceito de ausência de doenças – conviviam junto com o ideal de controle populacional¹³³. Em pesquisa realizada entre 1975 e 1978 pelas pesquisadoras Luciana Marques de Araújo (DEMI/UERJ) e Suely de Souza Batista (EEAN/IFRJ), as autoras revelaram que as enfermeiras contratadas para trabalhar na instituição deveriam atingir uma cota diária de distribuição de contraceptivos e de adesão das pacientes ao controle da natalidade, caso contrário, elas perderiam seus empregos¹³⁴.

Além disso, os médicos e médicas do CPMAIC utilizavam a laparoscopia, uma técnica moderna de avaliação da cavidade e do conteúdo abdominal, para a realização de esterilizações cirúrgicas, o que tornava infecundas as mulheres pobres do município do Rio de Janeiro. Com a mesma prerrogativa de isenção de impostos da Bemfam, o CPMAIC importou equipamentos, distribuiu pílulas anticoncepcionais e realizou “exames” indiscriminadamente, sem disponibilizar informações referentes aos riscos previsíveis e as contra-indicações dos métodos contraceptivos¹³⁵. Não havia liberdade de escolha e, portanto, a saúde dessas mulheres ficava literalmente *nas mãos* de instituições como a Bemfam e o CPMAIC, as quais, sob “vista grossa”, praticavam o planejamento familiar por meio da indução ao controle da natalidade.

Entretanto, mesmo tendo apoiado o posicionamento das nações subdesenvolvidas que se colocaram contra a interferência dos países ricos (desenvolvidos) sobre a soberania dos países pobres (subdesenvolvidos) na Conferência Mundial de População de Bucareste em 1974, o governo brasileiro assumiu pela primeira vez o compromisso de dispor informações e métodos contraceptivos para toda a população brasileira¹³⁶. Ainda que seja incoerente, os militares incorporaram – ao menos no plano discursivo – as prerrogativas do movimento

o Centro de Pesquisa e Assistência Integral à mulher e à Criança (1975-1994). 202f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

¹³² FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993; p.185.

¹³³ BHERING, Marcos Jungmann. *Controle da Natalidade no Brasil: um estudo sobre o Centro de Pesquisa e Assistência Integral à mulher e à Criança (1975-1994)*. 202f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, 2014; p.75-76.

¹³⁴ ARAÚJO, Luciane Marques; BAPTISTA, Suely de Souza. A participação das enfermeiras na implantação das propostas de contracepção do CPAIMC: 1975-1978. *Revista de Enfermagem da Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, pp.187-195, 2000.

¹³⁵ BHERING, *op.cit.*, p.76.

¹³⁶ CORRÊA, Sonia; JANNUZZI, Paulo de Martino; ALVES, José Eustáquio Diniz. “Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores”. In CAVENAGHI S. (coord.). *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva*. Rio de Janeiro: ABEP; 2006.

feminista a favor do livre-arbítrio e da defesa do desenvolvimento social como solução para o crescimento da população. Em 1977, a tentativa de implantar o Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco (PPGAR) por meio de normas que consideravam as condições sociais um dos fatores de risco para a gestação foi frustrada pela pressão popular que acusou o governo de querer transferir para os corpos das mulheres pobres – em especial, das negras – a responsabilidade pela pobreza do país¹³⁷. Apesar de não ter adotado qualquer política oficial de controle de natalidade¹³⁸, as taxas de fecundidade no Brasil declinaram 48% e passaram de 6,2 filhos por mulher na década de 1970, para 4,2 na década de 1980¹³⁹.

Além da atuação da Bemfam e do CPMAIC, o que mais poderia explicar a redução da população, principalmente o entre as camadas médias da sociedade brasileira?

Já sabemos que a defesa do modelo de família com menos de dois filhos na imprensa contribuiu para o aumento das necessidades individuais e coletivas da sociedade de consumo, sendo fundamental para a mudança de comportamento da população feminina com relação à reprodução – pelo menos na vida das catarinenses¹⁴⁰. Mas e os periódicos voltados para o público leitor mais interessado no assunto? Qual teria sido o papel desempenhado por *Claudia* e *Nova* na divulgação do debate relativo aos direitos e a autonomia das mulheres sobre o seu próprio corpo, bem como sobre o controle da natalidade? Como essas revistas se posicionaram com relação às pílulas anticoncepcionais e seus desdobramentos? É o que veremos a seguir.

2.2 As pílulas anticoncepcionais: discursos sobre contracepção e medicalização da reprodução

Após a Segunda Guerra Mundial, tanto o desenvolvimento do parque industrial e das companhias farmacêuticas, bem como o resgate das teorias *neomalthusianas* contribuíram para

¹³⁷ MESQUITA, Cecília. *Saúde da mulher e redemocratização: idéias e atores políticos na história do PAISM*. 157 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010; p. 70.

¹³⁸ Somente na década de 1990, o Brasil criaria a Lei de Planejamento familiar, inspirada na perspectiva de atenção integral à saúde e de direitos reprodutivos. BERQUÓ, Elza; ROCHA, Maria Isabel Baltar. A Abep no contexto político e no desenvolvimento da demografia nas décadas de 1960 e 1970. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.22, n.2, jul/dez 2005; p. 240.

¹³⁹ GIFFINS, Karen Mary. “A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil”. In LEAL, Maria do Carmo; SABROZA, Paulo Chagastelles; RODRIGUEZ, Rodolpho Hector; et. al. *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1992.

¹⁴⁰ PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003; p. 247.

transformar a pílula na “forma mais eficiente de controle de natalidade¹⁴¹” e, conseqüentemente, equilibrar o *boom* demográfico nos países subdesenvolvidos. Em meados do século XX, o interesse da norteamericana Margareth Sanger em pesquisas hormonais e o apoio financeiro de Katherine McCormick foram fundamentais para a consolidação do *birth control* nos Estados Unidos e o financiamento das investigações que, finalmente, descobriram a pílula hormonal em 1953¹⁴².

Sintetizados em laboratório pelo biólogo Gregory Pincus e o ginecologista John Rock, os comprimidos da marca *Enovid* foram os primeiros liberados para consumo pela *Food and Drugs Administration - FDA*, organização norte-americana responsável pela regulação do uso de remédios e alimentos, que aprovou o uso das pílulas anticoncepcionais nos Estados Unidos em 1960. Contendo altas taxas de estrogênio e progesterona sintéticas, o produto foi testado em mulheres do Haiti e de Porto Rico, locais onde os pesquisadores poderiam driblar as leis norteamericanas de ética em pesquisa e experimentar a eficácia do produto¹⁴³. Com um índice muito elevado de fecundidade e pobreza, as porto-riquenhas e haitianas sofreram com a ingestão indiscriminada de hormônios e funcionaram como cobaias de regularização das taxas de estrogênio e progesterona ideais para a manutenção da saúde da mulher.

Embora o “nascimento” do contraceptivo hormonal estivesse inserido em um contexto maior de regulação dos corpos femininos e de políticas que buscavam controlar o crescimento populacional no Terceiro Mundo, a liberação das pílulas na França e, de certa forma, em toda a Europa Ocidental foi resultado da luta travada pelas mulheres contra o governo francês. Este insistia em afirmar que o país vinha a muito reduzindo suas taxas de natalidade, ignorando o poder das mulheres sobre o seu corpo. Após reivindicação do movimento feminista e embates contra o governo, a França aprovou a Lei Neuwirth em 1967 – sete anos após ter sido liberada nos EUA –, que, finalmente, legalizou o consumo das pílulas no país¹⁴⁴.

No Brasil, os comprimidos passaram a ser vendidos, desde 1962, sem muitas restrições exceto pela Lei de Contravenções Penais, que considerava crime o anúncio de “processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto ou evitar gravidez¹⁴⁵” e do código de ética médica que vetava os profissionais de medicina de anunciar clara ou veladamente os métodos

¹⁴¹ RULTEN, Ann. Uma atualização sobre a pílula. *Nova*, n.60, p. 52-54; 61, set. 1978.

¹⁴² PEREIRA, Pamella Liz Nunes. *Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Claudia no período de 1960 a 1985*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

¹⁴³ PEREIRA, *op.cit.*

¹⁴⁴ PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003; p.254.

¹⁴⁵ Decreto-Lei 3.688, de 3 de outubro de 1941, capítulo I, artigo 20.

contraceptivos¹⁴⁶. Ainda que as penas para os crimes fossem consideradas “um convite à infração¹⁴⁷”, os dispositivos legais refletiam um passado pró-natalista do governo brasileiro, que buscou fomentar o crescimento “sadio” da população desde o final do século XIX até, pelo menos, o Estado Novo (1937-1945), com o incentivo ao casamento e o modelo de família numerosa. Em tese, as propagandas de anticoncepcionais estavam proibidas em jornais e revistas, tendo sido revogada somente em 1979. Vejamos, portanto, como *Nova* e *Claudia* se comportaram em relação à contracepção e ao *boom* demográfico ao longo da década de setenta.

Desde meados da década de 1970, os discursos da imprensa em geral eram paradoxais. Ao mesmo tempo em que divulgavam o “clima de pânico” e a necessidade do gerenciamento da fecundidade entre as brasileiras, os periódicos alertavam para o perigo que a pílula poderia causar ao corpo e à saúde da mulher¹⁴⁸. Em contrapartida, as publicações femininas buscavam esclarecer suas leitoras a respeito dos benefícios dos comprimidos e de outras medidas contraceptivas, além de divulgar em suas páginas informações que desmistificavam as acusações contra a popularização do método contraceptivo hormonal no Brasil. De acordo com Pereira, a revista *Claudia* funcionou como meio de divulgação, ator e plataforma de interações em torno da pílula anticoncepcional¹⁴⁹.

No contexto da Guerra Fria, o receio de que a miséria e a pobreza pudessem levar à insatisfação e à adoção de ideias “subversivas” fez com que os Estados Unidos apoiassem programas de planejamento familiar e de controle de natalidade nos países de Terceiro Mundo. Na América Latina, os norte-americanos induziram o Brasil e outros países a adotarem estratégias de redução do crescimento populacional em troca de apoio financeiro e de acordos de cooperação bilateral¹⁵⁰. Visto que ambas as revistas se baseavam em pesquisas estrangeiras, sobretudo as norte-americanas, e que *Nova* era a versão brasileira da revista americana *Cosmopolitan*, devemos desconfiar da influência dos EUA sobre os conteúdos referentes à contracepção publicados nas páginas de *Claudia* e *Nova*. Além disso, não podemos esquecer que a Ditadura Civil-Militar imposta em 1964 também contou com apoio norte-americano.

¹⁴⁶ MENEZES, Valderiza Almeida. “A mulher e a saúde nas propagandas de contraceptivos (1965-1970)”. In SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2010, São Paulo, Anais... São Paulo, jul. 2011.

¹⁴⁷ NOGUEIRA, Glória. Aborto: um assunto de mulher. *Nova*, n.21, p. 78-79; 114, jun. 1975.

¹⁴⁸ PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003; p.247.

¹⁴⁹ PEREIRA, Pamela Liz Nunes. *Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Claudia no período de 1960 a 1985*. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016; p. 28.

¹⁵⁰ Após a Segunda Guerra Mundial, as primeiras entidades neomalthusianas de alcance global foram a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF), o Population Council, criado em 1952 por John D. Rockefeller III, sem fins lucrativos, e autônoma em relação à Fundação Rockefeller; e a Fundação Ford. Cf. CUETO, Marcos. *Saúde Global: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015; p. 45-46.

Nos anos sessenta, os artigos e reportagens sobre a pílula anticoncepcional representavam, evidentemente, uma preocupação do seu editorial com o controle da natalidade, além de terem concedido publicidade aos comprimidos¹⁵¹. No período em análise, a única reportagem em que *Claudia* tratou especificamente do anticoncepcional foi publicada em junho de 1972, sob o título “O que a pílula faz em seu corpo”. Por meio da dinâmica de perguntas e respostas comum às revistas de comportamento, o conteúdo variava entre as mudanças estéticas e os efeitos colaterais causado pelos comprimidos, sendo respondidas pelo médico Dr. Dirceu Neves de Barros, obstetra do Hospital Pro Matre e do Hospital Lagoa no município da Guanabara¹⁵². Constantemente presente na imprensa feminina, a escolha do especialista pode ser encarada como um mecanismo usado para impor ideias e práticas legitimadas pelo discurso de autoridade científica, neste caso, o do obstetra, que oferecia segurança às leitoras e credibilidade á informação divulgada nas páginas da revista¹⁵³.

O hábito de recorrer ao discurso médico na imprensa não-especializada remonta ao século XIX, período em que as descobertas sobre a assepsia cirúrgica, os raios-X, a bacteriologia, dentre outros conhecimentos, fizeram com que a medicina se tornasse a portavoza de uma “verdade absoluta e inquestionável” sobre os mais variados aspectos da vida humana. A introdução da anestesia (1863) e da antisepsia no parto (1867), além da indução das técnicas do aborto (1874) na Europa também foram imprescindíveis para despertar o interesse dos médicos latinoamericanos pela fertilidade¹⁵⁴. Desde então, os médicos foram incorporados aos meios de maior prestígio social e passaram a definir os critérios que pautavam os parâmetros de “normalidade” e “anormalidade” do comportamento humano. Visto que esses avanços resultaram em benefícios concretos e imediatos para a vida dos indivíduos, inicia-se, assim, o processo de *medicalização da sociedade*.

Contudo, desde o final do século XVIII, em meio ao debate da igualdade dos direitos civis das mulheres na Europa, os anatomistas e fisiologistas voltaram a sua atenção para a caracterização do corpo humano buscando na natureza e, mais especificamente no sexo, as repostas para o problema da diferença entre mulheres e homens. Já no século XIX, além da preocupação com as mudanças das relações de poder entre os gêneros feminino e masculino,

¹⁵¹ PEREIRA, Pamella Liz Nunes. *Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Claudia no período de 1960 a 1985*. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.

¹⁵² Entre 1960 e 1975, o município do Rio de Janeiro era dividido em Estado da Guanabara, antigo Distrito Federal e a capital do Estado, o Rio de Janeiro.

¹⁵³ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

¹⁵⁴ LÓPEZ, Necochea Raúl. *La planificación familiar en el Perú del siglo XX*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos y Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2016.

os cientistas viviam um contexto de ascensão das ciências biológicas, classificação e complexificação do mundo. A natureza imutável do corpo humano passou a ser usada como argumento para justificar as distinções sociais de gênero, sendo as mulheres consideradas seres humanos naturalmente menores, frágeis e sensíveis, a despeito da inteligência e da força dos homens. Com crânios pequenos, ossos finos e pélvis mais largas, as diferenças entre os corpos feminino e masculino evidenciavam a inferioridade, a sensibilidade e a função social mais importante da mulher: a maternidade¹⁵⁵. Dentro desse contexto, nasce a *ginecologia* no final do século XIX, uma especialidade médica voltada para o estudo da diferença do corpo feminino,¹⁵⁶ que, posteriormente, consolidou a reprodução e a contracepção como estâncias do mundo medicalizado.

Portanto, a utilização do conhecimento biomédico nas páginas de *Claudia* deve ser avaliada com cuidado, pois sua presença revela não apenas uma prerrogativa da medicalização da contracepção, mas também a permanência do argumento da diferença para forjar a submissão feminina. Tendo em vista que a anticoncepção hormonal representou a emancipação para algumas mulheres das camadas médias, era necessário manter e criar mecanismos que reforçassem as hierarquias de gênero. E é exatamente isso que encontramos no discurso do Dr. Dirceu citado anteriormente em *Claudia*. Ao explicar o funcionamento do corpo feminino utilizando figuras de linguagens relativas ao universo doméstico, o médico obstetra forjava a construção social e histórica da distinção social entre os gêneros: “É como se a hipófise regasse o ovário, para que nele nascessem plantas que dessem frutos (os óvulos)¹⁵⁷”. A metáfora comparava a reprodução à prática da jardinagem, convencionalmente associada às mulheres.

Outro indício do argumento da diferença aparece nas respostas do obstetra para os possíveis danos e transformações estéticas causadas pela ingestão da pílula. Sobre a aparição das varizes, ele afirmava que não era possível responsabilizar diretamente a pílula diretamente pela sua parição¹⁵⁸. Ao invés disso, ressaltava a predisposição do corpo feminino para o seu surgimento, culpabilizando a *natureza* da mulher pelo problema: “Como os anovulatórios, de certa forma, ‘imitam’ a gravidez (...) podem aparecer varizes, quando já existem condições para isso”. Tal como Pamella Pereira evidenciou em sua análise sobre a pílula anticoncepcional na

¹⁵⁵ MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004; p.30-32.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p.26.

¹⁵⁷ O QUE a pílula faz em seu corpo. *Claudia*, jun. 1972, p.30-33.

¹⁵⁸ O QUE a pílula faz em seu corpo. *Claudia*, jun. 1972, p.30-33.

revista *Claudia* entre 1960 e 1980¹⁵⁹, o médico aproximava o processo natural da gravidez ao funcionamento dos comprimidos no corpo das mulheres e, no geral, retirava dos anovulatórios a culpa pelas mudanças ocorridas no corpo feminino e responsabiliza a sua natureza pelas transformações estéticas.

Quanto às hemorragias, o Dr. Dirceu aconselhava as leitoras a procurarem um médico sem a suspensão do uso dos comprimidos, pois, a seu ver, a interrupção do tratamento poderia causar mais perda de sangue. Com relação às doenças mais graves, ele afirmava que não havia prova de que as pílulas eram as causadoras de trombose cerebral, câncer ou diabetes, chegando a declarar que um dos seus componentes, o progestágenos, era “usado no combate a alguns estados cancerosos” e, inclusive, “que o uso de anovulatórios funciona[va] indiretamente como elemento de combate ao câncer, porque obriga[va] (...) ao controle semestral do aparelho reprodutor¹⁶⁰”. Embora esse tipo de argumento tenha desaparecido com o desenvolvimento das pesquisas que confirmaram a suspeita entre a infecção pelo vírus HPV (Human Papiloma Virus) e o câncer de colo de útero¹⁶¹, é interessante notar a fragilidade do seu argumento, uma vez que o Dr. Dirceu não faz referência a nenhuma pesquisa que comprovasse tal posicionamento. Mais do isso, ele era investido de autoridade para abordar qualquer assunto, o que nos faz imaginar que muitas mulheres continuaram consumindo as pílulas hormonais sem nenhum questionamento.

De igual modo, *Nova* utilizou a dinâmica de perguntas e respostas para tratar dos anovulatórios, mas, diferente de *Claudia*, a manchete “Pílula: respostas para todas aquelas dúvidas que você tem até hoje” adiantava o que seria abordado em suas páginas em fevereiro de 1976. Com o título “Você e a pílula”, Cíntia Pinheiro procurou desvendar as incertezas e especulações em torno dos contraceptivos hormonais. Praticamente com as mesmas perguntas de *Claudia*, a diferença ficou nítida no trecho em que *Nova* responde as dúvidas quanto ao perigo da pílula¹⁶²:

A pílula é uma droga, feita de produtos químicos semi-sintéticos, que modificam as funções normais do organismo. Como tal, oferece perigos. São os chamados riscos-calculados, que existem durante a ingestão de qualquer droga à venda nas farmácias. Uma mulher saudável pode ingerir esse

¹⁵⁹ PEREIRA, Pamela Liz Nunes. *Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Claudia no período de 1960 a 1985*. 2016. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz, Rio de Janeiro.

¹⁶⁰ O QUE a pílula faz em seu corpo, *op. cit.*.

¹⁶¹ TEIXEIRA, Luiz Antonio. Dos gabinetes de ginecologia às campanhas de rastreamento: a trajetória da prevenção ao câncer de colo do útero no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p.221-240, jan.-mar. 2015.

¹⁶² PINHEIRO, Cíntia. Você e a pílula. *Nova*, n.29, p. 36-38, fev. 1976.

anticoncepcional por mais de trinta anos, mas o controle médico é indispensável¹⁶³.

De forma clara e objetiva, *Nova* destoava do tom metafórico de *Claudia* e, sem rodeios e figuras de linguagem, suas respostas davam a impressão de que as leitoras, sobretudo as de classe média urbana, eram livres para fazer suas escolhas, inclusive as de assumir os riscos previstos na ingestão das pílulas anticoncepcionais. Entretanto, tal liberdade era limitada pela medicalização da reprodução e encaixava-se naquilo que Michèle Ferrand chamou de “normatização contraceptiva¹⁶⁴”. A seu ver, um arcabouço de normas e injunções concernentes à sexualidade e à maternidade teria sido adaptado às necessidades de emancipação das mulheres. O preço pago pelo poder outorgado às mulheres teria sido uma forte “medicalização normativa” que, iniciada no século XIX, se intensificou nas últimas décadas do século XX, com a descoberta da pílula anticoncepcional¹⁶⁵.

Em 1972, a revista *Claudia* defendia que “o uso do anticoncepcional (...) deve ser orientado pelo médico¹⁶⁶”, demonstrando que a medicalização higiênica da reprodução ou, em outros termos, a “normalização contraceptiva” estava, de fato, consolidada no Brasil na década de setenta. Três anos depois, *Nova* reforçou o aspecto higiênico, prático e seguro da pílula e afirmou que o método hormonal era “o preferido por todas as mulheres do mundo (...) o mais simples de se usar, o mais limpo e o mais seguro”, devendo “ser *sempre* indicada pelo ginecologista¹⁶⁷”. Na passagem abaixo, a revista questionava a necessidade da indicação médica, justificando que:

(...) existem cerca de quinze tipos diferentes de pílula, para atender às diferenças de organismo. Cada mulher reage de uma forma à combinação de hormônios (...). Só mesmo o médico, a partir de exames e, se preciso de uma dosagem hormonal, é capaz de prescrever a pílula certa para cada organismo. Um erro de prescrição pode representar maior risco de efeitos colaterais desagradáveis¹⁶⁸.

Em setembro de 1978, os anovulatórios mereceram outro destaque em *Nova* que apresentou a seguinte manchete de capa: “Argumentos convincentes para fazer você perder o medo de tomar a pílula”. Dessa vez, antes mesmo da leitura do artigo, a revista chamou a

¹⁶³ *Ibidem*.

¹⁶⁴ FERRAND, Michèle. O aborto, uma condição para a emancipação feminina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.20, maio-agosto, 2008.

¹⁶⁵ *Ibidem*.

¹⁶⁶ O QUE a pílula faz em seu corpo. *Claudia*, jun. 1972, p.30-33.

¹⁶⁷ D'ÁVILA, Renata. Os métodos anticoncepcionais. *Nova*, n.19, p. 40-43, abr. 1975.

¹⁶⁸ D'ÁVILA, Renata. Os métodos anticoncepcionais. *Nova*, n.19, p. 40-43, abr. 1975.

atenção para os benefícios dos contraceptivos hormonais, tendo em vista que houve um aumento das reportagens sobre os perigos da pílula no final da década de 1970. Assim, em decorrência das notícias veiculadas na imprensa, Ann Rulten apresentou a sua experiência positiva com os comprimidos na reportagem que levou o título “Uma atualização sobre a pílula”, e buscava divulgar as mais “recentes e tranquilizadoras” pesquisas realizadas naquela época sobre as pílulas anticoncepcionais¹⁶⁹.

Consultando variados médicos e especialistas, assim como o seu próprio ginecologista, Ann considerava as notícias da imprensa sensacionalistas, pois “sob o controle médico, a pílula pode ser um anticoncepcional de valor inestimável¹⁷⁰”. Por outro lado, afirmava que “uma mulher que goza de boa saúde e não apresenta nenhuma contra-indicação para o uso [da pílula] (...) não deve temer”, mas deve comparecer regularmente ao ginecologista, “para que ele possa manter o controle da situação”. Em outro momento, a autora admitia ser a escolha do método contraceptivo “muito pessoal e dependente “de uma conversa entre a mulher e o seu médico”. Portanto, mais de uma vez os corpos femininos estiveram *no e sob o controle* dos médicos. À medida que ressaltava o aspecto positivo e favorável das pílulas frente às acusações da imprensa, a revista também tranquilizava as leitoras a respeito de qualquer problema que pudesse ser solucionado por médico especializado.

Ao longo de todo o texto, Ann rebate as críticas contra os contraceptivos orais usando depoimentos e pesquisas desenvolvidas pela *Food and Drugs Administration – FDA*, que aprovou a comercialização dos comprimidos naquele país. Mesmo mencionando determinadas situações em que as pílulas poderiam ser consideradas prejudiciais à saúde das mulheres, como no caso de fumantes, diabéticas, obesas ou hipertensas, a autora concluiu que não deixaria de tomar os comprimidos e, se algum dia parasse, declarou que seria sempre “grata a este método de controle de natalidade que deu maior realce a minha vida sexual”. Por meio da valorização da autonomia e da sexualidade das mulheres, Ann Rulten convencia o público leitor das vantagens do método hormonal, contribuindo, direta e indiretamente, para as práticas de regulação da fecundidade das famílias brasileiras, sobretudo as de classe média.

Em várias ocasiões, *Nova* e *Claudia* sobressaltaram “os perigos causados pela gravidez¹⁷¹”, como se estes fosse maior em relação aos riscos associados à ingestão das pílulas. Levando-se em consideração o conceito de saúde definido pela OMS em 1946, o qual previa a manutenção do bem-estar físico, social, mental e não só a ausência de doenças, as pílulas

¹⁶⁹ RULTEN, Ann. Uma atualização sobre a pílula. *Nova*, n.60, p. 52-54; 61, set. 1978.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ PINHEIRO, Cíntia. Você e a pílula. *Nova*, n.29, p. 36-38, fev. 1976.

poderiam afetar a saúde das mulheres em vários aspectos, tais como enjoos, dores de cabeça, mudanças de humor, sobretudo nesta época, quando as doses de hormônios eram ainda muito altas. Entretanto, para sustentar seu argumento, Ann Rulten usou o discurso de autoridade do Colégio Americano de Obstetras e Ginecologistas para afirmar que “nenhum anticoncepcional tem um índice de mortalidade comparável ao da própria gravidez, se forem incluídas as possibilidades de morte durante o parto, hemorragias, infecções, toxemia, anormalidades de nascimento e aborto¹⁷²”.

Em contrapartida, uma pesquisa realizada na Inglaterra e em Gales em 1975, para avaliar as taxas de mortes de mulheres em idade fértil resultou na criação de um novo conceito: o de “mortalidade reprodutiva”, que incluía os riscos de gravidez, interrupção da gravidez e o uso de contraceptivos para a sua contabilização. Os estudos apontaram que metade das mortes ligadas à reprodução ocorria entre mulheres de 25 e 34 anos e que o uso de contraceptivos hormonais contribuiu para aumentar o número de morte em mulheres de 25 a 44 anos, sendo considerado um dos componentes principais para o elevado número de mortes femininas comparadas às taxas de mortalidade materna¹⁷³. Outra investigação concluiu que o número de morte de mulheres nos Estados Unidos em decorrência do uso de anovulatórios, DIU ou esterilização, também em 1975, foi o mesmo dos óbitos causados por gravidez. Esses fatos levaram à conclusão de que a “mortalidade materna já não é adequada como indicador de mortes associadas à reprodução¹⁷⁴”.

Assim como as inglesas, galesas ou norteamericanas, a maioria das leitoras de Claudia e Nova, brancas de classe média, em geral, tinham acesso à contracepção e aos serviços de saúde de qualidade, diferente da maioria das mulheres brasileiras, sobretudo as negras e pobres, que sofriam – e ainda sofrem – com a negligência do Estado com relação à saúde pública. Embora o Brasil fosse um país subdesenvolvido e com altas taxas de mortalidade materna¹⁷⁵, e

¹⁷² RULTEN, Ann. Uma atualização sobre a pílula. *Nova*, n.60, p. 52-54; 61, set. 1978.

¹⁷³ De acordo com a Classificação Internacional de Doenças- 10ª Revisão (CID-10), a mortalidade materna é definida pela OMS como “a morte de uma mulher durante a gestação ou dentro de um período de 42 dias após o término da gestação, independente da duração ou da localização da gravidez, devido a qualquer causa relacionada com ou agravada pela gravidez ou por medidas em relação a ela, porém não devida a causas acidentais ou incidentais”. Cf. LAURENTI, Ruy; JORGE, Maria H. P. de Mello; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. A mortalidade materna nas capitais brasileiras: algumas características e estimativa de um fator de ajuste. *Rev. Bras. Epidemiol.*, Brasília, v.7, n.4, pp.449-460, 2004.

¹⁷⁴ BERAL, Valerie. Reproductive Morality. *Br Med J* 15; p. 632-634, 1979 apud GIFFINS, Karen Mary. “A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil”. In LEAL, Maria do Carmo; SABROZA, Paulo Chagastelles; RODRIGUEZ, Rodolpho Hector; et. al. *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1992; p. 106.

¹⁷⁵ Pesquisas indicaram que as chances de uma em cada 126 brasileiras vir a morrer de causa materna é um índice ainda muito alto se comparado ao de países desenvolvidos, onde as chances nos anos 80 eram de uma em mais de 10.000 mulheres. Cf. GIFFINS, *op.cit.*.

ainda que as duas revistas atingissem (em proporções distintas) todas as classes sociais, o descaso com as evidências relativas ao aumento dos riscos de vida associado ao uso das pílulas na década de 1970 demonstrava como *Claudia* e *Nova* forjavam os benefícios dos contraceptivos hormonais por meio do silenciamento e da escolha do que deveria ser publicado. Percebemos que os aspectos positivos das pílulas suplantaram a divulgação dos danos causados ao bem-estar e à saúde da mulher na imprensa ao longo da década de setenta. Portanto, é possível afirmar que os discursos das revistas sobre a *reprodução* feminina funcionaram como dispositivos que defendiam e estimulavam o uso dos anovulatórios e, conseqüentemente, expandiam o consenso acerca do controle da natalidade no Brasil.

Apesar disso, as revistas, sobretudo *Nova*, divulgaram informações relevantes para as mulheres que desejassem fazer o uso de outros métodos contraceptivos. Por exemplo, o diafragma e o Dispositivo Intra-Uterino (DIU), ambos com taxas de risco de gravidez próximas a dos anovulatórios, mereceram reportagens específicas, tendo sido apresentados como opções eficientes para as mulheres que sofriam com os efeitos colaterais das pílulas¹⁷⁶. Mesmo com boas intenções, devemos lembrar que a aplicação do DIU em mulheres das regiões mais pobres do Brasil nas décadas de 1960 e 1970 fazia parte de um contexto maior de implantação de políticas públicas e programas de controle e redução do crescimento da população dos países em vias de desenvolvimento.

Além do DIU e do diafragma, os espermicidas, o preservativo e, inclusive, a vasectomia masculina apareceram nas páginas de *Nova* como métodos substitutos dos comprimidos hormonais. Na dedicatória da reportagem “Vasectomia: guia prático (e inofensivo) para esterilidade masculina”, Rubin Carson desabafou: “Para minha mulher, que desistiu de tomar a pílula e me forçou a decidir. Para meu médico, que me tornou possível nunca mais ter que dizer: ‘Sinto muito’”. De forma pejorativa, ele comenta que tudo começa quando “a Bem-Amada decide, repentina e inexoravelmente, não mais assumir sozinha o trabalho de evitar nenéns¹⁷⁷”. Além de demonstrar que não foi por vontade própria, mas por obrigação, o depoimento revela a resistência masculina ao procedimento e o poder de persuasão e interferência dos médicos nas questões sexuais e reprodutivas dos casais heterossexuais na década de 1970.

Por outro lado, apesar de defender o procedimento, *Claudia* afirmou em reportagem publicada em abril de 1976 que a esterilização masculina ganhou mais adeptos, “primeiro

¹⁷⁶ NASCIMENTO, Amélia. Diafragma: um jeito antigo mais eficiente. *Nova*, n.37, p. 34-38, out. 1976. MUCCI, Christina. Vale a pena tentar o DIU? *Nova*, n.11, p. 56-57, set. 1974 e VOLTOLINI, Naneti. A verdade sobre o DIU. *Nova*, n.68, p. 34-38; 126, maio 1979.

¹⁷⁷ CARSON, Rubin. Vasectomia: guia prático (e inofensivo) para esterilidade masculina. *Nova*, n.10, p.51-53, jul. 1974.

porque o homem tomou consciência da simplicidade da operação, e segundo, porque recentes pesquisas feitas por norte-americanos revelaram a possibilidade de tornar a operação reversível”. Ao final do artigo, em um quadro explicativo com o título “Mas ainda existem os anticoncepcionais”, a revista afirma que, embora seja um assunto controverso, a pílula “é o meio químico mais seguro no controle da natalidade”. Com relação aos efeitos colaterais e às doenças provocadas pelo uso contínuo das pílulas, reitera “O que se pode afirmar é que nada foi constatado em termos definitivos¹⁷⁸”. Vemos que um esforço contínuo em defesa dos comprimidos.

Em “Anticoncepcionais hoje”, de autoria de Nanete Voltolini e Rebeca Stratut, publicada em *Nova* em dezembro de 1979, as autoras chamaram a atenção das leitoras para a ação, os riscos e os benefícios dos mais diversos contraceptivos disponíveis no mercado. Também divulgaram o andamento das pesquisas em desenvolvimento no Brasil e no mundo sobre a “pílula do homem” e a “pílula da manhã seguinte¹⁷⁹”. Por outro lado, Voltolini e Stratut questionaram o fato da responsabilidade da contracepção recair muito mais sobre as mulheres do que os homens, embora acreditassem que a situação estava mudando. Para elas, alguns médicos vinham tentando fazer com que os casais discutissem o tema, assim como a Igreja Católica tentava divulgar “em seus movimentos comunitários” os métodos que permitiam “determinar o funcionamento do ritmo ovular feminino” e estimulavam “a participação de ambos os parceiros¹⁸⁰” no planejamento familiar.

Abordagens mais questionadoras e menos comprometidas com a regulação dos corpos femininos coincidiram com o processo de abertura política da ditadura civil-militar no final da década de setenta e com a expansão das reivindicações e da luta política do movimento de mulheres no Brasil. O momento criava condições para que as jornalistas de *Nova* e *Claudia* questionassem com maior liberdade as funções e os lugares historicamente destinados às mulheres, promovendo, em parte, a sua reflexão acerca do equilíbrio da balança desigual das relações de gênero.

No entanto, um posicionamento ainda bastante conservador foi encontrado em *Claudia* em 1978 que, ao referir-se ao planejamento familiar, declarou ser importante fazer “uma revisão de valores morais e religiosos. Porque um bom anticoncepcional não é só o que funciona melhor, e não prejudica a saúde. Também é o que não entra em choque com as convicções e

¹⁷⁸ ESTERILIZAÇÃO: de quem é a responsabilidade? *Claudia*, n.175, p.108-114, abril de 1976.

¹⁷⁹ VOLTOLINI, Nanete; SCATRUT, Rebeca. Anticoncepcionais hoje. *Nova*, n.75, p. 128-130, dez. 1979.

¹⁸⁰ *Ibidem*.

princípios do casal¹⁸¹”. Neste caso, em uma escala de grandeza, a religião e os juízos morais ficavam acima do bem-estar do casal e da saúde da mulher quanto à escolha do método contraceptivo mais adequado para regular o tamanho de sua família. Apesar de laico, o Brasil era e ainda é um país influenciado pelos princípios morais da religião cristã, sobretudo, com relação aos assuntos ligados à sexualidade e à reprodução.

Até os dias de hoje, a Igreja Católica condena qualquer tipo de relação que seja para reprodução da espécie humana. Na década de 1970, embora algumas mulheres ignorassem os preceitos morais da religião diante de uma gravidez indesejável¹⁸², o uso da camisinha e de anticoncepcionais, bem a interrupção da gestação eram estritamente proibidos pela Igreja. Entretanto, a Encíclica *Humanae Vitae* baixada pelo papa João VI em 1968 decretou o apoio aos casais que utilizassem as técnicas naturais de contracepção, tais como o método de *Ogino e Knaus*, ritmo e/ou *coitus interruptus*, e evitassem as relações sexuais durante o período reprodutivo da mulher. Assim, todos os outros métodos artificiais continuavam sendo condenáveis.

Assim, concluímos que *Nova* e *Claudia* tiveram um posicionamento favorável ao uso da pílula anticoncepcional, apesar das denúncias na imprensa contra os males que elas poderiam causar à saúde das mulheres. Também vimos que as duas revistas reforçaram as relações de poder que colocavam os médicos em lugar privilegiado, forjando a ideia de medicalização da contracepção. Contudo, ambas tiveram suas especificidades com relação à abordagem dos métodos anticoncepcionais, sendo *Claudia* mais conservadora e *Nova* mais avançada, sobretudo na quantidade de vezes que o assunto foi abordado (duas vezes em *Claudia* e sete vezes em *Nova*). Enquanto *Nova* buscava tratar o assunto de forma clara e objetiva, chamando a atenção para a liberdade de escolha das mulheres, *Claudia* utilizava o discurso de médicos para reforçar os papéis sociais historicamente consolidados em torno da função reprodutiva do sexo feminino.

2.3 O ciclo menstrual e os discursos sobre a reprodução na imprensa feminina (*Claudia* e *Nova*)

Apesar de ser atualmente encarada como parte do ciclo de vida que acompanha as mulheres desde a menarca (primeira menstruação) até a menopausa (fim da menstruação), a

¹⁸¹ ESCOLHA melhor o seu anticoncepcional. *Claudia*, n.199, p.103-105, abril de 1978.

¹⁸² PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n° 45, pp. 239-260, 2003; p. 252.

menstruação durante muito tempo foi uma grande incógnita para a medicina, tendo se tornado um tabu para a cultura ocidental. Somente com o desenvolvimento das pesquisas hormonais no final do século XIX, foi possível constatar que a menstruação é um processo fisiológico natural do corpo feminino. Embora Hipócrates e Galeno tivessem caracterizado o sangramento periódico como um fenômeno benéfico que deu origem às sangrias¹⁸³, o sangue que escorria mensalmente das mulheres era considerado diabólico e, até mesmo, mortal. Ao investigar as práticas de cura e medicina no Brasil colonial, Mary Del Priori afirma que o bom funcionamento da *madre* (o útero) era encarado pelos médicos da colônia como sinônimo de boa saúde, mas, quando havia impossibilidade de reprodução, a mulher era lançada à sorte de enfermidades muitas vezes associadas à presença do “demônio”. Apesar de as “primeiras regras” representarem um ritual de passagem para as populações femininas da colônia, a medicina tendia a encará-las sob o ponto de vista da fecundidade. Por isso, incapaz de engravidar, a mulher menstruada comparava-se à terra morta, originando-se daí as frequentes superstições e mitos sobre a menstruação.

Na década de setenta, sem qualquer destaque em sua capa, a revista *Nova* foi a primeira a publicar uma reportagem referente ao assunto, definindo a menstruação como:

Uma ocorrência mensal na vida da mulher, só não ocorre se ela estiver grávida ou na menopausa. A história deste fenômeno começa nos ovários: eles produzem um *ovo* que desce pelas trompas até o útero, onde pode ou não ser fecundado pelo espermatozóide masculino. Caso não seja fertilizado, este ovo continua seu caminho pelo corredor uterino – ou endométrio –, desfaz e deixa o corpo humano (...) ¹⁸⁴.

Ao tratar das dores menstruais, Nina Ander denunciou o descaso da medicina com relação à *dismenorréia primária*, nome científico dado ao conjunto de sintomas e mal-estar ocorridos durante um fluxo menstrual doloroso: “tantos sintomas afligindo milhões de mulheres, e a medicina sabe bem pouco para evitá-los ou curá-los”. Segundo a autora, a razão para este desprezo estaria no fato dos médicos considerarem as cólicas menstruais apenas “uma desvantagem para quem nasce mulher”, bem como no fato da maioria dos ginecologistas pertencerem ao sexo masculino e, por isso, nunca se virem “às voltas com o problema [da menstruação] ¹⁸⁵”.

¹⁸³ As sangrias foram tratamentos terapêuticos milenarmente utilizados para a cura de doenças. Cf. MANICA, Daniela T. *Contracepção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória*. 319 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

¹⁸⁴ ANDER, Nina. A dor menstrual. *Nova*, n.2, p.45-47; 66, nov. 1973.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

Em seguida, Nina questiona se “as dores menstruais mereceriam mais atenção se representassem um processo ‘unissex’ como são, por exemplo, a digestão e a respiração?” e conclui afirmando que “se os homens tivessem fluxo menstrual, talvez (...) arranjassem, bem depressa, outra maneira de melhorar o nível das pesquisas sobre a dismenorréia”. Em outro momento, a autora critica o comportamento dos médicos e cientistas que teriam deixado de investigar a dismenorréia quando a mesma deixou de ser considerada uma patologia para transforma-se em um problema psicossomático: “é claro que sempre existe um componente psicossomático (...), porém considerá-los inteiramente de fundo psíquico (...) não demonstra uma atitude muito séria e científica¹⁸⁶”.

O tom de crítica e denúncia exposto por Nina Ander em *Nova* revela a supremacia do sexo masculino e a divisão sexual do trabalho na produção do conhecimento médico-científico na segunda metade do século XX. Ao estudar a influência do feminismo na ciência, Londa Schienbinger lembra-nos que “o gênero estrutura a ciência em diferentes níveis: às vezes no nível das teorias, às vezes em nomenclaturas ou taxonomias, às vezes em prioridades de pesquisa, às vezes nos objetos escolhidos para estudo¹⁸⁷”. Dessa maneira, ao relatar o descaso dos médicos relativo às dores menstruais, percebemos que “é geralmente ao estabelecer prioridades sobre o que será e o que não será conhecido que o gênero tem um impacto sobre a ciência¹⁸⁸”. Assim, os homens se mantinham como protagonistas no desenvolvimento da ciência e da medicina, decidindo o que deveria ou não ser investigado pela “ciência da diferença”, a qual, desde o final do XIX, utilizou-se das concepções sociais e culturais de gênero para controlar e gerenciar os corpos femininos.

Por outro lado, é importante ressaltar que tais preocupações representavam a aflição de uma parte da população feminina e não a sua totalidade, uma vez que as transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX proporcionaram vivências diferentes da menstruação, sobretudo entre as mais ricas e brancas, que tiveram seus ciclos menstruais prolongados a partir das possibilidades de espaçamento das gestações, da diminuição do tamanho da família e da idade mínima da menarca, bem como por meio do aumento da expectativa de vida daquelas que passaram a viver após a menopausa¹⁸⁹.

Outro componente apresentado por Nina para justificar o descaso dos médicos com relação às dores menstruais foram os “fatores culturais”. Para a autora, os mitos que envolviam

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, EDUSC, 2001, p.292.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p.328.

¹⁸⁹ HELMAN, Cecil G. “Gênero e reprodução”. In HELMAN, Cecil G. *Cultura, saúde e doença*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, p. 137-164.

a “atitude de aversão primitiva com raízes na antiguidade” poderiam explicar a origem de expressões como “estar naqueles dias” ou “daquele jeito horrível que atrapalha tudo”. Tal representação negativa da menstruação justificaria também o comportamento dos homens que se recusavam a ter relações sexuais com mulheres menstruadas. Em outra reportagem publicada por *Nova* em julho de 1977, Ines Castilho salientou os aspectos das sociedades antigas que consideravam “a mulher menstruada impura, perigosa para as plantas, animais e pessoas”, com a tentativa de esclarecer às leitoras a origem dos fatores culturais e históricos que contribuíram para consolidação de um imaginário social a respeito do ciclo menstrual¹⁹⁰.

Quanto às tentativas de naturalização e desconstrução dos mitos em torno da menstruação, podemos afirmar que *Nova* e *Claudia* tiveram o mesmo posicionamento. Em maio de 1974, a reportagem “Não tenha medo da menstruação”, escrita por Ines Knaut na revista *Claudia* divulgava esta ideia:

Antigamente ainda se podia entender o medo com que certas mulheres sentiam só de ouvir a palavra menstruação. Tinham pouco conhecimento das transformações que estavam ocorrendo no seu organismo e ficavam apavoradas com a ideia de que a menstruação estava ligada a dor e sofrimento. Hoje, os preconceitos acabaram e elas começaram a encarar o *problema* como um fato normal em sua vida¹⁹¹.

Embora ainda considerasse a menstruação um “problema” feminino, acreditamos que o objetivo das revistas era superar e desmistificar as crenças e tabus que rondavam o imaginário social feminino em torno da menstruação, uma vez que elas ponderaram os aspectos socioculturais na construção histórica de uma imagem negativa sobre o ciclo menstrual. Além disso, *Nova* e *Claudia* questionaram a interferência das concepções de gênero determinante na produção do conhecimento sobre o corpo feminino na década de setenta.

Outro aspecto interessante encontrado em *Claudia* diz respeito aos cuidados com o uso dos absorventes e a higiene íntima da mulher. Segundo Ines Knaut, “quanto ao bem-estar, intimamente ligado à higiene¹⁹²”, algumas precauções demandavam o uso correto do papel higiênico após a urina, a boa limpeza do órgão genital e a frequência com que os absorventes deveriam ser trocados. Ainda que fossem relevantes para a limpeza e higiene da mulher, podemos considerar que essas recomendações também faziam parte da lógica de consumo instaurada no Brasil a partir do desenvolvimento do seu parque industrial na década de

¹⁹⁰ CASTILHO, Inês. Tensão Pré-Menstrual. *Nova*, n.46, p. 58-61, jul. 1977.

¹⁹¹ KNAUT, Ines. Não tenha medo da menstruação. *Claudia*, n.152, p.180-182, mai.1974.

¹⁹² KNAUT, Ines. Não tenha medo da menstruação. *Claudia*, n.152, p.180-182, mai.1974.

cinquenta. A expansão da indústria de bens de consumo não-duráveis ocasionou a segmentação do mercado editorial em diferentes grupos de classe social, faixa etária, estilo de vida, prioridades de cunho pessoal e/ou profissional, e mesmo de etnias. Por sua vez, a indústria de cosméticos divulgava nas páginas das revistas não apenas produtos voltados para uma parte do corpo feminino, mas vendiam estilos de vida em torno do consumo, criando novas necessidades e transformando suas leitoras em potenciais consumidoras de artigos, serviços e ideais revolucionários e modernos.

Desde meados do século XX, o sentimento de segurança causado pelo avanço científico e tecnológico da medicina, que tornaram viáveis a prevenção e o tratamento de doenças infecciosas, antes consideradas mortais, contribuiu para uma mudança com relação à representação da profissão médica: de “salvador da morte”, o médico tornou-se o provedor de uma vida saudável e corpos esbeltos, que poderiam ser alcançados com cirurgias plásticas, medicamentos e produtos de beleza e higiene¹⁹³. É nesse contexto que os dermatologistas são chamados para integrar a indústria cosmética. Os anúncios dos novos artigos de beleza, como os cremes hidratantes, absorventes, sabonetes e etc. passaram a promover a correção de problemas pré-existentes, o bem-estar, o rejuvenescimento e a limpeza da pele¹⁹⁴. A publicidade financiava não só as publicações femininas, mas um novo ideal de beleza e higiene do corpo.

A marca de absorvente feminino *Johnson & Johnson*, primeira fabricante do produto no Brasil, era patrocinadora das duas revistas. As propagandas do novo produto industrializado divulgavam a substituição inovadora das antigas “proteções improvisadas e inadequadas, como o papel higiênico, jornal ou toalhinha higiênica¹⁹⁵” pelo absorvente seguro e higiênico. Alice Sampaio afirmou na edição de *Claudia* em janeiro de 1976:

Com toalhinhas higiênicas ou outras proteções inadequadas, a possibilidade de contaminação pode se agravar. Como a toalha não é do tipo de usar e jogar fora, a mulher que trabalha e a usa tem dificuldade de troca e pode passar um dia inteiro com a mesma toalha, com o sangue decomposto em contato direto com seus órgãos genitais. Mesmo para um prolongado passeio no campo ou em qualquer outro lugar, o problema persiste, enquanto os absorventes industriais são trocados com maior facilidade¹⁹⁶.

¹⁹³ PORTER, Roy. *The greatest benefit to mankind: a medical history of humanity from antiquity to the present*. London: Fontana Press; Harper Collins Publishers. 1997.

¹⁹⁴ SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. “Sempre bela”. In PINSKY e PEDRO (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 105-125.

¹⁹⁵ SAMPAIO, Alice. Menstruação (você, férias e... ela!). *Claudia*, n.172, p.32-35, jan.1976.

¹⁹⁶ *Ibidem*.

Em seguida, a autora divulgou os variados tipos e preços dos “absorventes industriais” da *Johnson & Johnson*, os quais, além da propaganda e das noções de higiene, carregavam o peso do progresso ao representar a escolha acertada da mulher moderna, que trocou os antigos métodos de proteção pela praticidade dos absorventes íntimos. Além disso, a alusão à “mulher que trabalha” reflete o momento de transição pelo qual passavam as mulheres, bem como refletia o hibridismo característico de *Claudia*, revista que dialogava tanto com o público formado por mães e donas-de-casa, como mulheres que, por necessidade ou não, trabalhavam “fora”, ressaltando, assim, as funções multifacetadas da dupla jornada de trabalho da mulher brasileira.

Em contrapartida, a importância da educação materna era reforçada em *Claudia* à medida que esta fazia referência ao papel das mães na preparação de suas filhas para a primeira menstruação (a menarca). Ao explicar que as percepções a respeito do ciclo menstrual feminino estavam se modificando, Ines Knaut afirmava em 1974 que:

Os problemas relativos aos órgãos de reprodução e seus eventuais distúrbios se transformaram num assunto livre, encarado com naturalidade e a maior parte das mães começou a orientar suas filhas, desde cedo, com a ajuda do melhor professor num caso como este: o ginecologista¹⁹⁷.

A figura do médico, então, reaparece como fator determinante para a educação das adolescentes na fase inicial da vida reprodutiva, o que reforçava e oficializava uma visão de medicalização da reprodução desde a pré-adolescência. Enquanto *Nova* criticava o descaso dos médicos com relação às dores menstruais, *Claudia* enaltecia o seu trabalho. Dois anos mais tarde, na reportagem de autoria de Alice Sampaio, *Claudia* apontava novamente para a preponderância da iniciação das meninas com relação à menstruação, fazendo algumas recomendações:

Chame-a para uma conversa franca, explique que ela não vai ser surpreendida por nenhum sangramento violento (...). Explique também que, durante o primeiro ano, é normal que a frequência da menstruação seja irregular. Chame a atenção dela para a importância da higiene pessoal e da proteção adequada (...). E, por último, explique que há uma série de tabus por aí que não devem ser levados a sério¹⁹⁸.

Embora não levassem em consideração a instrução e a educação dos meninos, pode-se considerar que as reportagens tentavam suplantar os tabus e as imagens negativas em torno do

¹⁹⁷ KNAUT, Ines. Não tenha medo da menstruação. *Claudia*, n.152, p.180-182, mai.1974.

¹⁹⁸ SAMPAIO, Alice. Menstruação (você, férias e... ela!). *Claudia*, n.172, p.32-35, jan.1976.

imaginário social da menstruação que, como vimos, ainda aterrorizava muitas mulheres na década de setenta. Por outro lado, *Claudia* não deixou de forjar a predestinação feminina à maternidade, sobretudo, quando descreveu a sua definição de menstruação. Vejamos:

A menstruação é único sinal visível de um ciclo que prepara mensalmente o organismo da mulher, para que ela possa *gerar filhos*. O útero se prepara para receber um ovo, *protegê-lo* e *criá-lo* até o dia do parto. Tudo se passa como em *nossa casa*: no dia que antecede a chegada de um hóspede: fica tudo limpo, em ordem. As paredes do útero tornam-se aconchegantes, mediante o desenvolvimento de uma mucosa que servirá para proteger o ovo. Quando tudo está pronto, acontece um fato inesperado: o ovo não é fecundado e nesse caso o útero elimina a mucosa que reveste suas paredes, através de um escoamento de sangue; a menstruação¹⁹⁹.

A “eliminação, através da vagina, do ninho que se formou no útero²⁰⁰” encerrava o período que se iniciaria no próximo mês. A metáfora do lar e a utilização dos termos “proteger”, “criar”, “ninho”, “casa” revelavam, nesse contexto, a mesma associação estabelecida pelo Dr. Dirceu, médico obstetra que comparou o ambiente doméstico e familiar ao funcionamento do órgão reprodutor feminino. Tendo em vista que *Claudia* buscava atingir um público tradicionalmente composto por mães, esposas e donas-de-casa, os discursos sobre a menstruação representavam o modelo da diferença sexual usado pela ciência e a medicina para reforçar o papel historicamente construído e culturalmente designado às mulheres e homens na conformação social das identidades de gênero.

Ao contrário de *Claudia*, a revista *Nova* explicou objetivamente o que acontece mensalmente com o corpo feminino em *Menstruação: um sexto da sua vida*, de autoria de Tania Quintiliano. Vejamos:

A menstruação se processa da seguinte forma: nos primeiros 14 dias do ciclo (que tem em média 28 dias) os ovários produzem um hormônio que se chama estrógeno. Esse hormônio desenvolve e amadurece o óvulo. No fim desses 14 dias sua produção diminui e é dado um sinal (uma espécie de ‘aviso’) à hipófise, glândula situada na cabeça. Essa glândula lança na circulação sanguínea um hormônio que estimula a formação de um folículo (semelhante a uma bolha do tamanho de uma ervilha) que envolve o óvulo. Depois esse folículo se rompe, dando origem um fenômeno chamado ovulação: o óvulo se desprende do ovário e caminha em direção à trompa. Imediatamente, depois da ovulação a quantidade de estrógeno diminui sensivelmente e o ovário aumenta sua produção de progesterona, o hormônio dominante na segunda metade do ciclo. Quando o nível estrógeno está muito baixo, por volta do 28º

¹⁹⁹ KNAUT, Ines. Não tenha medo da menstruação. *Claudia*, n.152, p.180-182, mai.1974.

²⁰⁰ *Ibidem*.

dia do ciclo inicia-se a menstruação. A mulher fica menstruada quando o óvulo desprendido pelo ovário no 14º dia não foi fecundado²⁰¹.

Imparcial, direta e objetiva, Tania usou conceitos e imagens que facilitavam a compreensão das funções menstruais, ao invés da ambiguidade de ideias presentes nas metáforas referentes ao universo familiar. Assim, as leitoras poderiam vivenciar esse momento sem medo: “Durante esses períodos nada é proibido. Porque nada é perigoso. Portanto, os dias de tédio, mau humor, provocados por crenças e consequentes abstenções podem ser transformados em dias úteis, plenos da mesma alegria do restante do mês²⁰²”.

Dessa maneira, foi possível perceber as diferenças e semelhanças nas abordagens referentes à menstruação nas revistas *Nova* e *Claudia*. Ainda que ambas buscassem superar os mitos e tabus que rondavam o imaginário social e influenciavam a maneira pela qual mulheres e homens lidavam com o ciclo menstrual, cada uma delas enfatizou aspectos adequados aos perfis do seu público. De modo geral, podemos afirmar que *Claudia* reforçou alguns dos papéis tradicionalmente construídos para mulheres e homens, enquanto *Nova* apresentou tendências questionadoras com relação à produção masculina do conhecimento médico e científico sobre o ciclo menstrual. Em seguida, veremos se tais características se mantiveram com relação ao aborto.

2.4 “Aborto: um assunto de mulher²⁰³”.

Ainda que buscasse diversificar o seu público, a revista *Claudia* não demonstrou interesse em abordar o tema do aborto em suas páginas. Supõe-se que o fato de a revista dialogar, principalmente, com mulheres cuja identidade se assemelhava aos papéis de mães e esposas baseados na moral e na ética cristãs, pode ser um dos motivos pelos quais a revista ignorou a tendência em torno da descriminalização do aborto nos anos setenta. Em meados dos anos setenta, inspirado no slogan “Nosso corpo nos pertence”, diversos países da Europa legalizaram a sua prática após pressão das reivindicações da segunda onda do feminismo. No Brasil e no mundo Ocidental, as feministas defendiam a descriminalização do aborto e o direito inalienável das mulheres sobre o seu corpo, atitude que representava um caminho sem volta para o rompimento com a identidade construída em torno da reprodução e da maternidade. A ausência de artigos em *Claudia* revelava o silenciamento das discussões em torno das relações de poder implícitas na sua prática – além da Igreja, o Estado também condenava o aborto.

²⁰¹ QUINTILIANO, Tania. Menstruação: um sexto da sua vida. *Nova*, n.16, jan. 1975.

²⁰² *Ibidem*.

²⁰³ NOGUEIRA, Glória. Aborto: um assunto de mulher. *Nova*, n.21, p. 78-79; 114, jun. 1975.

Em contrapartida, voltada para um público preocupado com a sexualidade feminina e os seus desdobramentos, *Nova* publicou quatro artigos sobre o assunto, o primeiro deles em junho de 1975, ano em que o aborto foi legalizado na França e a Organização das Nações Unidas declarou o Ano Internacional da Mulher. Com exceção de 1978, o tema apareceu pelo menos uma vez nas páginas de *Nova*, divulgando informações e denúncias contra as consequências da sua ilegalidade, embora reforçasse estereótipos e culpabilizasse as mulheres pela interrupção da gravidez. Ainda assim, independente da abordagem, somente o fato de o aborto estar presente em uma revista de grande alcance e visibilidade no Brasil representava um avanço, ainda que pequeno, em relação à autonomia feminina sobre os valores morais e as hierarquias de gênero. Dessa maneira, analisar historicamente os discursos sobre o aborto se configura também um ato político de resistência à ameaça de retrocesso frente aos poucos avanços na legislação vigente com relação à descriminalização.

De forma esclarecida, *Nova* abordou em 1975 as principais questões relativas à difícil decisão de interromper voluntariamente uma gravidez. Criminalização, moralidade, julgamento moral social e os sentimentos que envolviam a prática do aborto foram alguns dos aspectos ressaltados pela revista. Ao utilizar o exemplo da sua descriminalização na França, Glória Nogueira, autora do artigo, resgatou o processo histórico de jurisdição da prática abortiva no Brasil, chamando a atenção para a flexibilidade dos primeiros Códigos Penais brasileiros e a ausência de punição severa (1830) ou concessão de sanções mais brandas, caso fosse praticado para “ocultar a própria desonra²⁰⁴” da mulher (1890). Diferente do Código Penal em vigência desde 1940, que permite a realização do aborto induzido somente em casos de estupro ou de perigo de vida para a mãe²⁰⁵, na opinião da autora, as leis de 1830 e 1890 demonstravam maior “preocupação com aquela que, embora tratada sempre como criminosa, é a grande vítima dessa situação: a mulher que *precisa* praticar o aborto²⁰⁶”.

“Será que algum dia, em algum lugar, as mulheres foram ouvidas a esse respeito?”, questionava-se Glória ao referir-se ao caso da França, onde um projeto de lei de legalização do aborto elaborado por Simone Veil, ministra da Saúde, com o apoio e a participação de médicos franceses foi aprovado naquele mesmo ano. Diferente da França, país onde “as atitudes desses

²⁰⁴ “Art. 301. Provocar abôrto com annuencia e accordo da gestante: Pena – de prissãocellular por um a cinco annos. Paragraphounico. Em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregado para esse fim os meios; e com reduçãõ da terça parte, si o crime for commettido para occultar a deshõna própria”. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 16 de junho de 2017.

²⁰⁵ Recentemente, o Supremo Tribunal Federal (ADPF 54) incluiu os casos de fetos anencéfalos entre os possíveis casos de aborto.

²⁰⁶ NOGUEIRA, Glória. Aborto: um assunto de mulher. *Nova*, n.21, p. 78-79; 114, jun. 1975.

dois grupos (...) modificaram a legislação”, no Brasil, nem os médicos nem as mulheres participaram dos debates que regulamentaram as permissões legais para a interrupção voluntária da gravidez. Segundo Glória, “se existe um grupo sempre marginalizado das decisões que lhe dizem respeito, esse é o das mulheres²⁰⁷”. Vemos na jornalista um posicionamento contestador e alinhado às causas feministas.

No entanto, embora reivindicasse a participação feminina na luta pela descriminalização do abortamento, a autora dedicou boa parte da reportagem à atuação dos médicos franceses no debate: “Todo mundo ouviu falar das manifestações das mulheres francesas a favor da liberdade do aborto, tendo à frente Catherine Deneuve, Simone de Beauvoir, Brigitte Bardot. Mas talvez poucos saibam da participação dos médicos²⁰⁸”. Na França, esses médicos se reuniam em um grupo misto com numerosos homens chamado Movimento pela Liberalização do Aborto e da Contracepção (MLAC)²⁰⁹. A autora considerou fundamental a participação destes profissionais, mas não problematizou o protagonismo do sexo masculino sobre um assunto que envolvia fundamentalmente o corpo das mulheres.

Apesar disso, havia um aspecto comum em todas as reportagens publicadas em *Nova* que dizia respeito à dificuldade em se estabelecer uma estimativa exata da quantidade de abortos praticados anualmente, já que a prática era ilegal. Segundo Glória, “não se pode saber quantos abortos clandestinos (e nas péssimas condições em que se imagina) são feitos por ano. Mas as estimativas são de centenas de milhares”. Já Leda Nagle, em setembro de 1976, afirmou que os casos de aborto variavam entre 300.000 e 900.000 anualmente, segundo pesquisa do sanitarista Nelson Moraes. A seu ver, “esses números costumam ser altos em países em desenvolvimento, onde não há sistemas organizados de esclarecimento a respeito de planejamento familiar²¹⁰”. No ano seguinte, Monica Alvarenga admitiu não saber “que no Brasil se praticam cerca de 700.000 abortos por ano²¹¹”. E, dois anos depois, em 1979, Lucia Rito, Neusa Pereira e Elizabeth Salgueiro recorreram à pesquisa realizada pelo professor Otávio Rodrigues Lima, titular da clínica de Obstetrícia da Universidade Federal Fluminense, um dos principais representantes do movimento pelo planejamento familiar no Brasil, que havia se tornado presidente do IPPF no Hemisfério Sul em 1972, para constatar que os abortos clandestinos no Brasil “já alcançavam uma taxa que ele classificava ‘epidêmica’ – 1,5 milhão por ano²¹²”. É

²⁰⁷ *Ibidem.*

²⁰⁸ *Ibidem.*

²⁰⁹ FERRAND, Michéle. O aborto, uma condição para a emancipação feminina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.20, maio-agosto, 2008.

²¹⁰ NAGLE, Leda. Aborto: como é que isso acontece. *Nova*, n.36, p. 76-77; 110-111, set. 1976.

²¹¹ ALVARENGA, Mônica. As emoções que envolvem um aborto. *Nova*, n.50, p. 42-45, nov. 1977.

²¹² RITO, Lucia; PEREIRA, Neusa; SALGUEIRO, Elisabeth. Aborto. *Nova*, n.72, p. 124-129, set. 1979.

interessante notar que, além das divergências quantitativas, havia um tom de denúncia nos discursos relativo ao problema do aborto no país. A grande incidência refletia a necessidade de legalização da prática que, sob a clandestinidade, era (e ainda é) realizada sem os devidos cuidados médicos e higiênicos, colocando em risco a vida e a saúde reprodutiva das mulheres, sobretudo das mais pobres.

No entanto, nas décadas de sessenta e setenta, algumas entidades privadas de planejamento familiar surgiram sob o pretexto de eliminar as elevadas taxas de aborto no Brasil. Este foi o caso da Bemfam, que se tornou a primeira instituição a fomentar o controle da natalidade por meio da distribuição de pílulas anticoncepcionais e da aplicação de DIU em mulheres das regiões mais pobres do país²¹³. Seus idealizadores, Octavio Rodrigues Lima e Walter Rodrigues, eram médicos promotores e defensores incansáveis do gerenciamento da fecundidade sob o pretexto de eliminar o aborto. Na Conferência pronunciada na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados em 1972, Walter Rodrigues chegou a afirmar: “Nossa instituição é de utilidade pública, conforme decreto de 1971; temos todas as isenções e todas as facilidades do governo para trabalhar. Queremos, realmente, combater o aborto. É só²¹⁴”. Entretanto, a entidade era financiada pelo capital estrangeiro norteamericano interessado em barrar o crescimento populacional na América Latina via IPPF (Federação Internacional de Planejamento Familiar).

Mesmo as taxas de aborto não tendo diminuído em países onde a maioria da população tinha acesso a programas de contracepção²¹⁵, a Bemfam e outras instituições continuaram forjando o controle de natalidade sob o pretexto da eliminação do abortamento no Brasil²¹⁶. Portanto, a referência a um dos idealizadores da Bemfam e o argumento de Leda Nagle a respeito da falta de esclarecimento dos países subdesenvolvidos sobre o planejamento familiar nos levam a crer que interesses maiores poderiam estar em jogo na produção dos discursos sobre o aborto na revista *Nova*. Era mais fácil convencer o público leitor sobre a eficiência do controle da natalidade, por meio de enunciados que defendiam a criminalização do aborto, em vez de enfrentar legalmente os dilemas éticos e morais da “epidemia” de interrupção provocada da gravidez no Brasil. Com esse tipo de posicionamento, podemos supor que a imprensa

²¹³ FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993; p.102.

²¹⁴ RODRIGUES, Walter. *O Planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1973

²¹⁵ GIFFINS, Karen Mary. “A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil”. In LEAL, Maria do Carmo; SABROZA, Paulo Chagastelles; RODRIGUEZ, Rodolpho Hector; et. al. *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1992.

²¹⁶ RODRIGUES, *op. cit.*.

feminina colaborou junto a Bemfam e o capital estrangeiro para o reforço do controle da natalidade no Brasil²¹⁷.

Outro ponto levantado em algumas das reportagens foi a culpabilização das mulheres pelos motivos inconscientes que causavam uma gravidez indesejada e à opção pelo aborto. Diferente da edição de janeiro de 1975, *Nova* trouxe em sua capa de setembro de 1976 a seguinte manchete “Porque mulheres adultas e esclarecidas chegam a fazer o aborto²¹⁸”. Desvendar os motivos que as levavam a escolher o aborto era o principal objetivo de Leda Nagle: “O que leva uma mulher de bom nível cultural e econômico a relaxar o seu método de controle de natalidade (...)? E mais, o que faz com que, a seguir, interrompa a gravidez?²¹⁹”. A expressão “controle de natalidade” revelava a inclinação da autora, bem como da revista que autorizou a publicação do artigo, para as assimetrias de poder presentes na instituição do gerenciamento familiar como política pública.

Quanto aos aspectos inconscientes, a jornalista utilizou o discurso da psicologia para explicar como as conturbadas experiências familiares e as decepções amorosas com os seus parceiros poderiam causar nas mulheres o relaxamento e o esquecimento das pílulas. Citando a psicóloga Norma Rollas, Leda afirma:

A opção pelo aborto pode ser provocada em função da vivência negativa que a mulher teve no seu relacionamento com os seus pais. Se este relacionamento foi ruim, provavelmente tomará “providências” para evitar relações semelhantes. Outro motivo pode ser o relacionamento afetivo que ela está vivendo: se esta relação não é boa e ela engravidada, ela quando faz o aborto, de certa forma, “aborta” também a relação²²⁰.

Ao fazer uso de depoimentos de pessoas comuns, a jornalista divulgava alguns exemplos de mulheres que haviam feito abortos conscientes ou não de suas razões. Fossem reais ou fictícias, as histórias revelavam o sentimento compartilhado entre mulheres e leitoras que passaram pela mesma experiência “aflictiva²²¹”. Uma delas era Marieta, publicitária com dois filhos, que engravidou pela primeira vez aos 19 anos, mas abortou depois de seu noivo a convencer das dificuldades de sustentar um filho não planejado. Ao analisar as experiências de mulheres que decidiram levar adiante uma gravidez não planejada e o itinerário contraceptivo e procriativo das mesmas na França na virada do século XX para o século XXI, a socióloga

²¹⁷ Embora seja apenas uma hipótese, a investigação história da memória das (os) jornalistas e colaboradoras (es) da revista por meio de entrevistas poderia esclarecer melhor os objetivos que estavam por trás (ou não) desses discursos.

²¹⁸ NAGLE, Leda. Aborto: como é que isso acontece. *Nova*, n.36, p. 76-77; 110-111, set. 1976.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ NAGLE, Leda. Aborto: como é que isso acontece. *Nova*, n.36, p. 76-77; 110-111, set. 1976.

²²¹ *Ibidem*

Michèle Ferrand afirma que, ao contrário do que muito defensores da criminalização do aborto acreditam, a sua liberalização na França não significou declínio da natalidade do país. A taxa de fecundidade continuou elevada, ficando atrás somente da Irlanda. Por outro lado, Ferrand admite que as mulheres francesas, tal como as de antigamente, não queriam ter filhos sozinhas, pois gostariam de criá-los dentro de uma relação estável com os seus pais²²². Desta maneira, a decisão da mulher pela contracepção ou pela interrupção voluntária da gravidez ainda dependia emocionalmente da vontade do parceiro.

No entanto, as relações de poder entre mulheres e homens foram ignoradas por Leda Nagle, quando a jornalista afirmou que “para quem (...) engole durante anos, diariamente, um comprimido, a lembrança deveria estar perfeitamente automatizada²²³”. Mais uma vez, Leda se utiliza do discurso da psicologia e admitiu que o esquecimento era “uma vontade inconsciente [da mulher] de engravidar²²⁴”. Culpabilizando as mulheres pelos seus desejos inconscientes, a jornalista despreza dois fatores que, a nosso ver, são muito importantes: primeiro, desconsidera o fato de muitas delas abrirem mão dos contraceptivos para saciar as vontades de seus parceiros e, ao contrário, reforça a dependência afetiva e financeira das mulheres ao sexo masculino; segundo, Leda não questiona os riscos de gravidez envolvidos nos métodos contraceptivos, destoando do discurso da revista que dedicou boa parte de suas páginas para apresentar as vantagens e desvantagens dos anticoncepcionais disponíveis naquela época.

Em novembro de 1977, embora não deixasse claro, a reportagem de Mônica Alvarenga parece descrever a sua própria experiência com o aborto. É importante ressaltar que, apesar de a personagem ter interrompido a sua primeira gravidez aos 18 anos, a mesma não revelou a sua idade na época da publicação do depoimento, o que nos leva a crer que o fato deve ter ocorrido entre as décadas de cinquenta e sessenta, período em que as questões morais e éticas pesavam muito mais do que na década de 1970.

Tudo teria começado quando Mônica terminou um relacionamento com o seu “namoradinho” e, logo em seguida, se apaixonou por um homem mais velho, que aparentava ser maduro e experiente. Sabendo que a moça era virgem, o tal homem foi conquistando a sua confiança, até que os dois ficaram noivos e a Mônica teve a sua primeira relação sexual. Antes disso, ela conta que ao se deixar levar pelas carícias do namorado aos 18 anos julgou-se “uma prostituta que estava traindo os ensinamentos” da mãe já falecida. Após a consumação do ato,

²²² FERRAND, Michèle. O aborto, uma condição para a emancipação feminina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.20, maio-agosto, 2008; p. 656.

²²³ NAGLE, Leda. Aborto: como é que isso acontece. *Nova*, n.36, p. 76-77; 110-111, set. 1976.

²²⁴ *Ibidem*.

o namorado explicou que Mônica deveria ir ao ginecologista para tirar a medida de seu diafragma. Sem saber do que se tratava, ela foi ao médico indicado pelo rapaz “coberta de vergonha, certa de que o pecado se lia” na sua testa, mas antes, fizeram “amor mais uma vez”, o suficiente para no fim do mês sua menstruação atrasar²²⁵.

Desesperada, ela passou a frequentar a Igreja todos os dias indignada como “uma coisa daquelas pod[er]ia acontecer” logo com ela, que era tão “direita” e cumpria com todas as suas “obrigações²²⁶”. Quando o resultado saiu, confirmando a gravidez, Mônica sentiu que Deus a havia abandonado. Após esse primeiro momento de desespero, a jovem vivenciou o sentimento de desprezo do parceiro: “a primeira dor funda com que me defrontei foi a rejeição dele” e, ao decidir pelo aborto, sentiu-se como uma criminosa: “Eu me senti uma assassina. Lembro que rezava a Deus para que me evitasse a dor suprema de matar uma pessoa que eu não queria matar”. O sofrimento pela rejeição do noivo e o medo de ser julgada ou castigada pela família fizeram com que Mônica não contasse a ninguém sobre o ocorrido. E foi isso o que mais a afligiu. Mônica acreditava que, se a família tivesse tido um comportamento diferente e “algumas poucas coisas elementares” lhe tivessem sido ensinadas, toda essa angústia teria sido evitada²²⁷. E foi além, questionando a moralidade, o conservadorismo e o machismo de sua educação:

De que adiantou me darem a entender com tanta ênfase que o sexo era proibido? Não conseguiram que eu me privasse de sexo (...). De que adiantou a severidade do meu pai? (...) Não consegui que eu obedecesse a seus rígidos padrões morais (e hoje eu me pergunto que padrões eram esses, tão mais elásticos em relação a meus irmãos e seguramente em relação ao seu próprio comportamento)²²⁸.

Além do sentimento de culpa compartilhado por muitas mulheres, o relato de Mônica revelara os aspectos moralizantes de uma educação baseada nos preceitos da religião católica. A condenação do sexo antes do casamento, a associação com a prostituta, o abandono, bem como o castigo divino eram características presentes no seio da família tradicional brasileira. No entanto, a impossibilidade de criar o (a) filho (a) dentro de uma família “completa” prevaleceu sobre a moral cristã, tal como Ferrand identificou nas francesas, fez com que Mônica decidisse interromper a gravidez não planejada. Para muitas mulheres, sobretudo das grandes capitais, a

²²⁵ ALVARENGA, Mônica. As emoções que envolvem um aborto. *Nova*, n.50, p. 42-45, nov. 1977.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ ALVARENGA, Mônica. As emoções que envolvem um aborto. *Nova*, n.50, p. 42-45, nov. 1977.

²²⁸ *Ibidem*.

religião não influenciava nas decisões contraceptivas ou procriativas, ainda que o conservadorismo cristão não aprovasse o aborto²²⁹.

No artigo publicado em setembro de 1979, a referência à pesquisa realizada pela professora de enfermagem, Malvina de Oliveira Ramos Netto, com 124 mulheres de Osasco, município industrial da capital paulista, revelou que, em média, uma ou duas mulheres abortaram entre 1973 e 1975, sendo 80% delas católicas²³⁰. Tal como Pedro havia destacado para as mulheres catarinenses, Lucia Rito afirma que “a proibição do aborto pela religião não era levada em consideração, quando estas mulheres precisavam se livrar de uma gravidez indesejável, por falta de condições econômicas²³¹”. Ainda assim, mesmo com revolução dos costumes da década de setenta, percebemos que o julgamento moral, para não entrar nas discussões éticas e religiosas sobre o direito à vida, rondava o imaginário social feminino a respeito do aborto.

Entretanto, podemos afirmar que *Nova*, se não ajudou, incentivou voluntária ou involuntariamente muitas mulheres a praticarem a interrupção da gravidez, uma vez que, além de indicar o nome e o bairro de uma enfermeira de 60 anos que realizava o procedimento nas dependências de sua casa, em Recife, a revista publicou duas receitas caseiras de chás abortivos:

As mais pobres, sem condições para pagar um médico, tomam ervas, remédios caseiros, que passam de geração para geração. São muitas receitas: ferver por algum tempo uma xícara de café em grão – o chamado café cru – com um copo de pinga; ou um chá de canela bem forte, misturado com Cibalena [analgésico]²³².

Ademais, mesmo usando dados de pesquisas desenvolvidas por médicos, Elisabeth Salgueiro e outros (as) autores (as) questionaram a criminalização do aborto na América do Sul e no Brasil, criticando vários setores da sociedade, inclusive a Igreja Católica, ao apontar a ilegalidade da prática como a principal causa dos riscos de vida e complicações das mulheres que praticavam o aborto.

Para contrabalançar, a revista usou a opinião do médico Attílio Mario Vianello, contrário ao aborto, para ponderar os riscos envolvidos na realização na interrupção da gravidez, como “infecções uterinas, inflamações e hemorragias que ameaçam a vida da paciente. Mais a longo prazo, as consequências podem ser infecções crônicas na pélvis,

²²⁹ PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 239-260, 2003.

²³⁰ RITO, Lucia; PEREIRA, Neusa; SALGUEIRO, Elisabeth. Aborto. *Nova*, n.72, p. 124-129, set. 1979.

²³¹ *Ibidem*.

²³² RITO, Lucia; PEREIRA, Neusa; SALGUEIRO, Elisabeth. Aborto. *Nova*, n.72, p. 124-129, set. 1979.

distúrbios menstruais e até esterilidade²³³”. Ainda que sem questionar o problema sob o ponto de vista da saúde pública ou das taxas de morte materna causadas pela sua prática, a revista chamou a atenção para os perigos do aborto clandestino, citando o caso de uma mulher que teve seus ovários retirados após o procedimento realizado em uma clínica popular. Também ressaltou a necessidade da descriminalização para a melhoria das suas condições de realização: “o dia que liberarem o aborto, essas clínicas vão tomar cuidado com assepsia, pois funcionarão legalmente e elas estarão sujeitas à fiscalização²³⁴”.

Apesar do tabu e das questões morais, éticas e religiosas, podemos considerar que o debate sobre a interrupção voluntária da gravidez nas páginas de *Nova* funcionou, em parte, como instrumento sutil de liberação da opressão feminina, uma vez que a revista questionou a ilegalidade da prática no Brasil e, até mesmo, divulgou receitas caseiras de chás abortivos. Entretanto, devemos levar em consideração que o processo de redemocratização e a expansão do movimento feminista no Brasil ajudaram a imprensa, como um todo, a advogar mais abertamente pelas causas favoráveis ao aborto e a outros assuntos considerados “perigosos” e “subversivos” até a metade da década de setenta. No próximo capítulo, veremos como *Claudia* e *Nova* abordaram a *sexualidade* em suas páginas.

²³³ *Ibidem.*

²³⁴ *Ibidem.*

CAPÍTULO 3 - A *SEXOLOGIA MODERNA* E A *MEDICALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE* NAS REVISTAS *NOVA* E *CLAUDIA*

Tendo em vista que a conquista da *saúde e os direitos sexuais e reprodutivos* esteve associada à luta feminista pela autonomia e liberdade de decisão sobre o sexo e a reprodução na década de 1970, uma análise da sexualidade neste período deve levar em consideração não só os aspectos relativos à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, mas também a prática, orientação e estímulo sexual de mulheres e homens. Vimos que a pílula promoveu a emancipação feminina ao separar o sexo da reprodução. Mas e a sexualidade? Como as revistas femininas abordaram o processo de liberalização sexual das mulheres durante o período de cerceamento democracia durante ditadura civil-militar? Na última parte deste trabalho, veremos como as interfaces de gênero e de medicalização da sociedade atuaram sobre a divulgação dos discursos publicados nas revistas *Claudia* e *Nova* ao longo da década de 1970.

3.1 As origens da sexologia moderna e sua presença nas revistas femininas

Em 1886, o livro *Pysicopatia sexualis* do psiquiatra alemão Richard Von Krafft Ebing tornou-se o manual de referência científica para a classificação e sistematização das práticas

sexuais consideradas “desviantes²³⁵”. Identificada como a principal obra que marcou o nascimento daquilo que André Béjin chamou de *protossexologia*²³⁶, o livro deu início a uma série de publicações em que os discursos médicos e os saberes *psi* (psicologia, psiquiatria e psicanálise) passaram a racionalizar os comportamentos sexuais não identificáveis com as obrigações reprodutivas, voltando sua atenção para a nosografia e a explicação das sexualidades consideradas, até o final do século XIX, “ímorais”, “pervertidas/os” e/ou “invertidas/os” pela religião e a filosofia moral. Tal fenômeno fazia parte de um contexto maior de interferência da medicina sobre a vida dos indivíduos, também conhecido como *medicalização da sociedade*.

Especificamente na Alemanha, na passagem do século XIX para o século XX, a medicalização da “inversão” foi associada à luta política de médicos e psiquiatras contra o código civil prussiano que criminalizava a prática sexual da sodomia²³⁷. No entanto, de acordo com Michael Pollak, ao classificar e diferenciar os traços fisiológicos e biológicos dos variados comportamentos sexuais, a medicina concedeu subsídio científico para a condenação dos homossexuais: “seguindo-se essas categorias, com efeito, se poderiam reconstruir quase todos os clichês, estereótipos e imagens caricaturais encontrados nos discursos sociais a respeito da homossexualidade²³⁸”. Interrompida pelas 1ª e 2ª Guerras Mundiais, a “ciência sexual” despoltizou-se e foi restabelecida nos Estados Unidos em meados do século XX com novos paradigmas voltados para o estudo do *orgasmo ideal*. Embora tivesse o objetivo de normatizar/normalizar o sexo dos casais heterossexuais, a nova fase da sexologia buscava curar por meio de análises clínicas e tratamentos terapêuticos as “disfunções sexuais²³⁹” de mulheres, mas, sobretudo, das dificuldades eréteis dos homens norteamericanos.

No Brasil, em meio à expansão das ideias eugenistas e do racismo científico, bem como do processo de construção da identidade brasileira em finais do século XIX e início do século XX, as iniciativas dos primeiros representantes da *protossexologia* assinalavam a preocupação do Estado com o crescimento saudável da população brasileira e o progresso da nação. Uma

²³⁵ RUSSO, Jane A. et. al. O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização. *Physis*, v.19, n.3, p.617-636, 2009.

²³⁶ Segundo o historiador francês André Béjin, a sexologia tem dois nascimentos históricos: o primeiro deles teria sido entre 1844 e 1886, na Europa, quando seus precursores estavam mais preocupados com a classificação, descrição e representação das doenças venéreas, psicopatologias sexuais e eugenismo; o segundo nascimento, que teria marcado o início da sexologia moderna seguiu-se às três décadas após a Primeira Guerra Mundial, com a publicação do primeiro Relatório Kinsey, em 1948 nos EUA. Cf. BÉJIN, André. “Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos”. In ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985; p. 210-211.

²³⁷ RUSSO, Jane A. et. al. O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização. *Physis*, v.19, n.3, p.617-636, 2009.

²³⁸ POLLAK, Michael. A homossexualidade masculina, ou: a felicidade do gueto? In ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985; p. 56.

²³⁹ RUSSO. *op.cit.*, 2009.

vez que a quantidade e a qualidade dos sujeitos passavam a ser fundamentais para o Estado, o papel da mulher modificava-se de acordo com sua importância para o projeto nacional²⁴⁰. A reprodução sobrepujava-se à questão sexual caracterizada como representação do mal sobre a sociedade que causava prostituição, *doenças venéreas*, corrupção de menores, esterilidade e a própria decadência da nação²⁴¹. Assim, os primeiros discursos médicos-científicos voltados para o sexo no Brasil tiveram a função política e social de regular o comportamento dos indivíduos e assegurar a reprodução da espécie humana como garantia de uma nação saudável, do ponto de vista eugênico.

Ao longo do século XX, as transformações decorrentes do processo de modernização e urbanização no Brasil tiveram um impacto sobre a decadência dos preceitos da família tradicional e da moral cristã em relação ao sexo dos (as) brasileiros (as), provocando, cada vez mais, a separação entre sexualidade e as exigências para com a procriação. Por outro lado, a ascensão do movimento da *contracultura*, bem como a expansão dos movimentos feministas no mundo Ocidental foi fundamental para o questionamento das normas sexuais e das relações hierárquicas de gênero. Desde então, abriu-se espaço para um controle maior da reprodução e da gravidez indesejada, sobretudo, a partir da descoberta das pílulas anticoncepcionais, que inauguraram um período de internacionalização da “revolução sexual”. Visto como um movimento que contribuiu para o processo de emancipação de parte dos grupos de minoria, como mulheres e homossexuais, a liberalização sexual foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação e pelas publicações acadêmico-científicas²⁴².

Segundo a historiadora Roselane Neckel, ao analisar a publicização da vida íntima nas revistas femininas e masculinas no final da década de 1960 e final dos anos 1970, “a ‘ciência’ havia retirado os últimos obstáculos à liberdade sexual sem limites²⁴³”. Isto é, o conhecimento científico passou a explorar a sexualidade a partir de sua dimensão individual, investindo em pesquisas que tinham como foco o funcionamento e o tratamento da fisiologia sexual do corpo humano no decorrer das relações sexuais entre mulheres e homens heterossexuais. Os fatos científicos resultantes da análise fisiológica e anatômica do sexo e da aplicação de questionários sobre a sexualidade feminina e masculina abalaram profundamente as antigas convicções sobre sexo e comportamentos desviantes. A “certeza moral” com que foram condenadas as práticas

²⁴⁰ ROHDEN, Fabíola. *A arte de Enganar a Natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003; p.17.

²⁴¹ CARRARA, S. L.; RUSSO, J. A. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, maio/ago. 2002; pp. 273-90.

²⁴² NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2004; p. 165-166.

²⁴³ *Ibidem*, p. 145.

da masturbação, do coito anal, do sexo oral, da homossexualidade, a transexualidade, travestilidade, bestialidade, poligamia e etc. deu lugar à visão da sexualidade como resultado de “uma preferência entre outras dos indivíduos²⁴⁴”, ou seja, à formação de novas identidades e subjetividades sexuais. Entretanto, veremos que essas sexualidades “periféricas” continuaram a ser associadas a distúrbios mentais e patológicos de acordo com o padrão heterossexual.

Portanto, é nesse contexto que a *sexologia*, também conhecida como *sexologia moderna*, consolida-se como referencial teórico e prático das pesquisas científicas voltadas para o funcionamento fisiológico do corpo humano durante o sexo, isto é, uma ciência capaz de investigar e curar as “disfunções” sexuais dos indivíduos. Esse “novo” campo do conhecimento baseado na análise clínica e terapêutica do sexo entre mulheres e homens dialogou e estabeleceu redes com a Medicina, Psicologia, Antropologia, Biologia, Sociologia, Direito e outros saberes que substituíram “o lugar da medicina social na produção discursiva em torno dos problemas sexuais contemporâneos²⁴⁵”. De acordo com uma visão foucaultiana, consideramos que multiplicação de discursos nos meios de comunicação foi fundamental para a regulação dos corpos e da sexualidade feminina através de dispositivos que, contraditoriamente, estimulavam a prática sexual²⁴⁶.

Além da referência constante aos médicos, psicólogos e psicanalistas, as obras de Willian Masters e Virginia Johnson, bem como os Relatórios Kinsey e outros estudos importantes para o desenvolvimento da “ciência sexual” foram frequentemente usadas pela imprensa feminina brasileira, a fim de justificar as “verdades absolutas” sobre a atividade sexual e o prazer feminino e masculino. Publicadas, sobretudo, entre o final da década de 1940 e 1980²⁴⁷, as pesquisas desenvolvidas nos Estados Unidos foram divulgadas principalmente em *Nova* e poucas vezes em *Claudia*. Geralmente, as referências aos sexólogos (as) procuravam associar o sexo à boa saúde física e mental dos indivíduos, estimulando seu público formado, em sua maioria, por mulheres urbanas, brancas e de classe média, a assumirem novas condições

²⁴⁴ *Ibidem*, p. 166.

²⁴⁵ NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2004; p. 167.

²⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

²⁴⁷ Relatórios Kinsey: *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953); relatórios Masters & Johnson: *Human Sexual Response* (1966); *Human Sexual Inadequacy* (1970); relatórios Hite: *The Hite Report on Female Sexuality* (1976) e *The Hite Report on Male Sexuality* (1981). Cf. SENA, Tito. *Os Relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das Ciências Humanas*. 311f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007; p. 12.

para o ajustamento do sexo conjugal, visto que a preocupação com o casamento tornou-se uma realidade desde a instituição da Lei do Divórcio em 1977,²⁴⁸.

De acordo com Neckel, a “veneração do orgasmo” teria sido inaugurada pelo médico psicanalista e cientista natural Wilhelm Reich (1897-1957), que na década de 1930 escreveu a obra “A revolução sexual”, a partir da contestação contrária à “cultura familiar nuclear” e as críticas aos “padrões de relacionamento conjugal baseados no direito conjugal²⁴⁹”. Ainda segundo Neckel, “a sexualidade [para Reich] é uma necessidade fisiológica do corpo” e, caso a energia orgástica não fosse liberada do corpo, os indivíduos poderiam contrair “doenças psíquicas e físicas” que desestabilizariam a sua saúde e bem-estar mental²⁵⁰. Assim, a partir de uma visão medicalizada e, ao mesmo tempo, revolucionária da sexualidade, sobretudo a crítica à instituição do casamento, Reich não foi citado nas páginas de *Nova* e *Claudia* com a mesma frequência com que, por exemplo, Masters e Johnson e os Relatórios Kinsey apareceram para fundamentar a lógica científica do funcionamento do corpo humano durante o orgasmo e as práticas heterossexuais entre mulheres e homens.

Apesar disso, encontramos em *Nova* uma referência direta às ideias de Reich em artigo publicado em março de 1977, o qual buscava definir “A verdade e o mito sobre o orgasmo²⁵¹”. Segundo *Nova*, “Reich percebeu que, em termos de relação sexual, não havia contradição com o que acontecia com o homem e a mulher²⁵²” e, em seguida, descreve como ocorre o descarregamento da energia sexual baseado na teoria da genitalidade de Reich, a qual reduzia o orgasmo feminino ao prazer e à estimulação vaginal, tal como acontece com o homem e o estímulo do pênis, desconsiderando o prazer clitoriano. Tendo sido contemporâneo e colaborador de Sigmund Freud, as considerações de Reich faziam sentido, pois a teoria sexual freudiana, que ignorava o orgasmo clitoriano, era um dos paradigmas da psicanálise e embasavam os estudos sobre o sexo e a liberação de energia sexual no final do século XIX e início do século XX²⁵³.

É interessante notar a falta de linearidade, a convivência de visões divergentes e o embasamento utilizado nos discursos dos (as) sexólogos (as) modernos para reafirmar suas posições referentes ao orgasmo feminino. Por exemplo, em dezembro de 1973, quatro anos antes da publicação do artigo que defendia as ideias de Reich a respeito da existência do

²⁴⁸ NECKEL, *op.cit.*, p. 175.

²⁴⁹ *Ibidem* p. 150.

²⁵⁰ NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2004; p. 150.

²⁵¹ MAGALHÃES, Cristina. O mito do orgasmo múltiplo. *Nova*, n.42, p.64-67, mar. 1977.

²⁵² *Ibidem*.

²⁵³ NECKEL, *op.cit.*, p. 178.

orgasmo vaginal, a revista negou obstinadamente esta assertiva e, além de colocá-lo à prova, considerou o clitóris a única fonte de prazer aceitável para as mulheres: “Não é verdade, (...) não existe uma diferença entre orgasmo clitoral e vaginal, e nem o segundo ‘é o mais recomendável’. Ao contrário, todo clímax sexual da mulher se baseia somente no clitóris²⁵⁴”. No ano seguinte, em 1974, mais uma vez a revista reafirmava seu posicionamento favorável ao orgasmo clitoriano, desta vez, fazendo menção às pesquisas e aos “aparelhos sofisticados” de Masters e Johnson, os quais teriam comprovado “que realmente só existe um tipo [de orgasmo]: o que é de origem clitoral²⁵⁵”. Por outro lado, ao considerar a “confusão, e aceitação de que havia um clímax ideal sem a participação do clitóris” como causa de “muitos distúrbios emocionais femininos²⁵⁶”, a revista dialogava de forma indireta com as ideias expostas nos relatórios elaborados pelo sexólogo Alfred Kinsey.

Em 1948 e 1953, Kinsey (1894-1956)²⁵⁷ apontou que a maioria das perturbações psicológicas femininas estava presente entre mulheres que não conseguiam atingir o orgasmo vaginal, considerado por ele uma impossibilidade biológica²⁵⁸. Conhecido por ter realizado a primeira pesquisa de opinião com voluntários (as) que se dispuseram a falar sobre sexo, bem como por seu pioneirismo no uso da ciência estatística²⁵⁹, Kinsey foi um ferrenho opoisionista da tese freudiana do orgasmo vaginal, supostamente a única fonte possível de satisfação sexual da mulher psicologicamente madura²⁶⁰. Por outro lado, seus relatórios evidenciaram a importância do orgasmo para a saúde física e mental dos indivíduos²⁶¹, embora apresentassem conclusões que normalizavam/normatizavam o sexo extraconjugal, os atos homossexuais, o sexo oral e a extrema sensibilidade do clitóris²⁶². Alguns críticos acreditavam que suas

²⁵⁴ REUBEM, David. Os 13 mitos sexuais. *Nova*, n.3, p.70-73; 66, dez. 1973.

²⁵⁵ WEST, Abby. A tirania do orgasmo. *Nova*, n.12, p. 73-75, set. 1974.

²⁵⁶ REUBEM, David. Os 13 mitos sexuais. *Nova*, n.3, p.70-73; 66, dez. 1973.

²⁵⁷ Em 1938, o biólogo Alfred Charles Kinsey era professor de Zoologia na Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, quando foi convidado para coordenar um curso, na mesma universidade, sobre casamento e aspectos biológicos da sexualidade. Ao perceber a escassez e a precariedade da bibliografia disponível para o assunto, Kinsey resolveu iniciar a sua própria pesquisa sobre as condutas sexuais dos indivíduos, através do rigor da objetividade dos fatos científicos e da estatística. O resultado foi a publicação dos livros: *Sexual Behavior in the Human Male* (1948) e *Sexual Behavior in the Human Female* (1953). Cf. SENA, Tito. *Os Relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das Ciências Humanas*. 311f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007; p. 165.

²⁵⁸ SENA, *op.cit.*, p. 165.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 4.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 195.

²⁶¹ Apesar de ter angariado em torno de 18.000 voluntários para as suas pesquisas, Kinsey estabeleceu um recorte de raça quando não usou pessoas negras (os) e de outras etnias, alegando falta de representatividade. Cf. SENA, *op.cit.*, p. 205.

²⁶² SENA, *op.cit.*, p. 13.

assertivas tinham o objetivo de reforçar a relação intrínseca entre o sexo e a harmonia do casal, que passava a ser fundamental para a sobrevivência da instituição do casamento²⁶³.

Criado por Freud e sua teoria sexual, pode-se considerar que o orgasmo vaginal funcionava como um dos elementos de regulação sexual, uma vez que se adequava melhor à função reprodutiva do sexo do que o clímax clitoriano. Segundo Thomas Laqueur, o clitóris foi descoberto desde 1559. Até 1905, “ninguém pensava que houvesse qualquer outro tipo de orgasmo feminino que não o clitoriano²⁶⁴”. Em meados do século XX, a “nova” fundação do orgasmo clitoriano por Kinsey procurava ajustar as condutas sexuais – antes consideradas “perversas”, como a própria masturbação feminina – à indissolubilidade do casamento e ao padrão heterossexual. Portanto, enquanto um fenômeno resultante da construção social e histórica, os diferentes significados atribuídos ao orgasmo entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX procuravam naturalizar as relações sociais e hierárquicas de gênero de acordo com as concepções morais e científicas vigentes na sociedade.

Alguns dos dados científicos apontados por Kinsey parecem ter sido citados na revista *Nova* com o mesmo objetivo de naturalizar determinadas práticas sexuais associadas às categorias binárias de gênero. Este foi o caso do artigo “Sexo oral”, publicado em 1979 e redigido, segundo a revista, por “um dos maiores sexólogos do mundo”, o norteamericano Dr. Wardell Pomeroy, “um dos principais responsáveis pelo célebre Relatório Kinsey²⁶⁵”. Através da dinâmica já conhecida de perguntas e respostas, Pomeroy²⁶⁶ buscou resumir tudo o que sabia a respeito do assunto. Com relação à frequência da prática sexual, o médico usou os resultados obtidos nos relatórios para confirmar a regularidade com que os casais heterossexuais modernos praticavam o sexo oral: “em 1953, (...) cerca de 50% dos homens e mulheres casados já tinham feito essa experiência²⁶⁷”. Em contrapartida, ao questionar a preferência dos homens pelo sexo oral a despeito do “relacionamento dito ‘normal’²⁶⁸”, ficava claro que o *cunnilingus*²⁶⁹ e o

²⁶³ NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2004; p. 170-180.

²⁶⁴ LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001; p. 280-281 Apud NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2004; p. 178.

²⁶⁵ POMEROY, Wardell. Sexo oral. *Nova*, n.74, p. 62-65, nov. 1979.

²⁶⁶ Os Relatórios Kinsey tiveram a colaboração e coautoria de mais três pessoas: Clyde E. Martin (1918-1989), Paul H. Gebhard (1917-) e Wardell Baxter Pomeroy (1913-2001). Este último trabalhava como psicólogo da prisão do Estado de Indiana. Cf. SENA, Tito. *Os Relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das Ciências Humanas*. 311 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007; p. 166-167

²⁶⁷ POMEROY, *op.cit.*.

²⁶⁸ *Ibidem*.

²⁶⁹ Contato entre a boca masculina e o órgão genital feminino.

*fellatio*²⁷⁰ ainda eram práticas estigmatizadas pelo senso comum e não se encaixavam nos padrões de normalidade da sociedade brasileira, sendo necessário usar o discurso científico para considerá-las “normais²⁷¹”.

Essa tentativa de superar antigas superstições e restabelecer novos parâmetros para o aspecto normal/normativo da sexualidade humana ficou evidente em outro artigo publicado pela revista *Nova* em agosto de 1976, de autoria da sexóloga brasileira Heleninha Matarazzo. Com o título “Em sexo vale tudo?”, Heleninha afirmava que, “embora seja difícil definir a fronteira entre aquilo que é normal ou anormal, é preciso derrubar preconceitos e destruir velhos tabus²⁷²”. Utilizando-se das pesquisas realizadas pelos sexólogos (as) norte-americanos(as) em meados do século XX, a sexóloga legitimava suas ideias e divulgava o que veio a ser o “novo” padrão de normalidade sexual:

Até o ano de 1948, quando surgiu o Relatório Kinsey nos Estados Unidos, ninguém sabia ao certo o que os outros pensavam ou faziam com relação à sua sexualidade. Muitas pessoas rotulavam um comportamento de pervertido (e, até hoje, muitas ainda o fazem) simplesmente por desconhecerem o que é normal e o que não é. (...) Mas, com os estudos e pesquisas, muito do que era considerado anormal hoje não é mais²⁷³.

Buscando preencher o que acreditavam ser uma lacuna de natureza fisiológica deixada por Kinsey, o médico ginecologista William Howell Masters (1915-2001) e a psicóloga Virgínia Eshelman Johnson (1925-) deram início às suas pesquisas na Universidade de Washington, em Saint Louis, em 1954, a partir da investigação clínica das reações anatômicas e fisiológicas dos indivíduos no decurso de suas relações heterossexuais²⁷⁴. Preocupados com o grande número de separações entre os casais, Master e Johnson usaram os resultados de pesquisas realizadas em laboratórios com a ajuda de equipamentos tecnológicos sofisticados, no sentido de ajustar as práticas sexuais dos indivíduos à necessidade de manutenção do casamento, que corria o risco de desaparecer diante das transformações ocorridas no século XX. Segundo Neckel, foi realizado um recorte sexista das obras do casal nas revistas femininas e masculinas entre 1969 e 1979, com o intuito de encorajar as (os) leitoras (es) a mudarem sua

²⁷⁰ Contato entre a boca feminina e o órgão genital masculino.

²⁷¹ Ainda que consideremos o fato do artigo ser a tradução livre de alguma das obras de Pomeroy, a revista poderia editá-lo de acordo com a sua conveniência.

²⁷² MATARAZZO, Heleninha. Em sexo vale tudo? *Nova*, n. 35, p.50-53, ago.1976.

²⁷³ *Ibidem*.

²⁷⁴ *Human Sexual Response* (1966) e *Human Sexual Inadequacy* (1970).

atitude com relação ao sexo e evitar o divórcio dos casais²⁷⁵. Assim, é inegável a participação da imprensa na construção e ressignificação de identidades sexuais ao longo da década de 1970.

Não obstante, diversas críticas foram direcionadas ao casal, que ficou conhecido pelo desenvolvimento de pesquisas para o tratamento terapêutico das “disfunções sexuais”, sobretudo da impotência masculina, tendo contribuído, até hoje, para o campo da sexologia contemporânea. Entretanto, M&J foram acusados de desconsiderar diferenças econômicas, sociais e de faixa etária, bem como as tendências sexuais dos indivíduos que participaram dos testes clínicos. Além disso, segundo Tito Sena, houve quem acusasse o casal de racismo, o qual, por sua vez, defendeu-se alegando a falta de representatividade de negras/os como justificativa para a predominância de pessoas brancas nas pesquisas. Houve também quem elogiasse M&J por sua posição progressista com relação às mulheres e à masturbação feminina, o que teria contribuído para acelerar a causa em torno dos direitos sexuais²⁷⁶. Assim, embora seja passível de questionamento, consideramos inegável a contribuição do casal para emergência da sexualidade feminina, ainda que esta fosse restrita ao ambiente conjugal.

Em dezembro de 1979, com o mesmo intuito de estabelecer parâmetros de normatividade/normalidade para as práticas sexuais das brasileiras (os), *Nova* apresentou um balanço sobre a sexualidade feminina. De uma pesquisa realizada no ano anterior pelos fascículos *Amar*, também publicados pela Editora Abril, *Nova* selecionou 450 questionários preenchidos por mulheres entre 14 e 30 anos, sendo 73% solteiras, 26% casadas ou “amigadas” e 1% separadas ou “desquitadas”. A maioria delas morava nas capitais de São Paulo e Rio de Janeiro e mais da metade (67%) trabalhava fora. Desse total, 65% delas declararam que já havia mantido relações sexuais. Com relação à escolaridade, 47% tinham o ensino médio completo, mas apenas 9% chegou a completar o curso universitário. A renda familiar da maioria (47%) era de até 16.438 cruzeiros, “27%, até 35.224 cruzeiros, 16% acima disso e 14% não souberam responder (estas faixas de rendimentos foram estabelecidas 1978, época de realização da pesquisa)²⁷⁷”.

Do questionário, *Nova* selecionou 69 perguntas sobre o comportamento sexual feminino e masculino, em que estavam incluídos temas mais específicos, como: relações sexuais, virgindade e relações pré-conjugais, infidelidade, menstruação, sexo oral, sexo anal e homossexualismo. O resultado da pesquisa revelou que, de fato, havia “uma nova intimidade

²⁷⁵ NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São, São Paulo, SP, 2004; p. 187.

²⁷⁶ SENA, Tito. Os relatórios Masters & Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.18, n.1, jan-abr/2010; p. 236.

²⁷⁷ MULHER e sexo: o que mudou nos anos 70? *Nova*, n.75, p. 66-77, dez. 1979.

sexual – na qual as mulheres parecem estar mais à vontade, mais confiantes em si mesmas, mais livres para tomar decisões²⁷⁸”. Entretanto, tendo em vista o perfil socioeconômico das leitoras que responderam ao questionário, formado em sua maioria por mulheres pertencentes às classes média e alta das capitais²⁷⁹, até que ponto essa “nova intimidade sexual” atingia o restante da maioria da população feminina brasileira?

Consciente do recorte de classe social estabelecido pelas revistas, o objetivo desse capítulo será analisar como *Claudia* e *Nova* contribuíram (ou não) para a popularização dessas mudanças e para a ascensão do que pode ser considerada uma liberdade sexual “vigiada” pelas relações de poder implícitas nos discursos e que serão reveladas pela análise dos artigos aqui selecionados.

3.2 Igreja, família e moral patriarcal: a sexualidade e o conservadorismo em (re)vista

Na década de 1970, como vimos, o mundo assistiu à emergência da “revolução sexual”, movimento de incitação pública e institucional de práticas discursivas e não discursivas que ofereciam a mulheres e homens a oportunidade do sexo sem o compromisso do casamento. De acordo com a historiadora Roselane Neckel, embora já fosse uma realidade experimentada pelas brasileiras e, principalmente, pelos brasileiros, o assunto não havia sido tratado com tanta “abertura” pela imprensa brasileira, o que teria causado, de certo modo, um desconforto com relação à manutenção e a própria existência do casamento²⁸⁰. Um dos artigos de *EleEla* publicado em 1969 e analisado pela autora comprova a apreensão de parte da população brasileira: “Tudo indica que estamos em vésperas de uma profunda transformação do casamento. Talvez o fim da vida a dois ou, quem sabe, talvez o início da verdadeira existência a dois²⁸¹”.

A mesma preocupação foi evidenciada pela revista *Claudia* em artigo no qual Carmem da Silva questionava os efeitos da “Revolução Sexual²⁸²” no Brasil, ainda em andamento no início dos anos 1970. É importante lembrar que Carmem foi a primeira e a principal representante da divulgação do feminismo nas revistas voltadas para o público feminino no

²⁷⁸ *Ibidem*.

²⁷⁹ O salário mínimo em 1978 era de Cr\$1.560,00, de acordo com o Decreto 81.615/78. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-81615-28-abril-1978-430637-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 de janeiro de 2018.

²⁸⁰ NECKEL, Roselane. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.

²⁸¹ O CASAMENTO corre perigo. *EleEla*, ano 1, n. 6, out.1969.

²⁸² SILVA, Carmem. Revolução Sexual. *Claudia*, set/1970. Cf. NECKEL, *op.cit.*.

Brasil. Com relação às evidências que demonstravam o atraso do país frente aos avanços limitados dessa revolução no restante do mundo, a jornalista chamou a atenção para o aumento das separações entre os casais heterossexuais, fato que estava “atingindo cifras alarmantes, apesar de seu ridículo caráter punitivo que impõe sanções econômicas e afetivas (estas últimas, através dos filhos) sobre o cônjuge que ‘se portou mal’”.

Tentando comprovar que a sociedade brasileira ainda não estava apta e culturalmente preparada para uma transformação dos costumes sexuais femininos, sobretudo por conta das desigualdades econômicas e sociais do país, Carmem mostrou-se cética quanto aos ganhos reais do movimento de liberação sexual no Brasil, e apresentou comentários favoráveis à instituição do casamento:

Já é lugar-comum afirmar-se que o casamento está em crise; alguns setores da juventude avançada vêm mostrando contra êle crescente ojerizada, pelo menos verbal. (...) a tradicional instituição [do casamento] caiu em desprestígio antes de ter saído (ou talvez precisamente por *não* ter saído) do estágio subdesenvolvido, no seio de um mundo idem. O casamento no Brasil é algo que *ainda está por ver-se*: uma obra inacabada, uma árvore que, impedida de crescer, ainda não deu frutos que permitam ajuizar de sua doçura ou amargor²⁸³.

Quando a carta encíclica *Humanae Vitae* foi publicada pelo papa Paulo VI, em julho de 1968, havia uma grande expectativa da população em torno do seu posicionamento quanto ao problema da explosão demográfica e da pílula anticoncepcional, liberada para consumo no Brasil no início da década de 1960. A autonomia sobre a fecundidade e a liberalização sexual feminina resultantes da descoberta dos comprimidos e da inserção social e política das mulheres no espaço público representaram aspectos importantíssimos para a revolução dos costumes que marcou a passagem da segunda metade do século XX. O processo de urbanização e industrialização, bem como os avanços dos movimentos sociais na década de 1960, completava o ciclo de mudanças que afetou significativamente a constituição da família católica e colocou em risco a própria existência do casamento – sacramento cristão que tem na procriação e na educação católica o seu alicerce. Diante dessas e outras transformações, tal como a emergência do protestantismo e do espiritismo após a Segunda Guerra Mundial, a Igreja resolveu se posicionar²⁸⁴.

²⁸³ SILVA, Carmem. Revolução Sexual. *Claudia*, set/1970.

²⁸⁴ SOUZA JÚNIOR, Aujôr. *A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção (1960-1980)*. 161 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006; p.70.

A fim de debater e reavaliar suas práticas, o papa João XXIII convocou o Concílio do Vaticano II entre 1962 e 1965 e, por meio de reuniões e debates de líderes religiosos, assumiu uma postura aberta ao diálogo com o mundo moderno. No entanto, o conteúdo da *Humanae Vitae*, decorrente das discussões do Concílio, ficou aquém do esperado: a encíclica condenou os métodos contraceptivos artificiais, mas autorizou o uso dos métodos naturais somente em casos muito graves ou de incapacidade financeira dos casais. Estritamente voltado para a procriação, o sexo entre homens e mulheres católicas continuava restrito, mas, dessa vez, aos dias férteis da mulher, segundo as descobertas de *Ogino e Knaus* referentes ao ciclo menstrual²⁸⁵.

Embora fosse considerado um “avanço” para o catolicismo, a encíclica reafirmou o discurso conservador da Igreja Católica que, desde a sua origem, reduzia a reprodução e a sexualidade feminina ao ambiente conjugal e heterossexual do casamento. O documento também promoveu dois conceitos considerados fundamentais para a manutenção da moral sexual católica: a *paternidade responsável* e o *amor conjugal*. Estes pressupunham que homens e mulheres deveriam colaborar com Deus na geração e educação de novas vidas, de modo que não colocasse em risco a sobrevivência da família tradicional cristã. Nessa lógica, a procriação no casamento apresentava-se não só como algo natural, mas também divino, onde os casais heterossexuais, unidos pelo amor e apreço à vida, deveriam gerar novas vidas que seriam as verdadeiras e os verdadeiros filhos e filhas de Deus²⁸⁶.

No entanto, segundo Aujor Souza, a maior parte (90%) dos representantes da Comissão de estudos formada durante o Concílio do Vaticano para a elaboração da *Humanae Vitae* defendeu a mudança das normas da Igreja em relação à pílula e à regulação dos nascimentos²⁸⁷. Embora a contracepção fosse motivo de grande preocupação para a Igreja, tal posicionamento revelava o que realmente estava em jogo na publicação da encíclica: o controle do corpo e da sexualidade, especialmente a sexualidade das mulheres. De acordo com Foucault, podemos afirmar que o discurso da Igreja representava objetivos políticos e econômicos que buscavam controlar e normatizar as condutas de suas/seus fiéis, de acordo com o padrão heterossexual e reprodutivo²⁸⁸.

²⁸⁵ SOUZA JÚNIOR, Aujôr. *A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção (1960-1980)*. 161 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006; p.69.

²⁸⁶ *Ibidem*, p.68.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 85.

²⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017; p. 29-30.

Os preceitos da religião católica, embora não fossem defendidos abertamente nas duas revistas, estiveram presentes tanto em *Claudia* como em *Nova* por meio de depoimentos de pessoas comuns²⁸⁹ que, ao relatarem suas experiências, demonstraram indícios da permanência da moral sexual e religiosa na sociedade na década de 1970. Mesmo que não possam ser tomados como retratos fiéis da realidade e/ou do imaginário social da população brasileira com relação à sexualidade, os discursos divulgados em *Nova* e *Claudia* apontavam para aspectos relevantes da cultura nacional e apresentavam tendências gerais que perpassavam as experiências das mulheres brasileiras na década de 1970.

Intitulado “A primeira noite, o amor cheio de receios²⁹⁰”, o artigo publicado na revista *Claudia* em 1979 procurava comparar as experiências dos casais heterossexuais que tiveram a sua noite de núpcias na década de 1960, com os depoimentos e as expectativas “da primeira noite” de duas noivas às vésperas de seu casamento no final dos anos 1970. Ao relatar que havia comprado livros e colecionado fascículos sobre sexo, Paula, estudante universitária de 23 anos, prestes a se casar, julgou a sexualidade “um assunto muito importante para o bom entrosamento do casal”. Embora não faça menção ao desinteresse da família em instruí-la, a busca autônoma de Paula por informação sobre sexo sugere que a educação sexual esteve ausente de sua trajetória de vida.

Em livro sobre a representação das mulheres e a construção de papéis sociais nas revistas femininas dos Anos Dourados (1945-1964), Carla Bassanezi afirma que a desinformação sobre sexo no cotidiano da família brasileira em meados da década de 1950 foi considerada uma tentativa de controle social sobre a sexualidade, principalmente, das mulheres²⁹¹. Sob influência da moral cristã, o ato de falar sobre sexo nos lares brasileiros poderia causar constrangimento e proibições às moças, que procuravam nos livros, encartes e revistas um afago para as suas dúvidas e incertezas. Assim, segundo Neckel, “as trocas de confidências e experiências com os familiares e os [as] amigos [as]” foram substituídas pela leitura de livros e artigos sobre sexo publicados nas revistas femininas e masculinas²⁹².

Diferente de Paula e da maioria das mulheres brasileiras, Carmem, de 22 anos, afirmou que seus pais sempre lhe “deram uma boa educação sexual”. No entanto, ao revelar que ela e o noivo eram “bastante católicos”, não restavam dúvidas de que ambos haviam sido educados

²⁸⁹ Recurso muito utilizado nesse tipo de revista com o objetivo de aproximar o seu público leitor através da identificação de experiências em comum.

²⁹⁰ HORTA, Beatriz. A primeira noite, o amor cheio de receios. *Claudia*, n.214, p. 212-217, set.1979.

²⁹¹ PISNKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto: 2014; p. 128.

²⁹² NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2004; p. 97.

dentro das normas morais e sexuais de comportamento cristão pautadas pela preservação do matrimônio e condenação, a todo custo, do sexo antes do casamento. Nas décadas de 1940 e 1950, a Igreja passou a interceder pela necessidade de uma educação baseada em preceitos morais bem definidos para as mulheres, a fim informá-las a respeito de tudo o que envolvia a noite de núpcias do casal e evitar o fracasso das uniões matrimoniais²⁹³. Segundo Bassanezi, os (as) adolescentes católicos (as) aprendiam que a sexualidade era um ato pecaminoso, sujo e vergonhoso, e este só deveria ocorrer dentro do sacramento cristão voltado para a procriação: o matrimônio²⁹⁴.

Nessa mesma edição, em setembro de 1979, outra reportagem, à primeira vista, parecia tratar do caso de mulheres que haviam subvertido a ordem e experimentaram o sexo antes do tempo aceitável para uma “moça família”. Entretanto, intitulada “Nossos maridos não foram o nosso primeiro amor²⁹⁵”, *Claudia* julgou essas mulheres e, a partir do exemplo daquelas que, apesar de estarem casadas, cederam às tentações e aos “prazeres da carne” antes do tempo previsto, não hesitou em estigmatizar e reforçar os preconceitos e estereótipos contra o impulso sexual feminino. Ao expor as dificuldades e problemas enfrentados com os seus atuais maridos, os depoimentos forjavam as representações sociais em torno das hierarquias de gênero, que valorizavam os ideais de feminilidade e masculinidade construídos em torno da virilidade masculina a despeito da submissão e virgindade feminina. A forma como a revista conduziu os relatos, seguidos da opinião de figuras de autoridade, como ginecologistas, juristas, sociólogas e psicólogas, legitimava o sentimento de culpa que poderia rondar as leitoras que se identificassem com as histórias; além de demonstrar a “verdade absoluta” sobre o sexo e o comportamento social esperado para as mulheres.

Nesse sentido, uma vez entendidos como suporte das relações sociais de poder presentes em uma determinada sociedade²⁹⁶, os discursos de *Claudia* implicaram em práticas que visavam à regulação dos corpos e da sexualidade feminina já no final da década de 1970, quando o questionamento em relação à opressão masculina já havia se disseminado pelo Brasil e o mundo. Embora pudéssemos considerar que as relações pré-conjugais fossem uma realidade vivida por parte das mulheres brasileiras, a revista forjava a conquista da liberdade sexual

²⁹³ *Idem*. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.

²⁹⁴ PISNKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto: 2014; p. 128.

²⁹⁵ BUENO, Juliana; HORTA, Beatriz. Nossos maridos não foram o nosso primeiro amor. *Claudia*, p.218; 221; 223-224, set.1979

²⁹⁶ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

feminina através de discursos que procuravam vigiar, enquadrar e punir essas e outras atitudes que colocavam em risco a instituição do casamento e da família tradicional brasileira.

Essa tentativa de adequação do sexo ao matrimônio já havia sido defendida na revista em artigo intitulado “Tudo o que você sempre quis saber sobre sexo no casamento”, publicado em setembro de 1977²⁹⁷. Curiosamente, *Claudia* afirmava que a intimidade entre os casais heterossexuais antes da cerimônia civil-religiosa era “algo natural” e poderia “ser levado adiante (...) desde que ambos o desej[asse]m”. No entanto, considerava que somente uma pequena minoria das mulheres agia assim, uma vez que a virgindade feminina era “uma questão de educação” que estimulava “a realização sexual do homem desde a adolescência, ao passo que se espera[va] da moça uma atitude mais recatada”. Desse modo, *Claudia* dialogava com a maioria das mulheres educadas sob a moral e os bons costumes ao considerar “melhor [para a mulher] parecer quadrada do que tomar atitudes avançadas sem estar preparada para enfrentar as consequências²⁹⁸”. A revista procurava induzir suas leitoras a manterem a virgindade e imporem limites aos namorados e noivos antes do matrimônio.

Como vimos, a *sexologia moderna* tornou-se um campo do conhecimento responsável pela legitimação do orgasmo e da masturbação das mulheres, tendo a imprensa feminina contribuído para a publicização das pesquisas científicas relativas à satisfação e à diversidade das práticas sexuais antes condenadas à imoralidade e perversão. Mais frequentemente abordado em *Nova* do que em *Claudia*, os artigos sobre o orgasmo incentivavam as leitoras a sentirem paixão e desejo pelo sexo oposto²⁹⁹, a fim de que elas encontrassem nas relações sexuais, sobretudo com os seus maridos, o “equilíbrio físico e psicológico. E mais o emocional³⁰⁰”. Tal estabilidade física e mental também evidenciava a relação entre saúde, prazer e bem-estar que, em certa medida, alinhava o sexo a uma visão global da saúde associada ao bem-estar e à satisfação dos desejos, e não somente à ausência de doenças³⁰¹.

Dentre os fatores psicossociais que dificultava as mulheres “de alcançar o tão desejado orgasmo, a tão necessária entrega exigida pelo amor³⁰²”, a ausência da educação sexual no seio das famílias brasileiras foi explicitamente apresentada em *Nova* como um de suas justificativas:

²⁹⁷ KARMAN, Graciela. Tudo o que você sempre quis saber sobre sexo no casamento. *Claudia*, n.192, p.26-30, set.1977.

²⁹⁸ KARMAN, Graciela. Tudo o que você sempre quis saber sobre sexo no casamento. *Claudia*, n.192, p.26-30, set.1977.

²⁹⁹ NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2004;p. 211.

³⁰⁰ CIRILO, Ione. O orgasmo depende muito de você. *Nova*, n.1, p.73-75, out. 1973.

³⁰¹ CUETO, Marcos. *Saúde Global: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015; p. 30.

³⁰² CIRILO, *op.cit.*.

Fomos educadas de modo muito parecido, com aquelas regras morais rígidas e severas. (...) É claro que qualquer pessoa, homem ou mulher, pode ter problemas sexuais por causa de uma educação cheia de tabus, onde o sexo sempre foi um assunto proibido e considerado feio³⁰³.

Ainda tentando persuadir suas leitoras sobre o mal que o conservadorismo poderia causar à sexualidade feminina, *Nova* descreveu uma conversa entre duas amigas em que uma delas afirmou ter controlado seus impulsos nas primeiras vezes que abraçou e beijou o marido, com medo de que ele pensasse tratar-se de “uma moça fácil” ou que “sempre tinha agido assim com outros namorados³⁰⁴”. Tendo em vista o contexto de liberalização sexual em que parte das mulheres burlava as regras e desafiava a moral e os bons costumes, vemos que a visão dicotômica que separava “as moças de família” das que “caem na boa do povo³⁰⁵” ainda permanecia no imaginário social brasileiro da década de 1970. Enquanto os excessos e a virilidade dos homens eram tolerados, o depoimento entre duas amigas revelava como o medo e culpa tomavam conta dos pensamentos de muitas mulheres educadas nas tradicionais famílias brasileiras da metade do século XX.

Com relação à formação da família no Brasil, o tema ainda é alvo de polêmicas entre historiadores e sociólogos. Desde os anos 1970, muitas críticas foram direcionadas aos enfoques clássicos que insistiram em analisar a composição dos grupos familiares de acordo com uma visão linear do contexto social e econômico brasileiro em oposição aos estudos que abordavam as diversidades regionais e as diferentes formas de organização da formação da sociedade brasileira³⁰⁶. Ainda que a industrialização e a urbanização do país nas primeiras décadas do século XX tivessem causado diferentes modificações que levaram à ascensão do modelo da *família conjugal moderna*, ao passo que a *família patriarcal* teria enfraquecido, é necessário reconhecer a pluralidade dos tipos de constituição familiar no Brasil, sem perder de vista a herança do *patriarcalismo*, responsável pela formação da cultura e da identidade brasileira³⁰⁷.

³⁰³ *Ibidem*.

³⁰⁴ CIRILO, Ione. O orgasmo depende muito de você. *Nova*, n.1, p.73-75, out. 1973.

³⁰⁵ PISNKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto: 2014; p. 126.

³⁰⁶ CARVALHO FILHO, Benedito J. *Marcas de Família: travessias no tempo*. São Paulo: AnnaBlume, 2000; p.23-24.

³⁰⁷ Na historiografia, alguns pesquisadores costumam apoiar-se em dois modelos tradicionais de análise para explicar o fenômeno da formação da família no Brasil: a *família patriarcal* e *família conjugal moderna*. O primeiro tem como referência a obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala* (1933), na qual o autor afirma ter sido a colonização portuguesa a principal responsável pela instalação do sistema patriarcal no Brasil, fundado na casa-grande e estendido à senzala. De acordo com Freyre, as dificuldades enfrentadas pelo governo português no controle da América portuguesa favoreceram ao aumento do poder patriarcal dos senhores de engenho que, ao longo do tempo, adquiriram autoridade sobre as famílias no entorno da região onde exerciam sua força econômica. A outra vertente fundamentou-se nos estudos de Antônio Candido de Mello e Souza presentes na obra *The*

Apesar da redução do poder dos maridos frente à emancipação feminina esboçada com o voto e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a figura masculina permaneceu indiscutivelmente a mais importante do núcleo familiar na passagem para a sociedade moderna. Tal como ponderou Maria Paula Costa, não se deve negar a existência da família patriarcal nem tomá-la como possibilidade única de análise da formação dos grupos familiares no Brasil. Ao contrário, devemos “elucidar as tensões existentes entre os impositores de uma ordem e os que resistiam cotidianamente³⁰⁸”.

Portanto, sem negar a existência das diferentes composições familiares resultantes das transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1930, é possível supor que tanto as leitoras quanto as jornalistas de *Nova* e *Claudia* haviam sido, por natureza histórica e social, educadas sob a moral e os bons costumes do patriarcalismo das famílias de classe média, grupo social e econômico mais receptivo às ideias vigentes nos Estados Unidos em meados do século XX³⁰⁹. Estes, por sua vez, após a Segunda Guerra Mundial, passaram a divulgar tanto um novo estilo de vida – o *American way of life* – quanto um ideal de “mística” de realização feminina, onde o casamento e a maternidade seriam os únicos meios de alcance da felicidade³¹⁰.

Assim, apoiada nos preceitos morais e religiosos da Igreja Católica, além da influência do “misticismo feminino”, a moral patriarcal tinha como fundamentos básicos a divisão do trabalho entre mulheres e homens, a condenação do sexo antes do casamento, o adultério e excessos sexuais masculinos³¹¹, a ausência da educação sexual e controle da sexualidade feminina, dentre outros aspectos que reforçavam as hierarquias sociais e as identidades fixas e dicotômicas de gênero. Dessa maneira, estritamente voltadas para as camadas médias da sociedade brasileira, a maioria das mulheres que liam e escreviam nas revistas *Claudia* e *Nova* “cresceu se sentindo culpada por suas paixões e apetites [sexuais]” e “como (...) não foi educada

Brazilian Family (1951) relativas às mudanças da estrutura familiar brasileira durante o processo de enfraquecimento da economia latifundiária e do fortalecimento da industrialização e urbanização do país nas primeiras décadas do século XX. Desde então, ao contrário dos casamentos arranjados entre as famílias, o amor entre os cônjuges passou a estabelecer a formação dos grupos familiares, que diminuíram de tamanho, assim como o poder do pai/marido. Cf. CARVALHO FILHO, *op.cit.*.

³⁰⁸ COSTA, Maria Paula. *Entre o sonho e o consumo*: as representações femininas na Revista *Claudia* (1961-1985). 235f. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP, 2009; p.68.

³⁰⁹ AZZI, Rioldo. “Família, mulher e Igreja no Brasil (1930-1964)”. In MARCILIO, Maria Luiza. *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

³¹⁰ COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Ed. UFGD, 2015, p. 286-288.

³¹¹ AZZI, *op.cit.*.

para ter ‘tais ideias [emancipadoras],’ reprimia-se “diante de um pensamento mais ‘ousado’³¹²”.

Em novembro de 1974, ao descrever a conversa que a jornalista Tania Quintiliano teve com suas amigas sobre “Órgãos Genitais Femininos³¹³”, o artigo publicado na revista *Nova* confirmava a permanência do moralismo e do machismo sobre as vivências sexuais femininas. Falando mais especificamente dos receios que as mulheres tinham de ver-se e tocar-se genuinamente, bem como dos estigmas que envolviam a menstruação, Tania revelou que “a maioria [delas] cresceu realmente sem noção dos seus genitais” e que “todas ouviram [de suas famílias] que era errado, pecaminoso, sujo tocar em seus órgãos³¹⁴”. Ainda que suas amigas se considerassem pessoas “cultas” e “abertas”, ficava evidente que “o sexo não fazia parte dessa cultura³¹⁵”. Ao tornar pública uma discussão sobre a intimidade sexual das mulheres, as revistas *Claudia* e *Nova* publicizavam aspectos que, se não contribuíram para a mudança de comportamento das leitoras, ao menos devem ter despertado o interesse, a curiosidade e/ou a desconfiança com relação ao seu próprio corpo, o que, por si só, já poderia ser considerado um grande avanço no que dizia respeito ao *status quo* dos discursos sobre sexo e a sexualidade.

3.2.1 Os aspectos medicalizados da sexualidade em *Claudia*

Somente em agosto de 1977, onze anos depois de causar tumulto em *Realidade* (1966)³¹⁶ e quatro anos depois de o orgasmo ter sido tema da primeira edição de *Nova* (1973), foi que *Claudia* manifestou-se sobre o prazer sexual das mulheres, naquela altura já disseminado em toda a imprensa brasileira³¹⁷. Diferente de *Nova*, o tema não teve qualquer lugar de destaque em suas capas, pelo menos na década de 1970. Intitulado “Respostas a algumas perguntas sobre satisfação sexual”, o artigo buscava sanar as dúvidas das leitoras e esclarecer alguns dos mitos que ainda giravam em torno do “clímax feminino³¹⁸”. Segundo Neckel, havia por trás do discurso sobre o sexo nas revistas femininas a intenção de zelar pela manutenção do casamento,

³¹² WEST, Abby. A tirania do orgasmo. *Nova*, n.12, p. 73-75, set. 1974.

³¹³ QUINTILIANO, Tania. Órgãos genitais femininos. *Nova*, n.14, p. 24-27, nov. 1974.

³¹⁴ QUINTILIANO, Tania. Órgãos genitais femininos. *Nova*, n.14, p. 24-27, nov. 1974.

³¹⁵ *Ibidem*.

³¹⁶ PACHECO, Duarte. A juventude diante do sexo. *Realidade*, n.5, ago. 1966. Cf. Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 de novembro de 2017

³¹⁷ NECKEL, Roselane. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.

³¹⁸ KARMAN, Graciela. Respostas a algumas perguntas sobre satisfação sexual. *Claudia*, n.191, p.38-42, ago.1977.

instituição que corria o risco de desaparecer com a aprovação da lei do divórcio naquele ano³¹⁹; mas também o incentivo às performances sexuais femininas, na tentativa de ajudar as leitoras a evitarem o adultério e impedir que os maridos procurassem sexo em “outro lugar”.

Ao dissertar sobre o assunto, *Claudia* afirmava que todas as mulheres eram capazes de “atingir o clímax” e que não alcançá-lo não deveria ser considerado sinônimo de “anormalidade”, exceto para aquelas que possuíam um defeito fisiológico de “falta de terminações nervosas no clitóris³²⁰”. No entanto, a revista aponta o que considerava “causas físicas” para a incapacidade de realização do prazer feminino:

Saúde fraca ou qualquer distúrbio que debilite o organismo diminuem a predisposição para a vida sexual. Inflamações nos órgãos genitais (e que podem ter várias causas) tornam o contato doloroso, e portanto afastam o prazer. Mas as dores também podem ser provocadas por disfunções da hipófise ou (mais frequentemente) por motivos psicológicos. Varias outras insuficiências glandulares e ovarianas comprometem a capacidade de sentir prazer. Todas essas causas são relativamente fáceis de eliminar com tratamento médico³²¹.

Visivelmente inserido em uma visão medicalizada do comportamento sexual, o trecho acima reduz o sexo e o orgasmo feminino ao órgão genital das mulheres, excluindo outras possibilidades de atingir o orgasmo. Tal assertiva reproduz o que Roselane Neckel afirma ter sido definido como “tirania do genital”, isto é, “a redução da sexualidade aos órgãos e aos prazeres genitais e do erotismo feminino ao equipamento sexual masculino³²²”. A historiadora considera que a sexualidade das mulheres incitada pela “revolução sexual” nas revistas femininas e masculinas da década de 1970 foi comparada ao exercício da sexualidade dos homens. Nessa lógica, “o roteiro orgástico torna-se o mesmo para homens e mulheres” e é limitado aos “toques e movimentos precisos onde a genitalidade prescreve o prazer³²³”. Assim, outras áreas erógenas do corpo que também funcionavam como fontes de desejo foram ignoradas e reproduziam a visão, já descartada naquela época pelos sexólogos (as) modernos, sobre o orgasmo vaginal. Por outro lado, as enfermidades incidentes nos órgãos genitais e reprodutores femininos apresentavam-se como as causas determinantes para a indisposição das

³¹⁹ NECKEL, *op.cit.*.

³²⁰ KARMAN, Graciela. Respostas a algumas perguntas sobre satisfação sexual. *Claudia*, n.191, p.38-42, ago.1977.

³²¹ *Idem.*

³²² NECKEL, Roselane. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan./JuL. 2007; p.327.

³²³ *Ibidem*, p. 161.

mulheres à prática sexual, ou seja, era como se nossos corpos fossem naturalmente condicionados a não sentir prazer.

Não obstante, a preocupação de *Claudia* com o possível mal que o “clímax” poderia causar à saúde da mulher – caso não fosse atingido – representava, além da adequação ao discurso da *sexologia moderna*, uma mudança de comportamento com relação à concepção de saúde materno-infantil presente em suas páginas. Ainda que *Claudia* não tivesse deixado de abordá-la, tendo criado, inclusive, uma seção sobre puericultura em janeiro de 1979³²⁴, tal evidência revela uma mudança de percepção com relação à própria saúde e bem-estar das mulheres – mesmo entre aquelas que viviam para os cuidados do lar e da família. Publicada em 1977, é possível entender essa transformação a partir do contexto que, no final daquela década, consolidou uma percepção mais abrangente de promoção da saúde, diferente da visão mais tradicional de ausência de doenças³²⁵. O momento também favoreceu a posterior implantação de políticas públicas voltadas para a saúde da mulher (PAISM), o que representaria a passagem da concepção de saúde materno-infantil para o conceito de saúde integral da mulher no Brasil em 1983³²⁶.

Em artigo já referido acerca do sexo no casamento³²⁷, outro aspecto interessante da medicalização do discurso da sexualidade em *Claudia* ficou latente na dinâmica de perguntas que a revista procurou responder às suas leitoras. Uma delas era sobre o exame pré-nupcial: “em primeiro lugar o médico faz perguntas sobre doenças crônicas ou contagiosas na família, doenças de infância na paciente, distúrbios frequentes, operações a que se submeteu. Segue-se um cuidadoso exame físico – inclusive do aparelho genital”. Além das recomendações de higiene e de contracepção – “se o casal desejar³²⁸” – havia os exames de laboratório para identificar a existência de possíveis *doenças venéreas*, como a sífilis, bem como do fator Rh do casal, que indicaria a possibilidade dos (as) filhos (as) nascerem saudáveis. Apesar do contexto de liberalização, o sexo e a sexualidade feminina nas páginas de *Claudia* ainda não haviam se dissociado completamente da reprodução e do casamento, estando intimamente regulados pelas relações entre poder e saber, instituídas pelo discurso médico.

³²⁴ Em sua primeira aparição, a revista destaca: “Criamos uma nova seção: ficha de puericultura. Nela vamos falar da saúde de seus filhos. Neste número, os cuidados com o bebê ainda no útero”. PUERICULTURA. Cuidados com o bebê começam na gravidez. *Claudia*, n. 2016, p. 167-168, jan. 1979.

³²⁵ CUETO, Marcos. *Saúde Global: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

³²⁶ MESQUITA, Cecília. *Saúde da mulher e redemocratização: idéias e atores políticos na história do PAISM*. 157 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

³²⁷ KARMAN, Graciela. Tudo o que você sempre quis saber sobre sexo no casamento. *Claudia*, n.192, p.26-30, set.1977.

³²⁸ *Ibidem*.

Contraditoriamente, dois meses depois, na edição de novembro de 1977, a jornalista Carmem da Silva publicou em *Claudia* um artigo intitulado “Cuidado: até nosso sexo está sob controle³²⁹”. Ainda que tenha reproduzido em algumas passagens uma visão essencialista da natureza das relações de gênero, a autora criticou deliberadamente a visão patriarcal sobre a sexualidade e a construção da identidade feminina a partir do sexo masculino que, segundo ela, usavam “todos os possíveis instrumentos de manipulação ideológica (isto é, de lavagem cerebral) para convencer-nos de que a sexualidade feminina é, *por natureza, completamente diferente da do homem*³³⁰” [grifos da autora]. Assim, a natureza histórica do homem estaria predisposta a imperativos sexuais e à busca do prazer, enquanto nas mulheres a sexualidade:

(...) seria apenas um aspecto acessório que só aparece – quando aparece – ligado a sentimentos de ternura, dedicação exclusiva e incondicional, impulsos de aninhar, cuidar, submeter-se, servir. Tais impulsos e sentimentos – sempre segundo eles – podem existir sozinhos, sem quaisquer matizes sexuais. Estes poderiam permanecer a vida inteira, a menos que um (na mente de cada um deles: “eu, por exemplo” se dispusesse a despertá-los³³¹.

Nesse sentido, com relação à sexualidade feminina percebemos com mais intensidade a inserção de *Claudia* no processo histórico de medicalização da sociedade, o qual, desde o século XIX, foi responsável pela normatização e normalização dos diferentes comportamentos humanos que contribuiu para naturalização da condição de inferioridade social das mulheres. De acordo com essa lógica, o discurso médico instituiu o corpo feminino à condição de doente, passivo e submisso à maternidade. De igual modo, *Claudia* deixou indícios de que, desde que fosse medicalizado, nosso corpo seria incapaz de sentir prazer, sendo o orgasmo dispensável na maioria das vezes: “para elas, são suficiente a ternura e o envolvimento do encontro, a certeza de proporcionar prazer ao homem que amam – quer a relação termine ou não em orgasmo³³²”. Portanto, a sexualidade das mulheres ficava em segundo plano, sendo mais importante agradar sexualmente o parceiro do que satisfazer a si mesma. Adiante veremos como isso ocorreu na revista *Nova*.

3.2.2 O dispositivo amoroso e a sexualidade em *Nova*

³²⁹ SILVA, Carmem. Cuidado: até nosso sexo está sob controle. *Claudia*, n.194, p.248-253, nov.1977.

³³⁰ SILVA, Carmem. Cuidado: até nosso sexo está sob controle. *Claudia*, n.194, p.248-253, nov.1977.

³³¹ *Idem*.

³³² KARMAN, Graciela. Respostas a algumas perguntas sobre satisfação sexual. *Claudia*, n.191, p.38-42, ago.1977.

Tal como identificou a historiadora Renata Rodrigues Brandão com relação às revistas femininas e masculinas publicadas entre 1969 e 1979 é possível assinalar que *Nova* e *Claudia* também fizeram uso do *dispositivo amoroso* em suas práticas discursivas. Baseada na visão da historiadora Tania Navarro, Brandão considera que o mecanismo corroborava a ideia de uma feminilidade associada ao “amor infundável”, verificado tanto na maternidade, na docilidade, como no cuidado com o lar e com o próximo – todas elas características presentes na figura materna³³³. Famosa por seus artigos e reportagens sobre sexo e sua contribuição para a emancipação sexual das mulheres, paradoxalmente *Nova* também compartilhava visões que submetiam as conquistas sexuais femininas ao modelo prévio de sexo conjugal e monogâmico.

Em artigo polêmico sobre o orgasmo feminino publicado no primeiro número da revista, em outubro de 1973, *Nova* considerava que “toda mulher tem obrigação diante de si mesma de ser feliz com o homem que escolheu. De se realizar com ele, de ter filhos (...)”³³⁴, o que implicava em afirmar que a felicidade conjugal atrelada ao casamento e à família tradicional composta por homem, mulher, filhas e/ou filhos era a base necessária para a realização sexual de toda mulher. Mais adiante, a revista deixava claro que o verdadeiro “rompimento” que levaria suas leitoras a alcançarem o orgasmo estava sujeito à dependência delas ao *seu* homem, ou seja, ao contrário do próprio título do artigo, “O orgasmo depende muito de você”, o prazer feminino deveria obedecer ao modelo heteronormativo. Na passagem abaixo, a autora demonstra como o amor existente entre ambos era importante para atingirem o prazer:

É a mesma coisa que dizer: ‘Somos simples e livres e o que existe em nós é só amor, ternura e confiança. Vamos buscar – eu em você, você em mim – toda alegria e felicidade do mundo. (...) Se houver alguma coisa que a gente possa fazer para sentir o que há de melhor no nosso amor, vamos procurá-la juntos’³³⁵.

Na afirmação seguinte, vemos que, depois do amor, o sexo passa a ser fundamental para o casamento fadado a desaparecer em meio ao debate sobre o divórcio, sendo o incentivo à prática sexual um subterfúgio para o ajustamento sexual entre os casais: “Depois que acertaram tudo, e têm diante de si uma interminável sequência de encontros sexuais para completar e fortalecer esse amor, vão deixar que justamente aí, no sexo, comecem os desajustes? As

³³³ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015; p 122.

³³⁴ CIRILO, Ione. O orgasmo depende muito de você. *Nova*, n.1, p.73-75, out. 1973.

³³⁵ *Ibidem*.

complicações³³⁶?” Portanto, era o amor conjugal que deveria impulsionar a satisfação sexual feminina e era praticamente impossível fora de uma relação heterossexual.

No artigo “A tirania do orgasmo” publicado em 1974, a autora desqualificava a masturbação e demonstrava sua preferência pelo prazer conjugal: “Existe o orgasmo conseguido sem um parceiro, que pode provocar muito mais frustração do que prazer. E existe o prazer obtido com um companheiro, que nem sempre resulta em orgasmo. Porém esse último é sempre mais gratificante³³⁷”. Neste caso, é importante ressaltar que este foi um dos artigos censurados pelos militares, o que pode ter acarretado em mudanças na redação do texto e no posicionamento do discurso da revista, sobretudo ao considerar “obsessiva” a necessidade das mulheres atingirem o “clímax”, desconsiderando, inclusive, a conquista feminina com relação à sexualidade. Para West, esta deveria ser vivida com amor, reproduzindo, assim, uma visão romântica sobre o sexo.

Nossa geração, alegre e descontraída, talvez nos dê a impressão que somos privilegiadas, vivendo uma época extremamente rica de realização e relaxamento sexual. De reprimida, inibida ou apenas entediada, ela passou a ser ardente, espontânea, apaixonada. (...) Um grande avanço? É um caso a se pensar. Porque, se antes a mulher não se realizava totalmente no amor, também ninguém esperava dela uma grande performance sexual. Hoje, a consciência de que *deve* atingir o clímax se tornou uma preocupação que gera ansiedade, impedindo-a de viver o prazer de um ato de amor³³⁸.

As “exigências sexuais” tornaram-se mais comuns quando os primeiros estudos sobre a capacidade orgástica das mulheres vieram a público e a divulgação dos resultados da *sexologia moderna* levou muitas delas a acreditarem que o “clímax deveria ser atingido em *todas* as relações [sexuais]³³⁹”. Embora o orgasmo fosse apresentado como fator essencial para o equilíbrio físico e mental das mulheres, parecia “haver uma tendência em substituir os velhos tabus sexuais por novos mitos; em lugar das antigas proibições, surgem novas obrigações³⁴⁰”. *Nova* chegou a admitir que “o orgasmo é mais intenso quando coincide neles o ápice da excitação genital, o que acontece mais comumente entre homens e mulheres que conseguem concentrar afeição e sensualidade em *um* só companheiro³⁴¹ [grifos da autora]”. Ou seja, a

³³⁶ *Ibidem*.

³³⁷ WEST, Abby. A tirania do orgasmo. *Nova*, n.12, p. 73-75, set. 1974.

³³⁸ *Ibidem*.

³³⁹ MAGALHÃES, Cristina. O mito do orgasmo múltiplo. *Nova*, n.42, p.64-67, mar. 1977.

³⁴⁰ *Ibidem*.

³⁴¹ *Ibidem*.

defesa da heterossexualidade excluía qualquer possibilidade de prazer homossexual ou fora do padrão estabelecido.

Em situação distinta, mas seguindo a mesma lógica, “uma mulher multiorgasmática, se não encontra um parceiro adequado, capaz de manter a estimulação necessária por longo tempo, pode sair de uma relação menos realizada³⁴²”. No caso das mulheres solteiras, a “insegurança quanto às intenções do parceiro podem (...) interferir na consecução do orgasmo³⁴³”. Essas inseguranças eram as mesmas que durante séculos aprisionaram a mulher à castidade feminina, o que alimentava a caracterização entre as “moças de família” e as “moças da vida”, enquanto os homens sempre foram, e continuam sendo, impulsionados a experimentarem o sexo casual desde cedo. Em “Orgasmo Masculino”, essa dicotomia é reforçada por meio do discurso do já referido Dr. Pomeroy, sexólogo que considerou a variação do orgasmo masculino, “conforme o tipo de mulher com quem [o homem] mantém relações sexuais (...). E não apenas levando em conta a variedade da parceira: nas relações com uma mesma mulher, a primeira vez desencadeia um processo sensorial mais intenso³⁴⁴”. É como se houvesse diferenças de orgasmos com mulheres diferentes e, dependendo do tipo de mulher, as relações poderiam ser mais ou menos prazerosas.

Ao contrário dos homens, o excesso de estímulo sexual na mulher era estigmatizado e havia sido definido em *Nova* como “o desejo sexual mórbido e incontrolável na mulher³⁴⁵”. Em “Ninfomania”, Marilda Meireles buscou desvendar “Qual o estigma dessa mulher?”, considerando a “promiscuidade compulsiva” a “característica verdadeira da ninfomaniaca”, isto é, um comportamento sexual que não ocorria nem mesmo entre “as mulheres de vida sexual altamente intensa³⁴⁶”. Embora *Nova* estimulasse suas leitoras a praticarem o sexo, as mulheres que tinham desejo e prazer sexual incontroláveis eram consideradas “anormais” ou “doentes”, devendo ser tratadas. Ao responder a questão “Mas a ninfomania como doença, o que vem a ser?”, *Nova* usava o discurso médico-científico, tal qual no século XIX, para condenar aquelas que fugiam aos padrões do que era considerado aceitável para uma mulher “normal”, que cumpria as funções sociais que lhe foram atribuídas:

A literatura médica sobre o assunto é muito escassa e os estudiosos nem sempre estão de acordo. Dr. Louis London, autor do livro *Desvios Sexuais da Mulher*, achava que, “embora poucas mulheres procurem o psiquiatra nesses

³⁴² MAGALHÃES, Cristina. O mito do orgasmo múltiplo. *Nova*, n.42, p.64-67, mar. 1977.

³⁴³ *Idem*.

³⁴⁴ POMEROY, Wardell. Orgasmo masculino. *Nova*, n.37, p. 52-55, out. 1976.

³⁴⁵ MEIRELLES, Marilda. Ninfomania. *Nova*, n.13, p. 58-61, out. 1974.

³⁴⁶ *Ibidem*.

casos, eles não são raros”. Já os Drs. Albert Ellis e Eduard Sagarin, no livro *Ninfomania*, dizem que: “Definindo propriamente, a ninfomania só acontece em um pequeno número de mulheres”. Os dois médicos acreditam que fatores fisiológicos, como lesões cerebrais, distúrbios químicos e algumas irregularidades psíquicas podem causar o mal. “Todavia”, explica o Dr. Ellis, “desde que nenhuma anomalia anatômica resulta necessariamente em promiscuidade compulsiva, a ninfomania só existe quando já existe predisposição psicológica nesse sentido³⁴⁷”.

As definições acima consideravam o sexo em excesso uma conduta fora dos padrões de normalidade, além de depositar no homem as suas expectativas: “Para essa mulher, existe uma dicotomia entre fazer e sentir amor. E, sem um tratamento médico, ela dificilmente encontrará as duas coisas no mesmo homem³⁴⁸”. Assim, percebemos que a divulgação da sexualidade feminina em *Nova* e *Claudia* estava condicionada ao padrão heteronormativo, monogâmico e ao amor infundável, de preferência, entre cônjuges. Segundo Roselane Neckel, o romantismo funcionava como uma tentativa de regular os excessos sexuais, isto é, “a subjetividade amorosa era útil a uma abordagem reguladora das práticas sexuais femininas³⁴⁹”. Portanto, ajustar a sexualidade ao casamento era uma característica comum às duas revistas, embora já fosse esperada em *Claudia*.

Por outro lado, pode-se considerar que o *dispositivo amoroso* atualizava também a idealização de um perfil masculino ou do que era esperado do homem no que dizia respeito ao orgasmo. Em *Claudia*, ao abordar a responsabilidade masculina pelo prazer da mulher, a revista afirmou: “É claro que um homem carinhoso, compreensivo, preocupado com a sensibilidade da companheira é mais estimulante que o egoísta, apressado, desatento³⁵⁰”. Por outro lado, ao questionar-se a respeito do homem ser menos carinhoso que a mulher após o sexo, a revista afirmava que “essa diferença de atitude” se explicava, ao menos em parte, “por uma diferença fisiológica³⁵¹”. Dessa maneira, o determinismo biológico justificava as diferenças entre homens e mulheres e naturalizava os comportamentos que atualizavam a dicotomia e as hierarquias de sexo/gênero.

Já em *Nova*, ao tentar convencer suas leitoras de que não havia empecilhos ou desculpas para as mulheres atingirem o orgasmo, após conquistarem a tão almejada estabilidade financeira e encontrarem o marido “perfeito”, o ideal masculino foi apresentado nesta passagem: “Você

³⁴⁷ MEIRELLES, Marilda. *Ninfomania*. *Nova*, n.13, p. 58-61, out. 1974.

³⁴⁸ *Ibidem*.

³⁴⁹ NECKEL, Roselane. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007; p.325.

³⁵⁰ KARMAN, Graciela. Respostas a algumas perguntas sobre satisfação sexual. *Claudia*, n.191, p.38-42, ago.1977.

³⁵¹ *Idem*.

hoje tem um esquema de trabalho que não a deixa morta de cansaço. (...) Ama um homem que também ama você – veja bem – é carinhoso, compreensivo, tem feito tudo para ajudar você a se realizar como mulher, como gente³⁵²”. Além de tudo, esse homem deveria ter um bom desempenho sexual e deveria ajudá-la na sua realização pessoal e íntima³⁵³.

Portanto, é possível afirmar que *Claudia* e *Nova* forjaram em suas páginas um padrão de sexualidade marcado pela heterossexualidade, o romantismo e o sexo conjugal, o que inscrevia o corpo feminino e masculino numa ordem do discurso que alinhava sexo, gênero e desejo/prática sexual às obrigações sexuais e amorosas entre mulheres e homens. Ainda que relativizasse alguns casos de sexo sem compromisso, a mulher de *Nova* apenas se realizaria sexualmente se encontrasse (uma ou mais vezes, considerando as “desquitadas”) o homem que estivesse disposto a satisfazê-la sexualmente para o resto de suas vidas. Já em *Claudia*, o desejo sexual feminino estaria condicionado ao casamento e, sobretudo, ao prazer dos maridos.

Dessa maneira, pode-se concluir que ambas as publicações, tendo em vista as diferenças entre seus públicos, forjaram o sexo e a busca pelo prazer de acordo com os ajustes matrimoniais que incentivavam as mulheres a manter o casamento (*Claudia*) ou a procurar um homem que as levariam para o altar (*Nova*). Este, por sua vez, embora carinhoso e compreensivo, sentia a sua masculinidade e virilidade ameaçadas, sobretudo, quando a namorada, noiva ou esposa não atingiam o orgasmo: “Muitos homens ficam seriamente abalados quando ela não reage como esperam. É como se, com isso, sua virilidade fosse totalmente negada. Como se fossem responsáveis pelo prazer dela, e ela lhes passasse um atestado de incompetência³⁵⁴”.

Portanto, as duas revistas reiteraram discursos relativos ao modelo heteronormativo, no qual se estabeleceram os papéis e estereótipos que demarcavam as identidades fixas e imutáveis de sexo/gênero. Pautada por relações heterossexuais, a busca pelo prazer nessas revistas foram pautadas, ao contrário da liberdade que os movimentos feministas e homossexuais pregavam, pela atividade sexual somente entre mulheres e homens, ignorando outras formas de desejo sexual. Tomando de empréstimo a expressão “sexualidades dissidentes” usada por Brandão³⁵⁵, veremos como as pessoas que não se identificavam com o padrão heterossexual foram abordadas por essas revistas. Além disso, observaremos como a sexologia, a psicanálise e a

³⁵² CIRILO, Ione. O orgasmo depende muito de você. *Nova*, n.1, p.73-75, out. 1973.

³⁵³ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.187.

³⁵⁴ KARMAN, Graciela. Respostas a algumas perguntas sobre satisfação sexual. *Claudia*, n.191, p.38-42, ago.1977.

³⁵⁵ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

psiquiatria foram utilizadas como discursos de autoridade para legitimar as “verdades absolutas” e imutáveis em torno das identidades sexuais e de gênero.

3.3 Sexualidades dissidentes e a medicalização do comportamento sexual

Na seção anterior, vimos que a heterossexualidade e o casamento foram ideais produzidos e reproduzidos nas revistas *Claudia* e *Nova* por meio de discursos que incentivavam a prática sexual experimentada pela suposta “liberalização do sexo” na década de 1970. A análise desses artigos demonstrou as contradições existentes entre a liberdade sexual das mulheres e seu enquadramento no padrão de comportamento heteronormativo, fundado no modelo heterossexual, familiar e reprodutor. Ainda que os estudos científicos divulgados pela *sexologia moderna* fossem utilizados pela maioria dos (as) jornalistas para refutar a passividade feminina, o sexo conjugal e o casamento foram apresentados como o único caminho pelo qual as mulheres poderiam exercer plenamente a sua sexualidade. Nesse sentido, o *dispositivo amoroso* sustentava o modelo de heterossexualidade compulsória nas revistas femininas. E, apesar da visibilidade homossexual durante a chamada “revolução sexual”, as relações heterossexuais prevaleciam como parâmetro de “normalidade” sobre outras possibilidades de prazer existentes entre pessoas do mesmo sexo.

Nesta parte, apoiada na leitura das obras de Judith Butler, bem como da tese da historiadora Renata Brandão sobre construção das identidades sexuais nas revistas femininas e masculinas entre 1969 e 1979³⁵⁶, os discursos sobre as sexualidades *não-dominantes* serão investigados como meios de atualização e reprodução de modelos que, contraditoriamente, condicionavam o sexo e o desejo sexual ao padrão heteronormativo, bem como questionavam a liberdade sexual defendida pelos movimentos feministas e homossexuais em ascensão nas décadas de 1970 e 1980. Além disso, observaremos como a recorrência ao discurso da *sexologia moderna*, da Psiquiatria, da Psicanálise e da Medicina serviu de dispositivo de normatização e medicalização das condutas sexuais dos indivíduos, principalmente das mulheres.

A primeira das duas revistas a se manifestar sobre a homossexualidade na década de 1970 foi *Nova*, em julho de 1974. O artigo intitulado “Lesbianismo” e escrito por Mônica Seixas³⁵⁷ começava com o relato da autora sobre como havia sido o seu primeiro contato com uma mulher “diferente”, quando ela ainda era criança e estudava em um colégio de freiras.

³⁵⁶ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

³⁵⁷ SEIXAS, Monica. Lesbianismo. *Nova*, n.10, p.60-63, jul. 1974.

“Qualquer comentário que a gente fizesse era seguido do tradicional ‘isso não é coisa de criança’³⁵⁸”. Tal como vimos anteriormente, as leitoras e as autoras de *Nova* e de *Claudia* eram por natureza histórica e social provenientes de famílias tradicionais de classe média e foram educadas sob a moral sexual e católica, que tinha como base o sigilo e a ausência de informações relativas ao sexo e às sexualidades.

À medida que buscava caracterizar as “tendências” do comportamento homossexual feminino, a revista utilizou recorrentemente o termo “normal/normais” para diferenciar as mulheres heterossexuais daquelas que se sentiam sentimentalmente e/ou sexualmente atraídas por outras mulheres. Embora acreditasse que a definição psicológica das lésbicas dependia muito da concepção de “anormalidade” que era adotada, *Nova* defendeu seu posicionamento: “se quer dizer fora do comum, atípico, então a lésbica é anormal. Mas se nos referimos a toda e qualquer pessoa que foge dos padrões sociais estabelecidos, isso é ir um pouco longe demais³⁵⁹”.

Para justificar as tendências homossexuais femininas e/ou masculinas, a Psicanálise, a Psicologia e a Psiquiatria foram as especialidades preferidas de ambas as revistas para explicar os comportamentos “desviantes”, “anormais” e “diferentes” em comparação à conduta dos indivíduos “normais”. As obras de Kinsey, M&J e de outros sexólogos (as) não foram usadas com mesma frequência, pois, como vimos, a *sexologia moderna* institucionalizada em meados do século XX estava mais preocupada em normalizar/normatizar e solucionar as “disfunções sexuais” dos casais heterossexuais, do que naturalizar as práticas homossexuais.

Apoiando-se no discurso dos saberes *psi*, mais especificamente na psicanálise, que nas décadas de 1960 e 1970 apresentou-se como uma possibilidade de resistência e crítica ao conservadorismo religioso e cristão³⁶⁰, *Nova* tentava justificar o “lesbianismo” a partir de argumentos que se remetiam às experiências femininas ao longo da sua infância: “quando pequena, a garota supervalorizou o pai e continua mantendo essa imagem dos homens, não encontrando nenhum que corresponda a ela³⁶¹”. E continuou: “Ou pode ter passado por uma experiência que provocou uma ruptura com o mundo masculino, criando nela um verdadeiro pavor dos homens. Esta garota vai procurar em outra mulher a ternura, a compreensão e amor que não encontra nos homens³⁶²”. Tal qual observou Renata Brandão, o artigo como um todo

³⁵⁸ *Ibidem*.

³⁵⁹ SEIXAS, Monica. Lesbianismo. *Nova*, n.10, p.60-63, jul. 1974.

³⁶⁰ SANTOS, Tania Coelho dos. Movimento Psicanalítico e a Difusão da Psicanálise no Brasil. *Revista do Tempo Psicanalítico*, Rio de Janeiro, n.29, p. 171-189, 1997.

³⁶¹ SEIXAS, *op.cit.*.

³⁶² *Idem*.

“reforça a imagem de um feminino e de um masculino complementares, cuja prática normal é a heterossexual³⁶³”.

Para validar seu discurso, a revista faz referência aos psiquiatras na tentativa de conceituar a bissexualidade. Segundo a autora, eles afirmavam que apenas *uma* relação com alguém do mesmo sexo não caracterizaria homossexualidade, mas “se uma mulher tem uma tendência sexual predominante (...), ela é homossexual³⁶⁴”. Adiante, faz referência ao fato da Associação Americana de Psiquiatria, em 1973, ter retirado o “homossexualismo³⁶⁵” da lista de doenças mentais; entretanto, desde que houvesse motivação, a terapia ou “o processo analítico” poderia auxiliar na “cura” do lesbianismo. Ainda que “despatologizada”, a homossexualidade continuava a ser tratada como um “desvio” ou um transtorno mental causado pela fissura à linearidade da coerência entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais.

Embora ponderasse a ajuda dos psiquiatras na aceitação e superação da culpa, o discurso da revista revelava a dificuldade dessas mulheres serem felizes, defendendo, em alguns casos, o tratamento de reversão sexual. Mesmo que incentivasse a busca pela ajuda psicológica ou psiquiátrica para o auxílio da “cura” ou para amenizar o “remorso” da homossexualidade, de acordo com a revista, todas as lésbicas estariam fadadas à infelicidade. Entretanto, desde que compartilhassem os mesmos valores da família tradicional, elas poderiam encontrar a alegria e a satisfação conjugal “num lar cheio de ternura, estável e seguro³⁶⁶”, tal como ocorria nas relações heterossexuais, supervalorizando a felicidade entre os casais “normais”. Além disso, *Nova* reproduzia ideais associados à feminilidade e masculinidade, ao afirmar que o romantismo era uma característica fundamental das homossexuais femininas, afinal, toda mulher é romântica. Na passagem abaixo, vemos a tentativa de adequação da vivência homossexual ao padrão “normal” do modelo heteronormativo:

(...) como em qualquer outro casamento, pode existir o tipo dominante. Ou pode acontecer que uma delas trabalhe fora, enquanto a outra fica tomando conta da casa. Uma relação no estilo macho e fêmea, no esquema antigo de protetor e protegida, supermãe e filho indefeso³⁶⁷.

³⁶³ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015; p. 148.

³⁶⁴ SEIXAS, Monica. Lesbianismo. *Nova*, n.10, p.60-63, jul. 1974.

³⁶⁵ O sufixo "ismo" utilizado junto à palavra "homossexual" denota a natureza patológica deste comportamento sexual.

³⁶⁶ SEIXAS, *op.cit.*

³⁶⁷ *Ibidem.*

Dessa forma, o discurso da revista a respeito da união homoafetiva entre duas mulheres reproduzia os binarismos macho/fêmea/, homem/mulher, feminilidade/masculinidade, bem como atualizava as categorias fixas e imutáveis de sexo/gênero/desejo que demarcavam o modelo macho/dominante/provedor X fêmea/submissa/dona-de-casa. Segundo a historiadora Renata Brandão, essa dicotomia servia para desqualificar aqueles que optavam por “performances de gêneros” e escapavam “às masculinidades e feminilidades predominantes³⁶⁸”.

Por outro lado, *Nova* enfatizou a questão da visibilidade homossexual ocorrida com a revolução sexual e afirmou que o “lesbianismo” estava em evidência “não porque” existiam “mais lésbicas, mas porque as mulheres” estavam “conscientizando suas emoções e procurando atendê-las³⁶⁹”. Ancorada nos discursos médicos e *psi*, o artigo citava a pesquisa divulgada pelo Relatório Kinsey, em que 28% das estadunidenses declararam ter tido, pelo menos uma vez, relações sexuais com outras mulheres, “embora apenas uma em cada três continuasse a manter relações só com mulheres”. A respeito do fato de ter aumentado o número de homossexuais femininas, ela responde: “É provável que não. A proporção deve ser a mesma de sempre. Apenas, elas não se ocultam tanto como antes³⁷⁰”.

No ano seguinte, em 1975, *Nova* publicou um artigo de autoria do Dr. David Reuben, médico psicanalista, especialista em sexo e autor de vários livros, com o objetivo de informar tudo o que as leitoras possivelmente gostariam de saber sobre o “homossexualismo³⁷¹”. A partir da dinâmica de perguntas e respostas, estratégia discursiva frequente na revista, as principais dúvidas foram respondidas com relatos de mulheres e homens que passaram pelo momento da descoberta e incerteza em relação à homossexualidade. De acordo com a nota de rodapé no final da primeira página do artigo, o texto havia sido retirado e traduzido do livro “How to Get More out of Sex”, também de autoria do Dr. David, publicado em 1974. É interessante notar como a presença do texto elaborado pelo médico refletia tanto o aspecto medicalizado da sexualidade como a autoridade da medicina para normalizar/normatizar o comportamento homossexual³⁷².

³⁶⁸ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015; p. 125.

³⁶⁹ SEIXAS, Monica. Lesbianismo. *Nova*, n.10, p.60-63, jul. 1974.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ REUBEN, David. O dilema do homossexualismo. *Nova*, n.19, p. 72-75, abr. 1975.

³⁷² Além disso, é importante ressaltar, mais uma vez que, apesar do artigo não refletir a realidade da sociedade brasileira, a revista tinha autonomia para publicar o que fosse mais conveniente a partir de seus interesses específicos.

Entretanto, o Dr. David negava a causa patológica da homossexualidade e os paradigmas médicos-científicos que embasavam esse posicionamento: a hereditariedade, os problemas hormonais e a “natureza fundamental das pessoas³⁷³” que, de acordo com o médico, haviam sido superados pela medicina e a ciência. No entanto, o discurso psicanalítico atravessou todo o artigo do Dr. Reuben, sobretudo, por meio de depoimentos que enfatizavam a “existência de um padrão emocional³⁷⁴”, geralmente causado por traumas que os indivíduos adquiriam na infância, o que tornava mais realista e justificável as experiências que associavam o comportamento homossexual aos transtornos mentais. Ao responder a pergunta sobre o que costumava levar mulheres e homens ao “homossexualismo”, o médico apresentou relatos de pessoas que teriam sido incitadas a “confessar” a sua sexualidade, bem como culpavam a educação dos pais ou da família na determinação de suas tendências homossexuais³⁷⁵.

Tal foi o caso de uma depoente lésbica que declarou ter sofrido abuso por parte do avô quando ainda era criança. Segundo a mulher, sua mãe vivia lhe dizendo que “sexo era sujo” e a aconselhava a se afastar dos meninos, o que teria contribuído para reforçar a sua rejeição por pessoas do sexo masculino. Contudo, a “redenção” veio aos 17 anos, quando a moça conheceu uma professora que lhe ensinou “todo o significado do amor e do sexo”, embora afirmasse que “às vezes (...) um certo sentimento de culpa” tomava conta de seus pensamentos³⁷⁶. De fato, a herança de uma moral sexual pautada pela recusa e a ausência de informações relativas ao sexo atrapalhou a realização sexual de mulheres na década de 1970. Neste caso, o trauma causado pelo conservadorismo da família tradicional justificava o afloramento de tendências homossexuais.

Corroborando o sentimento de culpa dos pais com relação à educação de seus (as) filhos (as), outro depoimento apresentado pelo médico demonstrou o desespero de uma mãe que tentava resolver o “problema” supostamente causado por ela: “Acabo de descobrir que meu filho é homossexual. O mesmo já aconteceu com o irmão mais velho e sei que a causadora de tudo sou eu. Se eu conseguir despertar seu interesse pelas mulheres, ele certamente encontrará o caminho certo³⁷⁷”. Influenciada pelo discurso médico-psicanalista e pela noção de heterossexualidade compulsória, essa mãe sentiu-se culpada e tentava reverter o quadro de “homossexualismo” dos filhos.

³⁷³ REUBEN, *op.cit.*

³⁷⁴ REUBEN, David. O dilema do homossexualismo. *Nova*, n.19, p. 72-75, abr. 1975.

³⁷⁵ Ainda que descartasse a causa patológica para a homossexualidade, o psicanalista não abriu mão de usar o termo “homossexualismo”, no qual o sufixo “-ismo” designa a existência de uma doença ao comportamento sexual entre pessoas do mesmo sexo.

³⁷⁶ REUBEN, *op.cit.*

³⁷⁷ *Ibidem.*

Por outro lado, embora a Associação de Psiquiatria Norteamericana tivesse retirado o “homossexualismo” da lista de doenças mentais, em 1973, Dr. Reuben afirmava que ainda havia escolas de psicanálise que consideravam a homossexualidade um “problema emocional incurável”, assim como outras vertentes que tratavam os casos homossexuais com “choques na cabeça, lobotomias (remoção de tecido cerebral) e a terapia de aversão”. Esta última tinha o objetivo de “acabar com todos os prazeres homossexuais, com base na lei dos reflexos condicionados”, isto é, ligavam-se “fios elétricos ao genital do homem” e, “após uma série de choques”, acabava-se “conseguindo condicionar no homossexual um estado de impotência (...)”. Entretanto, segundo o Dr. Reuben o tratamento somente era efetivado “se o homossexual *desejar* realmente a mudança³⁷⁸”. Embora negasse as causas fisiológicas da homossexualidade, o médico aconselhava:

- 1.º) Encontrar um psicanalista experiente, disposto a algo mais do que transformar seu cliente em um “homossexual feliz”;
- 2.º) desejar desesperadamente renunciar ao homossexualismo;
- 3.º) muita vontade de enfrentar um tratamento que pode ser longo;
- 4.º) ter uma boa dose de sorte³⁷⁹.

Ao final, o Reuben considerou que a solução para o “problema do homossexualismo” se resumia a “dar uma chance a todo homossexual, homem ou mulher, que *deseje* tornar-se heterossexual”. Para os “homossexuais satisfeitos com a sua condição”, o médico aconselhava “um pouco de compreensão³⁸⁰”. Além de utilizar o termo “homossexualismo” ao longo de todo o texto, o médico demonstrou acreditar na “cura” do desejo sexual entre pessoas do mesmo sexo a despeito da aceitação, utilizada em último caso, depois de todas as tentativas de conversão heterossexual. Assim, o artigo de Reuben refletia não só a sua opinião a respeito do assunto, mas o posicionamento de parte dos saberes médicos e *psi*.

Em 1977, a jornalista Gloria Nogueira publicou um artigo em *Nova* intitulado “Transexualismo”. Impactada com a carta que recebeu de uma leitora brasileira residente em Paris e que havia realizado a cirurgia de mudança de sexo, Gloria abordou em seu texto as questões que envolviam as dificuldades das pessoas *trans*. Perguntas como “em que consistia, realmente, essa operação? (...) Era uma operação perigosa? Mutiladora? Irreversível? Quem podia e quem não podia fazê-la?” foram respondidas pela jornalista, atendendo ao pedido da

³⁷⁸ REUBEN, David. O dilema do homossexualismo. *Nova*, n.19, p. 72-75, abr. 1975.

³⁷⁹ *Ibidem*.

³⁸⁰ *Ibidem*.

leitora ao realizar uma reportagem sobre os aspectos morais, médicos e civis referentes à condição daqueles (as) que passaram pela operação³⁸¹.

Ao tomar conhecimento do assunto, Glória conversou com um amigo. Este lhe confidenciou ter presenciado a reação de médicos durante uma palestra de um cirurgião plástico sobre os resultados de sua primeira operação transgenital anos antes em um Congresso de Ginecologia: “Com ar de desprezo e expressões sarcásticas tipo, ‘ora é tudo *bicha*’³⁸²”, os médicos não hesitaram em disfarçar seu preconceito com relação às pessoas cujo gênero não estava em conformidade com o seu genital.

Na historiografia, em oposição a uma visão positivista da produção do conhecimento científico, a perspectiva construtivista da História aponta para o fato de a ciência ser um fenômeno socialmente construído, isto é, baseado em aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais inerentes aos cientistas e aos coletivos de pensamento que os cercam³⁸³. Assim, vemos que os preconceitos, os estigmas e as concepções individuais podem influenciar tanto no resultado como na produção das pesquisas científicas, sendo responsáveis por guiar os caminhos e a forma como serão executadas. Um exemplo disso foram os estudos do casal Master e Johnson que, ao optarem trabalhar com pessoas brancas e heterossexuais, demonstraram como a discriminação de raça e de gênero estiveram presentes na elaboração e nos resultados das pesquisas. Consideradas tendenciosas e desvinculadas da realidade sociocultural dos (as) norte-americanos (as), é fácil entender como e por que a medicina patologizou os comportamentos sexuais considerados “desviantes”.

Segundo *Nova*, as incompreensões relacionadas aos (as) transexuais eram causadas, principalmente, pelo fato da ciência ter demorado muito tempo para definir os indicadores padrões do fenômeno do “transexualismo”. Na história da cirurgia de transgenitalização, a primeira delas foi realizada em 1931, no Instituto Hirschfeld de Ciência Sexual. No Brasil, o médico Roberto Farina teria sido o primeiro a realizar uma operação de mudança de sexo na cidade de São Paulo em 1971³⁸⁴. No entanto, de todas essas, a que ganhou maior visibilidade foi a cirurgia do endocrinologista dinamarquês Christian Hamburguer que, em 1952, revelou ter “feito uma operação em Georges Jorgensen, ex-soldado e combatente americano³⁸⁵”.

³⁸¹ NOGUEIRA, Glória. Transexualismo. *Nova*, n.43, p.76-79; 106; 43, abr. 1977.

³⁸² NOGUEIRA, Glória. Transexualismo. *Nova*, n.43, p.76-79; 106; 43, abr. 1977.

³⁸³ Para uma discussão mais aprofundada: Cf. LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steven. *A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

³⁸⁴ MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.14, p.380-407 ago. 2013.

³⁸⁵ NOGUEIRA, *op.cit.*

Entretanto, o médico americano Harry Benjamin foi o primeiro a consolidar o termo “transexualismo”, o qual, na opinião da revista, representava um “problema da inversão psicossocial³⁸⁶”.

Médico alemão radicado nos Estados Unidos, Harry Benjamin foi um dos primeiros a dedicar-se à tarefa de estabelecer a diferença entre as condutas sexuais de gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais, tendo chegado à conclusão que a relação de abjeção com a genitália era o que definia o “transexual de verdade” e recomendava a cirurgia de mudança de sexo na tentativa de evitar que essas pessoas cometessem o suicídio. De acordo com uma visão “suicidógena”, os transexuais são considerados pessoas transtornadas e incapazes de administrar suas escolhas, os quais, sem o acompanhamento terapêutico, podem acabar tirando a própria vida³⁸⁷. Dessa maneira, a tendência à mutilação dos corpos, tal como os profissionais da área da psicologia, psiquiatria e psicanálise costumam considerar, intensificou-se nas décadas de 1960 e 1970. No mesmo período, os indicadores para o diagnóstico da transexualidade foram institucionalizados e incorporados ao Código Internacional de Doenças (CID), em 1980 e, no mesmo ano, a Associação de Psiquiatria Americana (APA) aprovou a terceira versão do Manual Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) que incluiu a transexualidade nos parâmetros dos “Transtornos de Identidade de Gênero” (TIG)³⁸⁸.

Reforçando a condição patológica dos comportamentos sexuais que desafiavam a norma heterossexual, o discurso da revista considerava que as diferenças entre os homossexuais, travestis e *trans* eram “perfeitamente identificáveis pelo [médico] psiquiatra e o endocrinologista³⁸⁹”. Ao conceituar tais condutas a partir do discurso médico, *Nova* utilizou-se das definições elaboradas pelo endocrinologista, o Dr. Jose Shermann, disponíveis no livro “Comportamento Sexual do Brasileiro”, de autoria de Délcio Lima, para apresentar o que poderia ser considerado como a “verdade absoluta” sobre a transexualidade. A partir das ideias de Shermann, ela definiu o transexual como o indivíduo que

(...) tem repugnância pela relação homossexual e verdadeira aversão aos seus órgãos genitais. Sonha em fazer uma conversão genital e mudar de identidade e de gênero – masculino ou feminino. O transexual tem convicção de ter um cérebro feminino (ou masculino) com um corpo do sexo oposto. O corpo –

³⁸⁶ *Ibidem*.

³⁸⁷ BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.2, maio-agosto/2012.

³⁸⁸ *Ibidem*.

³⁸⁹ NOGUEIRA, Glória. Transexualismo. *Nova*, n.43, p.76-79; 106; 43, abr. 1977.

sobretudo a parte genital é que está *errado*, para ele. Todas as tentativas de psicoterapia ou psicanálise dos transexuais resultaram em absoluto fracasso³⁹⁰.

Tentando encontrar uma causa específica para o comportamento *trans* e, conseqüentemente, a cura/normalização, a revista concordava que a circunstância para a transexualidade “estaria na presença de um fator, ainda desconhecido, afetando os centros cerebrais que regulam a direção sexual da criança, no final do período da gravidez ou nos primeiros dias de vida³⁹¹”. Por outro lado, declarava que “no campo da Endocrinologia, as experiências vêm sendo feitas no sentido de determinar a importância da presença de andrógenos (hormônios ativadores do comportamento sexual) na definição sexual³⁹²”. Contraditoriamente ao que o Dr. David Reuben havia afirmado dois anos antes a respeito dos homossexuais, *Nova* destacava que a “causa do transexualismo pode ser hormonal” e retomava a tese da disfunção genética e hormonal para explicar o fenômeno do “transexualismo”. Assim, a partir do ponto de vista médico-científico, Gloria afirmava:

(...) o diagnóstico do transexualismo sempre começa pelo aspecto clínico – procura-se verificar más-formações anatômicas, distúrbios endócrinos, estabelece-se o código genético, etc. Em seguida, é feito o diagnóstico psiquiátrico, para que se possa identificar casos de homossexuais ou psicopatas³⁹³.

Tratando a transexualidade a partir de visões generalistas e patológicas, para *Nova* todo transexual era uma pessoa angustiada. Ao contar a história de Jorginho, um dos pacientes do Instituto Estadual de Endocrinologia e Diabetes (IEDE) no Rio de Janeiro, a revista considerou a cirurgia de mudança de sexo uma espécie de *redenção*, reforçando a visão “suicidógena” das pessoas *trans*, uma vez que o rapaz já havia tentado o suicídio. É interessante notar que, embora o marco normativo do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde brasileiro seja a Resolução 1.482/97 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que aprovou a realização de cirurgias de mudança de sexo em caráter experimental nos hospitais públicos universitários do país em 1997³⁹⁴; desde a década de 1970, o IEDE já desenvolvia “um programa de estudo e pesquisa de um grupo de prováveis transexuais”, com “caráter amplo e social, funcionando

³⁹⁰ *Ibidem*.

³⁹¹ NOGUEIRA, Glória. Transexualismo. *Nova*, n.43, p.76-79; 106; 43, abr. 1977.

³⁹² *Ibidem*.

³⁹³ *Ibidem*.

³⁹⁴ MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.14, p.380-407 ago. 2013; p. 389.

gratuitamente nos moldes de clínicas americanas, como a do Hospital John Hopkins e da Universidade de Stanford³⁹⁵”. Comparado aos parâmetros da noção mais desenvolvida no Ocidente, fica a impressão de que essas revistas acreditavam que qualquer “desvio sexual” poderia ser revertido e erradicado com tratamentos médicos, marginalizando e enquadrando as “sexualidades dissidentes” em padrões gerais e compulsórios de comportamento baseados no binarismo de sexo/gênero e na rejeição às múltiplas configurações e diferentes performances de gênero.

Enquanto a homossexualidade e outros comportamentos sexuais não-dominantes foram frequentemente abordados em *Nova*, tendo em vista as características mais “avançadas” de seu editorial, o tema não teve o mesmo destaque em *Claudia*, que publicou apenas uma única vez, em toda a década de 1970³⁹⁶, o artigo “Meu filho é um efeminado³⁹⁷”, em que a jornalista Carmem da Silva, conhecida por seus ideais feministas e progressistas, debateu os motivos de ordem psicológica para a causa da homossexualidade. Apesar da censura, a sexualidade era um dos poucos assuntos que a imprensa conseguiu abordar com certa facilidade durante a ditadura militar³⁹⁸. Portanto, o silenciamento de informações mais esclarecedoras sobre o sexo e o comportamento sexual na revista representava, além do conservadorismo e do preconceito da sociedade brasileira, o que era legítimo ou não de ser abordado em suas páginas.

Publicado em maio de 1973, o próprio título revelava o tom pejorativo com o qual a homossexualidade seria tratada pela revista. Carmem, então, inicia o artigo revelando o fato de ter recebido um grande número de cartas de leitoras preocupadas com a possibilidade de seus filhos homens tornarem-se “efeminados”, isto é, homossexuais. É interessante notar que essa demanda comprovava, em parte, a preocupação e o impacto dos brasileiros e das brasileiras muito mais com a visibilidade homossexual masculina do que com a feminina. Tal como considerou a jornalista, a educação das meninas “vigiadas com mais severidade do que os garotos” e “advertidas de que não devem permitir ‘certas coisas’” explicariam esse interesse, uma vez que era “mais fácil a cumplicidade entre companheirinhos do mesmo sexo: mais oportunidades, menos fiscalização³⁹⁹”.

³⁹⁵ NOGUEIRA, *op.cit.*.

³⁹⁶ Faço esta afirmação com ressalva. O acervo da Biblioteca Nacional está incompleto e os custos de acesso ao arquivo da Editora Abril são inviáveis para a realidade financeira de uma pós-graduanda. Cada hora dentro no arquivo custa em cerca R\$80,00 reais.

³⁹⁷ SILVA, Carmem. Meu filho é um efeminado. *Claudia*, n.140, p. 196-200, mai.1973.

³⁹⁸ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015; p. 14.

³⁹⁹ SILVA, *op.cit.*.

Em todo o artigo, a autora deixou evidente a sua inclinação para a abordagem da Psicanálise freudiana, sobretudo, ao considerar “supérfluo esclarecer um termo já tão conhecido”, como as “fixações edípicas” – conceito criado por Freud, para designar o conjunto de desejos amorosos e hostis que os meninos, ainda crianças, experimentavam com as suas mães. Partindo do pressuposto de que suas leitoras estavam familiarizadas com tal abordagem, a jornalista enrijeceu sua crítica e colocou em pauta o que denominou de “repressão, projeção e agressão”, processo sequencial fundamentado em conceitos da psicanálise que representavam, basicamente, a transferência da insatisfação dos pais, que descontavam nos filhos as frustrações de não terem assumido a sua homossexualidade. Tomados pela neurose, esses pais agiam com violência e tinham “manifestações estarrecedoras” quando projetavam nos filhos seus desejos reprimidos⁴⁰⁰.

De acordo com a premissa de que “todos nós temos um componente homossexual”, a jornalista explicou que a repressão a esse componente poderia se manifestar por meio da projeção nas crianças e, por isso, “muitos pais vêem nos filhos sintomas de homossexualidade, onde ela, na realidade, não existe”. No entanto, ela continuou: “na projeção, como em todos os demais recursos defensivos neuróticos, há sempre um elemento de agressão presente⁴⁰¹”. Portanto, de acordo com o discurso psicanalítico, Carmem demonstrou que a criança não tinha condições de manifestar sua opção sexual na infância e que, na maioria das vezes, isso se explicaria por uma neurose contra uma homossexualidade reprimida dos pais e projetada nos filhos através da agressão e hostilidade.

Por outro lado, buscando questionar as construções sociais em torno das identidades e dos papéis fixos de gênero na definição da orientação sexual dos filhos, Carmem afirmou que poderia ocorrer que os pais tivessem “uma falsa ideia da definição sexual, matizada de preconceitos tradicionais”. A jornalista considerava que “as imagens clássicas de masculinidade e feminilidade, vigentes no passado”, haviam sido “mais do que superadas⁴⁰²”. Ou seja, nota-se que a autora defendia a tese de que as características e as funções sociais culturalmente destinadas ao sexo feminino e masculino não determinavam a sexualidade e as identidades sexuais dos seres humanos, o que tornava seu discurso incoerente.

Ao abordar os casos em que não havia dúvidas de que os filhos eram homossexuais, Carmem confirma o papel da natureza e do determinismo biológico na construção das identidades sexuais e de gênero: “se um homem não pode assumir um papel ao qual a natureza

⁴⁰⁰ SILVA, Carmem. Meu filho é um efeminado. *Claudia*, n.140, p. 196-200, mai.1973.

⁴⁰¹ *Ibidem*.

⁴⁰² *Ibidem*.

(a constituição de seu organismo) o destinou, é porque *algo aconteceu para que ele tenha medo*: medo de exercer o papel masculino [grifos da autora]⁴⁰³. No entanto, já vimos que a própria noção de diferença sexual foi construída a partir da naturalização dos papéis sociais destinados a mulheres e homens. Assim, ao mesmo tempo em que procurava alertar suas leitoras para a superação das noções de gênero identificadas com o sexo genital, a jornalista naturalizava a masculinidade para justificar o desvio comportamental daqueles que fugiam à característica atribuída aos homens: a virilidade.

Mais adiante, comentando a respeito das razões pelas quais a homossexualidade se manifestava na fase adulta, Carmem afirma que “médicos sexologistas e endocrinologistas são unânimes em afirmar que a homossexualidade devida a transtornos orgânicos representa uma porcentagem ínfima, negligenciável, do problema⁴⁰⁴”. Ao contrário do que Glória Nogueira considerou em *Nova* em 1977⁴⁰⁵, a jornalista remete-se aos mesmos discursos para afirmar o oposto, ou seja, que a homossexualidade não era um distúrbio fisiológico do corpo humano, embora tivesse sido considerado um transtorno psíquico e mental, de acordo com os saberes psi. Isso poderia explicar o motivo pelo qual a autora não usou o termo “homossexualismo” em seu texto, possivelmente para demarcar seu posicionamento contrário ao enquadramento patológico das sexualidades “ilegítimas”.

Por outro lado, embora a jornalista representasse uma voz contrária ao conservadorismo da revista, Carmem não deixou de manifestar seu preconceito, como é possível verificar nesta passagem em que, após tratar das causas da “inversão sexual”, afirmou poder “inferir alguns tipos de conduta parental capazes de fomentar, entre outros males, as tendências homossexuais”. Além de atribuir culpa à educação dos pais e, principalmente, da “mãe desamorada, fria ou severa demais, agressiva e frustradora” ou que distribuía “excessos de mimos maternos”, Carmem considerou a homossexualidade um mal a ser combatido, e concluiu que, para “evitar que o filho ‘saia’ efeminado, encaminhando-o na direção certa⁴⁰⁶”, somente a “aceitação, amor” poderiam “garantir um equilíbrio emocional de toda criança, de qualquer sexo”. O padrão heterossexual deveria, então, ser alcançado e internalizado na educação das crianças.

Nota-se, com isso, que os enunciados sobre os comportamentos sexuais eram contraditórios entre si e nem mesmo as revistas assumiram um posicionamento hegemônico e

⁴⁰³ SILVA, Carmem. Meu filho é um efeminado. *Claudia*, n.140, p. 196-200, mai.1973.

⁴⁰⁴ *Ibidem*.

⁴⁰⁵ NOGUEIRA, Glória. Transexualismo. *Nova*, n.43, p.76-79; 106; 43, abr. 1977.

⁴⁰⁶ SILVA, *op.cit*.

coerente a respeito da sexualidade na década de 1970. No entanto, segundo Neckel, ao negar a hipótese repressiva sobre o sexo, Foucault considerou que a multiplicidade de discursos produzidos por instituições que buscavam controlar a atividade sexual através de mecanismos sutis de poder foi responsável por fabricar “uma única verdade” capaz de normatizar as práticas sexuais e a busca individual pelo prazer⁴⁰⁷. Por essa razão, devemos levar em consideração também o papel dos censores do Departamento de Costumes e Diversões Públicas, da Polícia Federal – e, até mesmo, de jornalistas que praticavam a autocensura – na elaboração de enunciados mais alinhados com a moral e os bons costumes da família tradicional brasileira. A ausência de determinados temas, por sua vez, forjava a “revolução sexual” e as mudanças do comportamento sexual feminino dentro dos limites do casamento e do caráter compulsório da heterossexualidade.

Nesse sentido, a luta pela liberdade e autonomia sobre os corpos pleiteada tanto pelos movimentos feministas, como pelos grupos gays, lésbicos, trans, etc. foi divulgada nas páginas da revista *Nova e Claudia* na década de 1970 a partir de uma visão medicalizada da sexualidade e de patologização de qualquer comportamento considerado “desviante” ao padrão heterossexual e “normativo”. Tal como afirmou Renata Brandão, os discursos sobre as vivências sexuais não-dominantes apresentados na imprensa ao longo da década de 1970, “além de serem pensados a partir do próprio modelo de heterossexualidade instituído como ‘natural’, eram classificados como doenças, anormalidades, desvios, distúrbios, ‘opções infelizes’ que leva[va]m ao ‘suicídio’⁴⁰⁸”.

Por outro lado, ainda que sob desconfiança, devemos ressaltar o papel desses discursos na transformação das subjetividades sexuais e na sua influência sobre a resistência individual ou coletiva das mulheres urbanas de camada média contra as normas sociais estabelecidas. Segundo Neckel, a divulgação das pesquisas realizadas pela *sexologia moderna* nos meios de comunicação foi fundamental para a incorporação reflexiva das práticas sexuais livres, sobretudo, da preocupação com o nascimento de filhos⁴⁰⁹.

Portanto, a análise discursiva de duas revistas femininas vinte anos antes da consolidação da *dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva* nos anos 1990 revelou que havia um discurso que sustentava as normas e padrões de gênero cujos ideais de feminilidade e

⁴⁰⁷ NECKEL, Roselane. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas* (1969-1979). 2004. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2004; p. 157.

⁴⁰⁸ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras* (1969-1979). 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015; p. 124.

⁴⁰⁹ NECKEL, *op.cit.*, p. 176.

masculinidade eram constantemente atualizados. Em meio à liberalização sexual, a sexualidade feminina e as sexualidades não-dominantes, quando não eram marginalizadas, enquadravam-se ao padrão geral de heteronormatividade. Assim, uma análise histórica dessas revistas, sob o olhar dos estudos *queer*, ajudou-nos a perceber o quanto o dispositivo da sexualidade, ancorado em enunciados médicos-científicos e nos saberes *psi*, aprisionou e vigiou corpos humanos, reafirmando as categorias fixas e a coerência entre sexo/gênero/desejo e práticas sexuais que, conseqüentemente, impediam homens e mulheres de experimentarem diferentes performances, modos de viver e agir no mundo sem qualquer tipo de constrangimento ou violência física e psicológica⁴¹⁰.

3.4 Doenças Venéreas e Saúde íntima

Até agora, realizamos uma análise dos discursos sobre a sexualidade feminina e masculina, assim como questionamos a abordagem das experiências sexuais “periféricas” publicadas em *Claudia* e *Nova* na década de 1970. Nesta última parte, dedicar-nos-emos à prerrogativa do conceito de *saúde sexual* relativa ao aconselhamento e a assistência à prevenção, diagnóstico e tratamento das *Doenças Venéreas* (DV), termo que designava as recentes DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e as atuais Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)⁴¹¹. Uma vez que as reivindicações feministas no Brasil relativas ao direito de escolha e liberdade de decisão nos assuntos sexuais e reprodutivos tornaram-se parte do que, posteriormente, converteu-se em *saúde e direitos sexuais e reprodutivos*, pareceu-nos importante investigar não somente o papel das revistas com relação à divulgação de informação referentes à prevenção e o tratamento das doenças, mas também a sua contribuição para a superação (ou não) dos estigmas em torno das ISTs, sem escapar do olhar sobre os discursos que reforçavam os estereótipos e forjavam as hierarquias sociais de gêneros.

Ainda que nosso objetivo não seja realizar uma trajetória das Infecções Sexualmente Transmissíveis, é imprescindível afirmar, como o fez Le Goff na década de 1980, que as

⁴¹⁰ BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015; p. 124.

⁴¹¹ Em 1978, o termo Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) substituiu o antigo conceito de Doenças Venéreas e, atualmente, segundo o Ministério da Saúde, a terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) assumiu o lugar da expressão DST, uma vez que se reconheceu a existência da possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>. Acesso em: 29 de janeiro de 2018.

doenças têm história⁴¹². Em espaços geograficamente distintos e no decurso do tempo, diferentes grupos sociais atribuíram valores e significados específicos às doenças que são, de fato, uma construção sociocultural. Além do acontecimento biológico, as doenças configuram-se como um fenômeno social, as quais criam, recriam e/ou perdem significado tornando-se a própria a imagem das permanências e mudanças de uma época ou da sociedade. Nesse sentido, uma análise da representação social das doenças permite-nos vislumbrar as diferentes concepções individuais e coletivas, bem como as atitudes das sociedades com relação à morte, que também variam e são historicamente construídas, podendo passar “(...) da inevitabilidade do castigo divino, numa época, (...) à revolta, ao terror e à discriminação em outra⁴¹³”.

Com relação às Infecções Sexualmente Transmissíveis, a sífilis é a mais antiga delas e, desde a sua aparição no século XV, mexeu com o imaginário social dos indivíduos. Uma análise histórica e sociológica revela que a etiologia da sífilis ao longo dos seus 500 anos de existência esteve associada tanto aos aspectos místicos e metafísicos, como ao preconceito e às superstições morais. O “mal venéreo”, tal como foi designada pelos até o século XIX, foi primeiramente associado ao castigo divino contra os “pecados da carne”. Os médicos baseavam-se nas doutrinas éticas e morais do cristianismo para justificar a incidência de todas as enfermidades que acometiam o corpo humano. Este princípio fazia com que qualquer doença que acometesse os órgãos sexuais fosse denominada *sífilis* ou relacionada a um de seus sintomas específicos⁴¹⁴.

Em 1879, Neisser havia “descoberto” o agente causal específico da gonorréia e Ducrey, o do cancro mole em 1889. Em 1905, a sífilis foi identificada por Schaudinn sob a forma visível do *Treponema pallidum*, dando por fim a separação entre as três *doenças venéreas*, até então conhecidas, tendo em comum apenas o fato de serem transmitidas por meio de relações sexuais. Apesar da superação da intervenção divina, os médicos ainda consideravam a conduta imoral da libertinagem e do sexo sem moderação as verdadeiras causas da sífilis. No contexto de expansão das teses eugênicas no Brasil, a *luta antivenérea* marcada por campanhas que buscavam criminalizar os comportamentos sexuais excessivos associou a sífilis a uma inflação das partes íntimas causada pela promiscuidade das prostitutas, boêmios e outros grupos sociais

⁴¹² LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

⁴¹³ NASCIMENTO, Dilene R.; SILVEIRA, Anny Jackeline T. “A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças”. In NASCIMENTO, Dilene R.; Carvalho, Diana Maul de (Orgs.). *Uma história Brasileira das doenças*. Brasília: Editora Paralelo 15, 2004.

⁴¹⁴ CARRARA, S. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996; p. 25-27.

responsabilizados pela transmissão das *doenças venéreas* e da conseqüente degeneração da raça humana⁴¹⁵.

Com o desenvolvimento da bacteriologia e da era dos antibióticos, descobriu-se que a sífilis poderia ser tratada com a penicilina – substância revelada na primeira metade do século XX que deu origem aos antibióticos. Além de diminuir a sua ocorrência, a penicilina afetou consideravelmente a representação social das doenças infecciosas as quais, sem o conhecimento de causa, prevenção e tratamento, eram capazes de despertar na sociedade sentimentos terríveis e moralmente condenáveis. Na década de 1970, ainda que as técnicas de diagnóstico e tratamento da maioria das *doenças venéreas* já fossem reconhecidas pela medicina e a farmacologia, o medo de contraí-las ainda gerava muita preocupação, sobretudo, devido à condenação moral que o diagnóstico poderia acarretar à reputação, sobretudo, feminina.

No artigo “Doenças Venéreas”, publicado na revista *Nova* em janeiro de 1977, Domingo Meireles salientava a permanência do estigma e da apreensão entre a população feminina de classe média com relação às DV:

Mulheres cultas e inteligentes ainda não se libertaram de velhos tabus e até hoje retardam ao máximo sua ida a um especialista. E isso tem uma explicação: elas temem, afinal, que a constatação da doença repouse, implicitamente, na confissão de haver praticado um ato pecaminoso⁴¹⁶.

Quanto aos homens, segundo Meireles, muitos deles não aceitavam e sentiam-se extremamente ofendidos quando descobriam o diagnóstico de alguma doença venérea, retirando-lhes a culpa e colocando-a sobre as mulheres:

Esse tipo de reação, segundo urologista Antonio Carlos Cavalcante, é mais comum entre homens de melhor nível social que, em determinados casos, não admitem a possibilidade ‘em hipótese alguma’. Alegam sempre que a mulher era uma dama digna na qual depositavam a maior confiança. “Saem, geralmente, do consultório arrasados com o diagnóstico⁴¹⁷.”

De acordo com Foucault, ao contrário de uma hipótese repressiva, a sociedade capitalista institucionalizou a vontade de saber sobre o sexo por meio de mecanismos que incitavam os indivíduos a falarem a respeito de sua sexualidade (dispositivo da confissão)⁴¹⁸. Tal como o ato de confessar os pecados ao padre na Igreja Católica, o consultório médico

⁴¹⁵ *Ibidem*, p. 32-33.

⁴¹⁶ MEIRELES, Domingos. Doenças Venéreas. *Nova*, n.40, p.34-36; 43, jan. 1977.

⁴¹⁷ *Ibidem*.

⁴¹⁸ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

tornou-se um lugar onde mulheres e homens revelavam os seus segredos mais íntimos, a fim de encontrarem a cura e a salvação dos males que lhes.

Fugindo do “medo de ‘sofrer uma humilhação’ diante do médico”, muitas mulheres recorriam à “lavagem vaginal com substâncias cáusticas (...) ou para o consumo indiscriminado de antibióticos⁴¹⁹”. Segundo *Nova*, o uso descontrolado da penicilina teria levado ao reaparecimento das *doenças venéreas* em proporções epidêmicas na década de 1960. Mas, além disso, a revista revelou o posicionamento conservador da medicina enviesado pela fala de um jornalista do sexo masculino:

A maioria dos médicos resume as causas do retorno quase epidêmico das doenças venéreas em “três P”: *Pílula* (que, além de eliminar o medo da gravidez indesejada, aumentou a alcalinidade do aparelho genital feminino, favorecendo o rápido crescimento das bactérias); *Promiscuidade* (antes só observada entre grupos de baixo padrão econômico e de pouca escolaridade) e *Permissividade* (as estruturas familiares relaxaram o seu rigor e, com a mudança de padrões sexuais, moças e rapazes multiplicaram, de repente, seus contatos em progressão geométrica)⁴²⁰.

O comentário desqualifica de todas as maneiras o uso da pílula. Ao invés de liberdade sexual, o uso do termo “promiscuidade” pelos médicos e suas justificativas pressupõem a depravação das relações sexuais entre mulheres e homens. Por outro lado, a palavra “permissividade” revela o afrouxamento da educação moral ocorrido no seio das famílias e as mudanças causadas pela descoberta da pílula. Assim, percebe-se que o discurso médico estabeleceu uma nítida relação de causa e efeito entre os ganhos resultantes do movimento de liberalização sexual e o reaparecimento dessas doenças. Em artigo de autoria do ginecologista Dr. Aloysio Graça Aranha, publicado na seção “Mulher e o médico”, do *Jornal do Brasil* (JB) em abril de 1970, esta associação ficava ainda mais evidente:

A dita revolução sexual, em que os jovens, principalmente, se sentiram libertados dos grilhões do convencionalismo do passado fez com que aumentasse muito as relações sexuais. (...) Caíram em desuso as lavagens após os atos sexuais e uso do contraceptivo masculino, que além de fazerem prevenção da gestação faziam também a das enfermidades venéreas⁴²¹.

⁴¹⁹ MEIRELES, Domingos. Doenças Venéreas. *Nova*, n.40, p.34-36; 43, jan. 1977.

⁴²⁰ *Ibidem*.

⁴²¹ ARANHA, Aloysio Graça. A doença venérea volta com a pílula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abril 1970. A mulher e o médico, s/p.

Embora a fala do médico e ginecologista Paulo Belfort tivesse sido usada em *Nova* para afirmar que os seus colegas de profissão já cuidavam das doenças venéreas “com a mesma naturalidade que dedica[va]m um tratamento de gripe⁴²²”, a realidade era outra. A busca por um profissional menos conservador ou contrário à teoria dos “três P” era difícil e foi apontada pela revista *Nova* através do depoimento de uma mulher que supostamente havia contraído uma blenorragia, bactéria cientificamente denominada *Neisseria gonorrhoea*, mais popularmente conhecida como *gonorréia*⁴²³.

Depois de ter ultrapassado o medo e a vergonha de se conversar com uma amiga, o próximo passo seria dialogar com um médico. “Mas que médico, meu Deus?”, questionava-se a moça que desconsiderou procurar o ginecologista com o qual havia obtido uma prescrição para uso de anticoncepcional. Segundo ela, “Quando [o médico] me deu a receita informou: ‘Este tem uma embalagem parecida com as de maquiagem. Você pode carregar na bolsa e ninguém vai desconfiar’⁴²⁴”. Tal comportamento indicava que a sociedade brasileira ainda rejeitava aquelas que, supostamente, negavam a maternidade, assim como julgavam “permissivas” aquelas que contraíam uma ou mais *doenças venéreas*.

Por outro lado, buscando superar o estigma e, ao mesmo tempo, incitando à confissão da sexualidade feminina, *Nova* destacou que “Quanto menos se fala no mal, mais ele tem condições de atacar. Por isso, é bom saber como agem essas doenças que podem causar até esterilidade⁴²⁵”. Assim, em 1974, o depoimento concedido à revista empenhava-se em alertar as mulheres para o perigo das doenças e incentivá-las a falarem, mas, principalmente, a procurarem um médico sob qualquer sinal de desconfiança:

Por mais absurdo que pareça, numa cidade civilizada, moderninha, as pessoas preferem morrer de blenorragia – ou de vergonha – a procurar um médico e dizer-se portadora da doença. (...) A solução é o tratamento preventivo em massa. Mas como existe muito preconceito, o melhor mesmo é uma campanha educativa que ensine o que são as doenças venéreas derrubando os preconceitos e permitindo que as pessoas, à menor suspeita corram ao médico, sem medo⁴²⁶.

É importante ressaltar que a prevenção às DVs por meio da *camisinha* foi omitida pelas revistas aqui analisadas, embora desde setembro de 1972 a fabricante da marca mais famosa de

⁴²² MEIRELES, Domingos. Doenças Venéreas. *Nova*, n.40, p.34-36; 43, jan. 1977.

⁴²³ BEATRIZ, Sonia. Quem, eu? DV? *Nova*, n.5, p. 53-55, fev. 1974.

⁴²⁴ *Ibidem*.

⁴²⁵ MEIRELES, *op.cit.*.

⁴²⁶ BEATRIZ, *op.cit.*, 1974.

preservativos no Brasil e no mundo, a *Johnson e Johnson*, tivesse decidido “lançar o anúncio [da camisinha] depois que a imprensa denunciou as altas taxas atuais de incidências das Doenças Venéreas, as DV, em consequência da liberação dos costumes e da imunização dos micróbios transmissores aos antibióticos⁴²⁷”. A partir disso, uma série de propagandas com o título “Tudo o que você queria saber sobre Doenças venéreas e tinha medo de perguntar” foi publicada em jornais do Rio de Janeiro com informações sobre sífilis e gonorréia. Ao final, os textos recomendavam o uso dos preservativos para a prevenção dessas e outras enfermidades.

Duas semanas após a publicação do primeiro anúncio no *Jornal do Brasil*, este afirmou que “muita gente achou [a propaganda] de mau gosto”, tendo apontado que a maioria das mulheres e homens rejeitava o método porque ele representava um “atentado à natureza no momento de maior importância durante uma relação sexual ou mesmo o preconceito⁴²⁸”. Nessa lógica, e camisinha atrapalhava a reprodução humana e seu uso revelava a desconfiança do indivíduo com relação à sua parceira ou parceiro.

Portanto, os estigmas e a ideia da função social do sexo voltada para procriação permaneciam enraizados no imaginário social coletivo das (dos) brasileiras (os). Além disso, o JB acrescentou que houve um precedente comercial para a iniciativa “revolucionária” da marca, justificando que “a firma que fabrica o Jontex estava mais preocupada com a queda das vendas depois do advento da pílula [do que com a proliferação das doenças venéreas]⁴²⁹”.

Na mesma ocasião, o médico ginecologista Paulo Belfort, que havia sido citado em artigo da revista *Nova* para amenizar os estigmas que envolviam o tema, declarava que este era “o único meio de se evitar a doença”, embora acreditasse ser fundamental impedir também a promiscuidade resultante da revolução dos costumes⁴³⁰. Contraditoriamente e em consonância com o discurso médico, a imprensa reforçava visões pessimistas e preconceituosas frente aos avanços da revolução sexual, associando a emergência das DV com a suposta promiscuidade e permissividade do movimento de liberação sexual dos anos 1960 e 1970. Portanto, as chances de tratamento da maioria das doenças, o surgimento da pílula e a falta de informação a respeito dos preservativos acabaram por marginalizar o uso da camisinha entre os casais heterossexuais nos anos 1970, que ressurgiu com a epidemia de HIV/AIDS no início da década de 1980.

⁴²⁷ ANÚNCIO da Johnson elimina o preservativo masculino da lista de tabus sexuais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 set. 1972. Saúde e Comportamento, p. 24.

⁴²⁸ DOENÇAS Venéreas têm alto índice entre os jovens universitários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1972. 1º Caderno, p. 30.

⁴²⁹ *Ibidem*.

⁴³⁰ *Ibidem*.

Em contrapartida, como medida profilática, as leitoras de *Nova* foram aconselhadas a procurarem um médico logo após a constatação de qualquer irregularidade. Para ajudá-las, no artigo “Problemas Vaginais⁴³¹”, a revista esclareceu as adversidades que afetavam a saúde íntima das mulheres, explicando detalhadamente as diferenças e semelhanças entre as causas, sintomas, formas de transmissão e tratamento das *doenças venéreas* e das vaginites (inflamação vaginal). Também forneceu receitas caseiras, tais como “uma lavagem ácida (1 colher de sopa de vinagre dissolvido em um quarto de litro de água)⁴³²”, no intuito de amenizar os sintomas do corrimento da *tricomaniase*, infecção genital causada pelo protozoário *Trichomonas vaginalis*. Nesse aspecto, pode-se afirmar que *Nova* colaborou tanto para a superação de estigmas como para a conscientização das mulheres, uma vez que se empenhava em informá-las, muito embora tenha omitido esclarecimentos relevantes para a prevenção dessas doenças.

Com relação à transmissão das *doenças venéreas*, havia muitas controvérsias. Até meados da década de 1970, *Nova* havia divulgado as chances de contaminação por meio de vasos sanitários, inclusive, citando uma pesquisa realizada pelo médico sueco, o Dr. Claes Henning: “em relatório à Sociedade de Medicina Sueca, [o Dr. Claes] informou que (...) blenorragia [ou gonorréia] pode[ria] ser transmitida indiretamente⁴³³” por outros meios, além das relações sexuais. No entanto, em 1977, a revista negava esta possibilidade de transmissão ao afirmar que a bactéria *Treponema pallidum*, nome científico atribuído ao agente causal da sífilis, embora vivesse “em ambientes úmidos, entre membranas mucosas do aparelho genital, no intestino reto, [e] na boca”, não sobrevivia “fora do seu hospedeiro humano⁴³⁴”. Portanto, isto invalidava “uma velha crença popular de que tanto a blenorragia [gonorréia] como a sífilis possam ser contraídas em assentos de banheiros⁴³⁵”.

Por outro lado, encontramos em *Claudia* um esforço em enfatizar o aspecto higienizante da preservação da saúde sexual feminina e masculina. Preocupada com a harmonia entre os casais, a revista privilegiou a limpeza dos aparelhos genitais, sobretudo o feminino, concedendo maior importância às infecções vaginais, causadas pela falta de higiene íntima, a despeito das *doenças venéreas*. Vejamos a passagem abaixo:

Para um casal ter uma vida harmoniosa e feliz muita coisa precisa estar em ordem. (...) Você já pensou alguma vez que a higiene íntima pode influir (e muito) na vida de um casal? Já imaginou que, se você ou seu marido

⁴³¹ PINHEIRO, Cíntia. Problemas vaginais. *Nova*, n.23, p.32-34, ago. 1975.

⁴³² *Ibidem*.

⁴³³ BEATRIZ, Sonia. Quem, eu? DV? *Nova*, n.5, p. 53-55, fev. 1974.

⁴³⁴ MEIRELES, Domingos. Doenças Venéreas. *Nova*, n.40, p.34-36; 43, jan. 1977.

⁴³⁵ *Ibidem*.

descuidarem da higiene, poderão criar problemas em sua vida sexual e, conseqüentemente, conjugal^{436?}

Com esse questionamento, *Claudia*, então, demonstrava que a responsabilidade pela higiene íntima recaía muito mais sobre as mulheres do que sobre os homens, uma vez que a presença de um possível mau cheiro e/ou corrimento vaginal poderia predispor o marido “a não querer ter relações, e causar uma enorme briga, especialmente se ambos não conseguirem discutir abertamente sobre a verdadeira causa do desajuste^{437?}”. Em outra passagem, *Claudia* enfatizou a magnitude da conduta individual feminina ao afirmar: “Nós mesmas podemos provocar uma vaginite^{438?}”, o que poderia provocar entre as mulheres um sentimento de culpabilidade, isentando os homens da responsabilidade com os problemas de saúde íntima. E o contrário não poderia acontecer? A mulher não poderia perder o interesse, caso o homem não zelasse pela sua higiene?

Embora recomendasse aos homens que também tivessem cuidado com a higiene e limpeza do órgão genital, é interessante perceber o destaque que *Claudia* concedeu à importância deles respeitarem “a temperatura ideal para os testículos produzirem os espermatozoides (...) essa temperatura é regulada por um músculo chamado cremaster, que controla a distância dos testículos em relação ao corpo”. As calças e cuecas apertadas provocariam mudanças no corpo masculino, principalmente no verão, inadequadas para a reprodução. Dessa maneira, ao submeter os cuidados com a higiene íntima aos interesses específicos do padrão heteronormativo, *Claudia* forjava as relações hierárquicas de gênero: enquanto a higiene feminina era apresentada como um pretexto para agradar sexualmente os maridos, estes, embora limpos, não precisavam agradá-las, mas deveriam estar aptos a procriar. Não obstante, a revista aconselhava mulheres e homens a procurarem um ginecologista ou um urologista sempre que houvesse algum problema com os órgãos sexuais.

Portanto, *Claudia* e *Nova* reproduziram discursos contraditórios que revelavam ao mesmo tempo os avanços e retrocessos do desenvolvimento do conhecimento científico a respeito das *doenças venéreas*. Sob uma perspectiva construtivista da História das Ciências, ambas as revistas reforçaram estigmas historicamente associados à conduta moral das mulheres por meio de discursos médicos e científicos, demonstrando que a medicina e a ciência são categorias socialmente construídas em pré-conceitos e opiniões compartilhadas entre um coletivo social. Por outro lado, todos os discursos apresentados nas páginas das revistas *Claudia*

⁴³⁶ SAMPAIO, Alice. A importância da higiene íntima em sua vida. *Claudia*, n.208, p.191-192, jan.1979.

⁴³⁷ *Ibidem*.

⁴³⁸ DIAS, Lucy. As doenças que podem afetar sua saúde íntima. *Claudia*, n.211, p.166-173, abril de 1979.

e *Nova* sobre as *doenças venéreas* foram baseados no discurso de médicos do gênero masculino, fato que evidencia ainda mais o preconceito de gênero, o machismo da sociedade brasileira, bem como as contradições da *ginecologia*, especialidade médica criada no final do século XIX para estudar o funcionamento do corpo feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise discursiva das reportagens, artigos e matérias das revistas *Claudia* e *Nova*, relativas à reprodução e sexualidade nos anos setenta, revelou um intenso paradoxo entre as mudanças de paradigmas relativas ao corpo e ao sexo, bem como a persistência dos tradicionais valores e costumes tradicionais referentes à imagem e aos papéis das mulheres de classe média urbana da sociedade brasileira. Sustentado pela lógica da medicalização do corpo, os discursos médicos e científicos foram utilizados para validar questões sexuais e reprodutivas que serviram, muitas vezes, para reafirmar modelos e padrões convencionais de comportamento,

além de mascararem a incidência do poder medico e patriarcal sobre a prerrogativa do direito inalienável das mulheres sobre os seus corpos.

Em meio às denúncias contra as pílulas e o debate acalorado sobre as questões populacionais, a análise dos discursos sobre a *reprodução* revelou que as duas revistas funcionaram como dispositivos de defesa do planejamento familiar, sobretudo, quando usavam explicitamente o termo “controle de natalidade”, prática que pressupunha a adoção de políticas públicas para a redução do crescimento populacional. Com isso, vimos que *Claudia* e *Nova* uniram esforços junto à Bemfam e outras entidades privadas financiadas pela IPPF que estavam em busca de intervenção e redução das taxas de crescimento da população brasileira nas décadas de 1960 e 1970. Tendo em vista que eram periódicos inspirados em modelos estrangeiros, sobretudo, norteamericanos, *Claudia* e *Nova* reproduziram discursos que refletiam o interesse do capital estrangeiro de regular a fecundidade das mulheres dos países de Terceiro Mundo.

Dessa maneira, tanto *Nova* como *Claudia* forjaram as relações de poder implícitas nos discursos que colocavam os médicos em lugar privilegiado e reforçaram a ideia de medicalização da contracepção posicionando-se, geralmente, favorável ao uso da pílula anticoncepcional, mesmo quando a criticavam. Embora a imprensa e alguns médicos questionassem amplamente os males causados pela pílula à saúde das mulheres, as ideias por trás dos discursos nessas revistas demonstraram um interesse maior de controlar o corpo e a sexualidade feminina, principalmente no contexto do *boom* demográfico e do controle de natalidade dos países de Terceiro Mundo, dentre eles o Brasil.

De modo geral, *Claudia*, mais do que *Nova*, reforçou alguns dos papéis tradicionalmente construídos para mulheres e homens e silenciou-se diante do debate sobre a descriminalização do aborto. Por outro lado, pode-se considerar que *Nova* foi precursora da luta pelos direitos sexuais e reprodutivos, uma vez que a revista questionou a ilegalidade da prática do aborto no Brasil e, até mesmo, divulgou receitas caseiras abortivas, tendo, inclusive, apoiando a esterilização masculina. Embora defendesse a necessidade do acompanhamento médico durante toda a fase reprodutiva da mulher, até mesmo na adolescência, *Nova* também contestou a predominância masculina na produção do conhecimento científico sobre o corpo feminino, sobretudo em relação à *dismenorréia*, termo popularmente conhecido como cólicas menstruais.

No que tange à *sexualidade*, vimos que ambas as revistas submeteram a sexualidade feminina ao universo conjugal. Em *Claudia* vimos que o seu editorial, composto em sua maioria por homens, investiu na produção e reprodução de conteúdos sustentados na autoridade do discurso médico para tornar o corpo feminino à condição de doente, passivo e submisso à

maternidade. Mais alinhados aos padrões morais e cristãos da família tradicional brasileira, formada por mãe, pai e filhos (as), os artigos e reportagens sobre sexo aprisionavam a sexualidade das mulheres à ausência de prazer e ao ajustamento do sexo à vida conjugal. Isso não significava que *Claudia* tivesse ignorado os ganhos obtidos pela revolução sexual e a conquista do orgasmo feminino. Ao contrário, a revista contava com a publicação dos polêmicos artigos sobre os direitos das mulheres escritos por Carmem da Silva, principal representante da causa feminista na imprensa brasileira. No entanto, o discurso de *Claudia* era uníssono em afirmar que o mais importante para as mulheres era agradar ao parceiro do que satisfazer a si mesmas.

No caso de *Nova*, tal qual a sua versão norte-americana⁴³⁹, a revista vinculou a liberação sexual e algumas das propostas libertárias do movimento feminista a determinados comportamentos que submetiam as mulheres ao sexo oposto e mantinham ordem em torno das diferenças de gênero. Embora *Nova* fosse mais tolerante e, inclusive, promovesse a liberdade sexual, esta deveria ocorrer dentro dos padrões normativos e heterossexuais pautados pela sexologia moderna. Desta maneira, as práticas discursivas e as imagens presentes nos artigos e reportagens sobre a *sexualidade* buscaram em última instância disciplinar os corpos femininos, submetendo-os à manutenção do casamento. Isto, por sua vez, atendia ao conservadorismo dos “anos de chumbo” da ditadura civil-militar e aos interesses comerciais da Editora Abril que realizava a autocensura em busca de apoio financeiro do governo.

Embora Roselane Neckel tenha afirmado que o conteúdo das revistas femininas passaram das exigências em torno da família na década de 1950 para o direito do prazer sexual das mulheres na década de 1970⁴⁴⁰, vimos que a *sexualidade* feminina nessa época foi submetida e condicionada à vida conjugal e heteronormativa, sendo a liberdade sexual das mulheres restrita ao matrimônio e à permanência de padrões morais e religiosos presentes na educação das famílias dos “Anos Dourados” no Brasil (1945-1964)⁴⁴¹. Dessa maneira, apesar de a expansão das práticas discursivas em torno da *sexualidade* terem resultado, em parte, em uma “revolução dos costumes” das classes médias e urbanas de muitos países do Ocidente, inclusive do Brasil, *Nova* manteve a ordem estabelecida em torno de uma perspectiva tradicional do sexo e parecida com os discursos de *Claudia*, remetendo-se a modelos e identidades construídas em torno das relações de gênero.

⁴³⁹ MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997; p.194.

⁴⁴⁰ NECKEL, Roselane. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007; p.325.

⁴⁴¹ PISNKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto: 2014.

Ao contrário da liberdade que os movimentos feministas e homossexuais apregoavam, *Claudia* e *Nova* promoveram em suas páginas ideais de feminilidade e masculinidade que forjavam a submissão das mulheres ao gênero masculino, através dos discursos do ajustamento do sexo conjugal e das relações heterossexuais. Apesar dos esforços de ambas as revistas em atualizar o debate acerca da expansão das “sexualidades dissidentes” e da visibilidade homossexual, *Claudia* e *Nova* foram categóricas em reproduzir estereótipos e preconceitos de gênero que se encaixavam no padrão conservador e moral da Igreja Católica. Em contrapartida, *Nova* revolucionou ao abordar temas como orientação sexual, sexo oral, masturbação masculina e orgasmo feminino. Contudo, manteve intacta a ordem que reforçava as relações desiguais de gênero e as relações heterossexuais ao defender a necessidade das mulheres encontrarem um parceiro do sexo oposto para lhes satisfizer sexualmente.

Por outro lado, *Nova* e *Claudia* tiveram papel importante nas mudanças relativas à melhoria da qualidade de vida dos casais durante as relações sexuais. Ao publicarem artigos e reportagens que buscavam superar os estigmas e preconceitos relativos às *doenças venéreas*, a transmissão das DVs era cada vez menos encarada como um tabu. No entanto, ambas as revistas também deixaram de divulgar informações importantes para a prevenção de IST, como o uso do preservativo masculino que, além de proteger contra doenças, poderia evitar uma gravidez indesejada e substituir o uso dos anticoncepcionais hormonais prejudiciais à saúde da mulher. Seja por questões morais, políticas e/ou econômicas, não havia interesse em promover a utilização do preservativo nas páginas das revistas.

Por outro lado, *Claudia* e *Nova* apoiaram-se em discursos investidos do preconceito de médicos e ginecologistas do sexo masculino, confirmando que a ciência, assim como qualquer outro fenômeno social, é construída socialmente, o que posiciona a minha pesquisa numa abordagem construtivista da produção e circulação do conhecimento científico. Portanto, vimos que a produção do conhecimento sobre o corpo feminino perpassava relações de poder que reforçavam tanto as relações hierárquicas de gênero, como ressaltavam as diferenças entre os sexos e a sexualidade de homens e mulheres.

Apesar disso, não podemos ignorar a função pedagógica de ambas as revistas na ressignificação das subjetividades e na construção das identidades emocionais e sexuais das mulheres de classe média urbana na década de 1970. Enquanto revistas de comportamento que abordavam o cotidiano das mulheres, *Claudia* e *Nova* contribuíram, em parte, para as mudanças ocorridas na sociedade brasileira na segunda metade do século XX. Embora tenham reforçado concepções tradicionais sobre *sexualidade e reprodução*, alguns assuntos jamais haviam sido

divulgados na proporção em que foram abordados em suas páginas, sobretudo, em *Nova*. Antes das décadas de 1960 e 1970, os encartes e folhetos sobre sexo eram lacrados, demonstrando a dificuldade da sociedade em lidar com o tema da sexualidade. Portanto, desde 1963, o ingresso de Carmem da Silva na imprensa feminina e a publicação da versão brasileira de *Cosmopolitan*, em 1973⁴⁴², *Claudia* e *Nova* ajudaram a transformar, não somente os discursos e as representações sociais do sexo, mas colaboraram para modificar as individualidades e a relação das leitoras com os seus companheiros, filhos (as) e amigos (as).

Mais do que uma *revolução dos costumes*, as revistas demonstraram sua influência na divulgação de discursos que mantinham a ordem “natural” e historicamente estabelecida para homens e mulheres. Busquei com este trabalho questionar as contradições presentes nos discursos sobre a *sexualidade* e a *reprodução* nas revistas *Claudia* e *Nova* na década de 1970. Procurei demonstrar como eles circularam nas revistas e estavam investidos da autoridade médico-científico. Aparentemente neutros, os discursos carregavam concepções individuais e coletivas de médicos que forjavam a submissão feminina e propagavam preconceitos, estereótipos e funções sociais distintas para homens e mulheres pautadas nas relações desiguais de gênero. Por meio da investigação do passado, espero que esta dissertação tenha suscitado o questionamento no presente pela defesa dos *direitos e da saúde sexual e reprodutiva* das mulheres e de outras minorias historicamente marginalizadas por uma sociedade machista e misógina.

REFERÊNCIAS

Fontes:

ALVARENGA, Mônica. As emoções que envolvem um aborto. *Nova*, n.50, nov. 1977; pp. 42-45.

ANDER, Nina. A dor menstrual. *Nova*, n.2, nov. 1973; pp.45-47; 66.

ANÚNCIO da Johnson elimina o preservativo masculino da lista de tabus sexuais. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 set. 1972. Saúde e Comportamento, p. 24.

ARANHA, Aloysio Graça. A doença venérea volta com a pílula. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 abril 1970. A mulher e o médico, s/p.

BEATRIZ, Sonia. Quem, eu? DV? *Nova*, n.5, fev. 1974; p. 53-55.

BÍBLIA Sagrada. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2006.

⁴⁴²NECKEL, Roselane. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007; p.325.

CIRILO, Ione. O orgasmo depende muito de você. *Nova*, n.1, out. 1973; pp.73-75.

CASTILHO, Inês. Tensão Pré-Menstrual. *Nova*, n.46, jul. 1977, pp. 58-61.

CARSON, Rubin. Vasectomia - Guia prático pra esterilidade. *Nova*, n.10, p.51-53, jul. 1974.

D'ÁVILA, Renata. Os métodos anticoncepcionais. *Nova*, n.19, abr. 1975; pp. 40-43.

DIAS, Lucy. As doenças que podem afetar sua saúde íntima. *Claudia*, n.211, abril de 1979, pp.166-173.

DOENÇAS Venéreas têm alto índice entre os jovens universitários. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 set. 1972. 1º Caderno, p. 30.

ESTERILIZAÇÃO: de quem é a responsabilidade? *Claudia*, n.175, p.108-114, abril de 1976.

HORTA, Beatriz. A primeira noite, o amor cheio de receios. *Claudia*, n.214, set.1979; pp. 212-217.

KARMAN, Graciela. Tudo o que você sempre quis saber sobre sexo no casamento. *Claudia*, n.192, set.1977; pp.26-30.

KNAUT, Ines. Não tenha medo da menstruação. *Claudia*, n.152, mai.1974, pp.180-182.

MAGALHÃES, Cristina. O mito do orgasmo múltiplo. *Nova*, n.42, mar. 1977; pp.64-67.

MATARAZZO, Heleninha. Em sexo vale tudo? *Nova*, n. 35, ago.1976; pp.50-53.

MEIRELES, Domingos. Doenças Venéreas. *Nova*, n.40, jan. 1977; pp.34-36; 43.

MEIRELLES, Marilda. Ninfomania. *Nova*, n.13, out. 1974; pp. 58-61.

SILVA, Carmem. Meu filho é um efeminado. *Claudia*, n.140, mai.1973; pp. 196-200.

MUCCI, Christina. Vale a pena tentar o DIU? *Nova*, n.11, set. 1974; pp. 56-57.

NASCIMENTO, Amélia. Diafragma: um jeito antigo mais eficiente. *Nova*, n.37, out. 1976; pp. 34-38.

NAGLE, Leda. Aborto: como é que isso acontece. *Nova*, n.36, set. 1976; pp. 76-77; 110-111.

NOGUEIRA, Glória. Transexualismo. *Nova*, n.43, abr. 1977; pp.76-79; 106; 43.

NOGUEIRA, Glória. Aborto: um assunto de mulher. *Nova*, n.21, jun. 1975; pp. 78-79; 114.

O QUE a pílula faz em seu corpo. *Claudia*, jun. 1972; pp.30-33.

PINHEIRO, Cíntia. Problemas vaginais. *Nova*, n.23, ago. 1975; pp.32-34.

- PINHEIRO, Cíntia. Você e a pílula. *Nova*, n.29, fev. 1976; pp. 36-38.
- POMEROY, Wardell. Orgasmo masculino. *Nova*, n.37, out. 1976; pp. 52-55.
- POMEROY, Wardell. Sexo oral. *Nova*, n.74, nov. 1979; pp. 62-65.
- QUINTILIANO, Tania. Menstruação: um sexto da sua vida. *Nova*, n.16, jan. 1975.
- QUINTILIANO, Tania. Órgãos genitais femininos. *Nova*, n.14, nov. 1974; pp. 24-27.
- REUBEN, David. O dilema do homossexualismo. *Nova*, n.19, abr. 1975; pp. 72-75.
- REUBEN, David. Os 13 mitos sexuais. *Nova*, n.3, dez. 1973; pp.70-73; 66.
- RITO, Lucia; PEREIRA, Neusa; SALGUEIRO, Elisabeth. Aborto. *Nova*, n.72, set. 1979; pp. 124-129.
- SAMPAIO, Alice. Menstruação (você, férias e... ela!). *Claudia*, n.172, jan.1976; pp.32-35.
- SAMPAIO, Alice. A importância da higiene íntima em sua vida. *Claudia*, n.208, jan.1979; pp.191-192.
- SEIXAS, Monica. Lesbianismo. *Nova*, n.10, jul. 1974; pp.60-63.
- SILVA, Carmem. Cuidado: até nosso sexo está sob controle. *Claudia*, n.194, nov.1977; pp.248-253.
- SILVA, Carmem. Revolução Sexual. *Claudia*, set/1970.
- VOLTOLINI, Naneti. A verdade sobre o DIU. *Nova*, n.68, mai. 1979; pp. 34-38; 126.
- RULTEN, Ann. Uma atualização sobre a pílula. *Nova*, n.60, set. 1978; pp. 52-54; 61.
- VOLTOLINI, Nanete; SCATRUT, Rebeca. Anticoncepcionais hoje. *Nova*, n.75, dez. 1979; pp. 128-130.
- WEST, Abby. A tirania do orgasmo. *Nova*, n.12, p. 73-75, set. 1974.

Bibliografia:

- ALMEIDA, Guilherme. MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad- Revista Latinoamericana*, n.14, ago. 2013; pp.380-407.
- ARAÚJO, Luciane Marques; BAPTISTA, Suely de Souza. A participação das enfermeiras na implantação das propostas de contracepção do CPAIMC: 1975-1978. *Revista de Enfermagem da Escola Anna Nery*, Rio de Janeiro, v.4, n.2, 2000; pp.187-195.

AZZI, Riolando. Família, mulher e Igreja no Brasil (1930-1964). In: MARCILIO, Maria Luiza. *Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BAPTISTA, Íria C. Q.; Karen. C. K. A História das Revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural*, Santa Catarina, Edição 004, jul. 2010.

BÉJIN, André. Crepúsculo dos psicanalistas, manhã dos sexólogos. In: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (Orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985; pp. 210-211.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.2, mai/ago 2012.

BERQUÓ, Elza; ROCHA, Maria Isabel Baltar. A Abep no contexto político e no desenvolvimento da demografia nas décadas de 1960 e 1970. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.22, n.2, jul/dez 2005.

BHERING, Marcos Jungmann. *Controle da Natalidade no Brasil: um estudo sobre o Centro de Pesquisa e Assistência Integral à mulher e à Criança (1975-1994)*. 202f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Renata Rodrigues. *O Prazer de ler, ver e saber: a construção de identidades sexuais para além do masculino, feminino e heterossexual em revistas brasileiras (1969-1979)*. 2015. 227 f. Tese (Doutorado em História Comparada). Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus, 2009.

_____. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, *Mana*, v.21 n.2, ago/2015.

_____; RUSSO, J. A. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.9, n.2, maio/ago. 2002; pp. 273-90,

_____. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996.

CARVALHO FILHO, Benedito J. *Marcas de Família: travessias no tempo*. São Paulo: AnnaBlume, 2000.

CASTRO, Gabriel Ojeda. Planejamento familiar: origem, desenvolvimento e impacto. In: VITTA, Giusepe. *A pílula anticoncepcional: 40 anos de impacto*. Shering, 2000.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (orgs.). *Dicionário Crítico de Gênero*. Dourados: Ed. UFGD, 2015.

CORRÊA, Sonia; JANNUZZI, Paulo de Martino; ALVES, José Eustáquio Diniz. “Direitos e saúde sexual e reprodutiva: marco teórico-conceitual e sistema de indicadores”. In: CAVENAGHI, S. (coord.). *Indicadores municipais de saúde sexual e reprodutiva*. Rio de Janeiro: ABEP, 2006.

COSTA, Ana Maria. Participação social na conquista das políticas de saúde para mulheres no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.14, n.4, 2009; p.1073-1083.

COSTA, Maria Paula. *Entre o sonho e o consumo: as representações femininas na Revista Claudia (1961-1985)*. 235f. Tese (Doutorado em História e Sociedade). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, SP, 2009.

CUETO, Marcos. *Saúde Global: uma breve história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

SCOREL, Sarah; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; EDLER, Flavio Coelho. “As origens da reforma sanitária e do SUS”. In: LIMA, Nísia Trindade; GERSCHMAN, Silvia; EDLER, Flavio Coelho; Manuel Suárez, Julio (orgs). *Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS*. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2005; pp.59-81.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FERRAND, Michéle. O aborto, uma condição para a emancipação feminina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.20, maio-agosto, 2008.

FONSECA SOBRINHO, Délcio da. *Estado e população: uma história do planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; FNUAP, 1993.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

GIFFINS, Karen Mary. “A modernidade perversa e a reprodução humana no Brasil”. In: LEAL, Maria do Carmo; SABROZA, Paulo Chagastelles; RODRIGUEZ, Rodolpho Hector; et. al. *Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Processos e consequências sobre as condições de vida*. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Hucitec-Abrasco, 1992.

HAMMEN, Clara van der. “Fertilidade e anticoncepção entre os indígenas Upichias da Amazônia”. In: VITTA, Giusepe. *A pílula anticoncepcional: 40 anos de impacto*. Shering, 2000, p. 44.

HELMAN, Cecil G. “Gênero e reprodução”. In: HELMAN, Cecil G. *Cultura, saúde e doença*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994, pp. 137-164.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO Nacional do Câncer. *Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2017. Disponível em: <http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/estimativa-2018.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2018.

LATOURE, Bruno; WOOLGAR, Steven. *A Vida de Laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAURENTI, Ruy; JORGE, Maria H. P. de Mello; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. A mortalidade materna nas capitais brasileiras: algumas características e estimativa de um fator de ajuste. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, Brasília, v.7, n.4, 2004; pp.449-460.

LAQUEUR, Thomas Walter. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001

LE GOFF, Jacques. *As doenças têm história*. Lisboa: Terramar, 1985.

LÓPEZ, Necochea Raúl. *La planificación familiar em El Perú Del siglo XX*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos y Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2016.

MANICA, Daniela T. *Contracepção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória*. 319 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

MENEZES, Valderiza Almeida. A mulher e a saúde nas propagandas de contraceptivos (1965-1970). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2010, São Paulo, Anais... São Paulo, jul. 2011.

MESQUITA, Cecília. *Saúde da mulher e redemocratização: idéias e atores políticos na história do PAISM*. 157 f. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2010.

MCLAREN, Angus. *História da Contracepção: da antiguidade à actualidade*. 1ª edição portuguesa. Tradução de Teresa Perez. Lisboa: Terramar, 1997.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas: o caso da editora Abril*. 366f. (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1997.

MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

MORA, Fernando López; SERRANO, Julio Pérez. História e anticoncepção. In: VITTA, Giuseppe. *A pílula anticoncepcional: 40 anos de impacto*. Shering, 2000.

MURTA, Daniela. Reflexões sobre a possibilidade da despatologização da transexualidade e a necessidade da assistência integral à saúde de transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n.14, ago. 2013; pp.380-407.

- NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 2009.
- NASCIMENTO, Dilene R.; SILVEIRA, Anny Jackeline T. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene R.; Carvalho, Diana Maul de (Orgs.). *Uma história Brasileira das doenças*. Brasília: Editora Paralelo 15, 2004.
- NECKEL, Roselane. A “sexualidade” e “vida a dois” nas revistas femininas e masculinas nos anos de 1970. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.
- PISNKY, Carla Bassanezi. *Mulheres dos Anos Dourados*. São Paulo: Contexto: 2014.
- _____. *Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979)*. 266 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2004.
- PACHECO, Mario Victor de Assis. *"Planejamento Familiar" e Libertação do Brasil*. Vozes, 1983.
- PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan/mar. 2014; pp.15-35.
- PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, nº 45, 2003.
- PEREIRA, Pamella Liz Nunes. *Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Claudia no período de 1960 a 1985*. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde da Criança e da Mulher) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2016.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Abramo, 2003.
- PORTER, Roy. *The greatest benefit to mankind: a medical history of humanity from antiquity to the present*. London: Fontana Press; Harper Collins Publishers. 1997.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar. *O Parlamento e a Questão Demográfica: um estudo do debate sobre controle da natalidade e planejamento familiar no Congresso Nacional*. Campinas: Unicamp, Núcleo de Estudos de População, 1993 (Textos Nepo, 25).
- RODRIGUES, Walter. *O Planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1973.
- ROHDEN, Fabíola. *A arte de Enganar a Natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.
- RUSSO, Jane A. et. al. O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização. *Physis*, v.19, n.3, 2009; pp.617-636.
- RODRIGUES, Walter. *O Planejamento familiar no Brasil*. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1973.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Sempre bela. In: PINSKY e PEDRO (orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2016.

SCALZO, Marília. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2013.

SCARZANELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina: o Grupo Abril (décadas de 1940 a 1970)*. Campinas: Editora Unicamp, 2016.

SCARZANELLA, Eugenia. Entre dos exílios: Cesar Civita, un editor italiano en Buenos Aires, desde la guerra mundial hasta la dictadura militar (1941- 1976). *Revista de Indias*, v. 69, n. 245, 2009; pp. 65-94.

SCHIEBINGER, Londa. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. New York: Columbia University Press, 1989.

SENA, Tito. Os relatórios Masters & Johnson: gênero e as práticas psicoterapêuticas sexuais a partir da década de 70. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.18, n.1, jan-abr/2010.

_____. *Os Relatórios Kinsey, Masters & Johnson, Hite: as sexualidades estatísticas em uma perspectiva das Ciências Humanas*. 311f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA JÚNIOR, Aujôr. *A política demográfica da Igreja Católica e a medicalização da contracepção (1960-1980)*. 161 f. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2006.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. Dos gabinetes de ginecologia às campanhas de rastreamento: a trajetória da prevenção ao câncer de colo do útero no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.22, n.1, p.221-240, jan.-mar. 2015.